

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL — PUBLICIDADE E PROPAGANDA

GUILHERME PARZIANELLO

**OS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS COMO MEIOS DE
COMUNICAÇÃO CIDADÃ: O LARGO VIVO E A SERENATA ILUMINADA**

PORTO ALEGRE

2016

GUILHERME PARZIANELLO

**OS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS COMO MEIOS DE
COMUNICAÇÃO CIDADÃ: O LARGO VIVO E A SERENATA ILUMINADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social — Habilitação em Publicidade e Propaganda.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ilza Maria Tourinho Girardi

Coorientadora: Ms^a Eutalita Bezerra da Silva

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Parzianello, Guilherme

Os movimentos de ocupação de espaços públicos como meios de comunicação cidadã: o Largo Vivo e a Serenata Iluminada / Guilherme Parzianello. -- 2016. 120 f.

Orientadora: Ilza Maria Tourinho Girardi.
Coorientador: Eutalita Bezerra da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação Social: Publicidade e Propaganda, Porto Alegre, BR-RE, 2016.

1. Espaço público. 2. Comunicação cidadã. 3. Movimentos sociais. 4. Largo Vivo. 5. Serenata Iluminada. I. Girardi, Ilza Maria Tourinho, orient. II. Silva, Eutalita Bezerra da, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GUILHERME PARZIANELLO

OS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS COMO MEIOS DE
COMUNICAÇÃO CIDADÃ: O LARGO VIVO E A SERENATA ILUMINADA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Comunicação Social — Habilitação em Publicidade
e Propaganda.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ilza Maria Tourinho Girardi — DECOM/UFRGS

Orientadora

Ms^a Eutalita Bezerra da Silva — DECOM/UFRGS

Coorientadora

Ms^a Anna de Carvalho Cavalcanti

Examinadora

Ms. Marcelo Arioli Heck

Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Lucines pelo amor incondicional expresso em atenção, apoio e compreensão em todos os momentos de minha vida.

Aos meus avós Tercila e Jandyr e ao meu padrasto Irno, por acreditarem em mim até quando eu mesmo duvidava e por estarem sempre por perto.

Ao meu pai Ivair, pelo incentivo a que eu seguisse minha vocação.

À Kailã e à Luise, *o trio mais foda, a trinca mais bala*, amizades que tornaram os anos de Fabico muito mais prazerosos.

À Júlia, pela parceria de sempre e por dividir comigo as agruras de um libriano.

Ao Diego, que até hoje não sei se chamo de colega, chefe ou amigo, por conseguir demonstrar que a rotina de trabalho pode ser divertida.

À Thaís, pelos convites para cafés, filmes e passeios que não pude aceitar e, apesar disso, pelo incentivo dado à realização deste trabalho.

Ao Pedro, que, contrariando as expectativas, demonstrou que 2016 ainda podia me reservar boas surpresas.

À Ilza e à Eutalita, pelo interesse em minha pesquisa e pela orientação sempre prestativa e atenciosa.

À Anna e ao Marcelo, por aceitarem o convite para a banca.

Aos amigos, colegas e professores que conheci nesses anos de Fabico e que me fizeram ver o mundo de outra forma.

RESUMO

Esta pesquisa discute em que medida os movimentos de ocupação de espaços públicos na cidade de Porto Alegre (RS) podem ser entendidos como uma forma de comunicação cidadã. O trabalho estrutura-se em três momentos: primeiramente, são abordados os eixos teóricos, que tratam do espaço público, do exercício da cidadania e do papel da comunicação. Em seguida, dois movimentos selecionados, o Largo Vivo e a Serenata Iluminada, são submetidos a uma análise descritiva; o *corpus* é constituído por textos que descrevem os eventos de divulgação das edições, disponíveis na página do Facebook de cada movimento. Por fim, de modo a responder ao problema de pesquisa, os resultados são articulados com as teorias abordadas.

Palavras-chave: Espaço público; Comunicação cidadã; Movimentos sociais; Largo Vivo; Serenata Iluminada.

ABSTRACT

This research discusses to what extent the occupation movements of public spaces in Porto Alegre (RS) can be understood as a way of communication for citizenship. It is structured in three parts: at first, the theoretical references that deal with public spaces, the exercise of citizenship, and the role of communication are examined. After that, the two selected movements, Largo Vivo and Serenata Iluminada, are submitted to a descriptive analysis; the corpus is formed by texts that describe the promotional events available on the page of each of the movements on Facebook. Lastly, in order to respond to the research question, the results are articulated with the theories studied.

Key-words: Public spaces; Communication for citizenship; Social movements; Largo Vivo; Serenata Iluminada.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ESPAÇO PÚBLICO	13
2.1	A esfera pública	13
2.2	O espaço público	20
2.2.1	<i>Espaço geográfico e social</i>	21
2.2.2	<i>O espaço urbano</i>	23
2.2.3	<i>O espaço público</i>	27
2.3	Espaços públicos em Porto Alegre	33
3	O EXERCÍCIO DA CIDADANIA	37
3.1	Ser cidadão no Brasil	38
3.2	Cidadania, democracia e direitos	41
3.3	O direito à cidade	43
3.4	Movimentos sociais	47
4	O PAPEL DA COMUNICAÇÃO	52
4.1	O agir comunicativo	52
4.2	A comunicação cidadã	57
5	ANÁLISE DESCRITIVA	63
5.1	Largo Vivo	64
5.1.1	<i>Largo Vivo: análise descritiva do corpus</i>	67
5.2	Serenata Iluminada	69
5.2.1	<i>Serenata Iluminada: análise descritiva do corpus</i>	72
5.3	O que há de comunicação cidadã no Largo Vivo e na Serenata Iluminada	75
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	82
	ANEXO A — EVENTOS DO LARGO VIVO	87
	ANEXO B — EVENTOS DA SERENATA ILUMINADA	100

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem se observado globalmente um esforço em se reverter os paradigmas desenvolvimentistas urbanos que predominaram durante o século XX, representados pela supressão do espaço comum a todos em favor do espaço individual, de que o culto ao automóvel e a degradação da cidade são sintomas. Para tanto, as administrações das cidades têm recorrido a medidas que buscam devolver o espaço urbano ao pedestre, inserindo-o novamente em uma relação de pertencimento à cidade que havia se perdido com as políticas de incentivo ao uso do automóvel e ao enclausuramento intramuros. Nesse contexto, o espaço público ressurge como símbolo de uma cidade democrática, pois pressupõe a troca de lógicas privatistas e segregadoras pelo convívio em coletividade.

Em países como o Brasil, entretanto, essas lógicas e suas imbricações ainda predominam — tanto devido ao enraizamento da cultura do privado na sociedade quanto à resistência do poder público em tomar iniciativas que busquem promover o resgate do espaço público. Assim, seguem a pleno vapor o incentivo à compra e ao uso do automóvel, bem como a midiaticização da insegurança urbana que oferece soluções ilusórias e individualistas ao problema da violência. São medidas que também desencorajam o convívio cidadão em favor de espaços privados voltados a públicos e atividades preestabelecidos, traduzindo-se, em suma, na “lógica do condomínio” apontada por Dunker (2011), que transforma em desviantes e marginalizados os comportamentos diversos daqueles normatizados pelo interior do sistema.

A retomada do espaço público é, então, simultaneamente uma forma de se recusar a imposição da lógica privatista e de se organizar a sociedade em torno da discussão sobre o estado da coisa pública. Em Porto Alegre, o movimento tem sido estimulado, dentre outros exemplos, por tentativas de se impor à cidade modelos questionáveis de revitalização de espaços negligenciados pelo poder público, como o Cais Mauá; pela transformação de áreas destinadas ao trânsito de pedestres em estacionamentos, como o Largo Glênio Peres; e, ainda, por propostas de cercamento de espaços sob a alegação de enfrentamento da violência urbana, como o Parque Farroupilha.

Assim, esta pesquisa pretende investigar como a recente ocupação de espaços públicos de Porto Alegre constitui uma forma de comunicação cidadã, promovendo o debate acerca das questões pertinentes à cidade. Para tanto, selecionamos dois movimentos representativos dos pontos que citamos anteriormente: o Largo Vivo — por sua postura de combate à cultura do automóvel — e a Serenata Iluminada — pela busca em chamar a atenção ao problema da insegurança pública.

Para tanto, temos como objetivo geral compreender os movimentos de ocupação de espaços públicos como espaços de comunicação cidadã, isto é, aquela realizada por cidadãos, voltada para eles e ancorada em temas pertinentes a todos. De modo a operacionalizar este objetivo, propomo-nos a verificar os motivos que conduzem a tais iniciativas sob uma perspectiva histórica, articular sua relação com os movimentos sociais e a noção de cidadania e identificar de que modo o campo comunicacional pode contribuir com estas lutas sociais.

Estudar a forma como a sociedade vem mudando sua relação com a cidade é fundamental para que compreendamos os efeitos das transformações políticas e culturais, ocorridas especialmente no século XX, e que anseios poderão moldar as dinâmicas urbanas nas próximas décadas. Fazer uso do contexto local, por sua vez, permite que possamos desenvolver a pesquisa com a vantagem da proximidade em relação aos objetos; assim, o resultado poderá ser útil para esclarecer algumas questões e apontar caminhos a serem tomados. Além disso, a relação da comunicação com a cidadania e o urbanismo é pouco explorada. Este trabalho também pode contribuir, então, para que se busque o diálogo entre essas áreas, fornecendo novos olhares aos temas aqui investigados e incentivando a procura de novas oportunidades de interdisciplinaridade a partir da comunicação.

Nossa pesquisa está metodologicamente estruturada em três momentos. Em primeiro lugar, realizamos uma revisão bibliográfica dos três eixos que a orientam — o espaço público, a cidadania e a comunicação — para, então, fazermos uma análise descritiva dos movimentos estudados. Nesta etapa, mapeamos as descrições dos eventos relativos a cada edição do Largo Vivo e da Serenata Iluminada — disponíveis nas respectivas *fan pages* do Facebook, rede social em que se concentram as ações de comunicação dos movimentos — e analisamos como eles se definem através dos discursos e modos de expressão que persistem entre as edições. Por fim, buscamos articular os resultados encontrados com as teorias abordadas, de forma a responder ao problema de pesquisa.

O trabalho é desenvolvido ao longo de quatro capítulos, dos quais três discorrem sobre cada um dos eixos da pesquisa e o último dedica-se à análise. Ao longo de todo o trabalho, buscamos atrelar as teorias discutidas aos movimentos analisados posteriormente, de forma que o leitor possa compreender os motivos que nos levaram à escolha de tais objetos e de que modo eles dão materialidade às ideias que julgamos pertinente explorar.

O primeiro capítulo trata do espaço público, resgatando antes a noção de esfera pública com base em Hannah Arendt (1986; 2010), Sandra Jovchelovitch (2000) e Vera Telles (1990; 1994). Ainda, buscando delimitar nosso objeto de estudo, discutimos as particularidades do espaço geográfico e social apontadas por Henri Lefebvre (2013) e

Marcelo Lopes de Souza (2013); o espaço urbano, especialmente por meio de contribuições de Angelo Serpa (2004) e Michel De Certeau (1998); e, por fim, o espaço público propriamente dito, tratado pelos autores já citados, além de Angelo Serpa (2004; 2009) e Rogério Proença Leite (2002; 2005). Traçamos, ainda, um breve panorama dos espaços públicos da área central de Porto Alegre, situando-os na área de atuação dos movimentos estudados.

No segundo capítulo, discorremos sobre a prática cidadã. Após uma breve contextualização dos sentidos da cidadania enquanto conceito universal, passamos ao caso brasileiro, buscando compreender o que significa ser cidadão no Brasil. Nessa reflexão, adotamos, em especial, as ideias de Evelina Dagnino (2004), Maria Victoria Benevides (1994) e Milton Santos (2002). Em seguida, com base em Dagnino (1994), Santos (2002) e Elenaldo Celso Teixeira (2002), entrelaçamos a cidadania às noções de democracia e direitos, verificando de que forma ela contribui para o desenvolvimento de uma sociedade fundada em tais valores. Deste subcapítulo, aproveitamos a concepção da cidadania enquanto estratégia de luta política para trazer as contribuições de Henri Lefebvre (1967) atualizadas por David Harvey (2014) acerca do direito à cidade, buscando conciliar observações dos autores em experiências por todo o mundo com o contexto das manifestações ocorridas no Brasil nos últimos anos. A luta pela cidadania também nos leva a ponderar acerca de sua relação com os movimentos sociais, responsáveis por sua articulação ante a sociedade civil, por meio do aporte teórico de Cicilia Peruzzo (1998), Márcio Simeone Henriques (2007) e Maria da Glória Gohn (2011).

No terceiro capítulo, adentramos o universo comunicacional, acumulando às reflexões propostas até então o papel pragmático da comunicação. Para tanto, utilizamos especialmente as ideias de John B. Thompson (2011), Regina Escudero César e João Pissarra Esteves (2015) e Sergio Costa (1997) para definir o que entendemos por agir comunicativo e a relevância da comunicação pública no contexto de uma sociedade democrática. A partir dessas considerações, e levando em conta as contribuições mais expressivas de Peruzzo (1998; 2007) e Fernando Resende (2005), propomos a emergência de uma “comunicação cidadã”, conceito ligado aos movimentos sociais reivindicatórios da cidadania e instrumento para a continuidade da luta popular.

Por fim, destinamos o quarto capítulo à análise dos movimentos selecionados — o Largo Vivo e a Serenata Iluminada. Buscamos contextualizá-los com base em informações disponibilizadas pelas respectivas *fan pages* para, então, delimitar os *corpora* de análise e descrevê-los, elencando similaridades que possam ser compreendidas como núcleos de

autodefinição dos movimentos. Após as análises individuais, tecemos considerações a fim de responder ao problema de pesquisa, relacionando os resultados encontrados ao conceito de comunicação cidadã proposto no capítulo anterior.

2 ESPAÇO PÚBLICO

Neste capítulo, discutiremos a problemática do espaço público, que constitui o primeiro eixo da pesquisa. Para tanto, consideramos pertinente resgatar, em primeiro lugar, o sentido de esfera pública, dado que o espaço público em si emerge a partir dela. Além disso, uma vez que ambos os conceitos costumam ser empregados como sinônimos, essa distinção contribui para delimitar nosso entendimento de espaço público, que será explorado no segundo subcapítulo. Por fim, fazemos um panorama dos espaços públicos da cidade de Porto Alegre, destacando aqueles que costumam ser palco de mobilizações populares — dentre as quais nossos objetos de análise.

2.1 A esfera pública

Antes de discutirmos nosso objeto de estudo propriamente dito, convém traçarmos um panorama da noção de *esfera pública*, que pode ser entendida como base para uma série de outras discussões, dentre as quais a emergência do espaço público. Embora autoras como Hannah Arendt (1986; 2010) e Vera Telles (1990; 1994) empreguem ambas as expressões indiscriminadamente, faremos, para os efeitos deste trabalho, uma distinção de forma a delimitar aquilo que entendemos por espaço público.

Nessa discussão, o termo *público*, segundo Jovchelovitch (2000), remete a dois fenômenos relacionados, embora não idênticos. Primeiramente, o objeto dotado de natureza pública pode e deve estar disponível ao alcance de todos; aponta, portanto, à ação de um sujeito que a ele confere publicidade. Público também denota oposição ao que é privado, referindo-se ao próprio mundo que os homens compartilham, ao passo que se diferencia do lugar nele ocupado pelo indivíduo (ARENDR, 2010). Veremos, portanto, que público e privado delineiam-se mutuamente e de forma constante como categorias de um mesmo universo.

A emergência da esfera pública remonta à Antiguidade dos gregos, coincidindo, para Aristóteles, com o surgimento da cidade-Estado. Para Arendt (2010, p. 28), esse fato “significou que o homem recebera, ‘além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*’” — a saber, a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*), únicas atividades consideradas políticas dentre todas as necessárias e presentes nas comunidades humanas — cuja condição advém do princípio da pluralidade humana, “o fato de que são os homens, e não o homem, que vivem na terra e habitam o mundo” (ARENDR, 1983 apud

JOVCHELOVITCH, 2000, p. 48). Se até então o centro da existência humana era constituído pelo lar e pela família, essa nova forma de organização radicalizaria seu estar-no-mundo ao pôr em confronto “aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” (ARENDRT, 2010, p. 29).

Segundo a autora, a ideia de *bios politikos* já se mostrava presente no pensamento pré-socrático, anterior à formação da pólis, mas até então discurso e ação andavam juntos, o que implica dizer que o discurso era considerado, com efeito, uma ação. A experiência da pólis trouxe consigo a separação entre essas atividades e uma consequente ênfase ao discurso. A linha difusa entre as esferas política e social resulta da igualmente enigmática expressão “animal social”, tradução latina para a definição aristotélica do homem como *zōon politikon*.

Habermas (1984 apud JOVCHELOVITCH, 2000) faz uma ressalva à atribuição ao modelo helênico que persiste, até hoje, como referência universal da origem da esfera pública. Embora possamos encontrar nos gregos antigos as discussões básicas sobre o que é público e o que não é, faz-se necessário lembrar que a esfera pública a que nos referimos atualmente deve muito ao percurso da esfera pública burguesa, decorrente das “transformações [...] na divisão social do trabalho e nas reivindicações associadas ao poder político” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 55) que ocorrem na Europa entre os séculos XVII e XIX. Nesse período, as autoridades feudais dividem-se em setores que, a partir de seu pertencimento ou exterioridade em relação ao aparelho estatal, passam a constituir as esferas pública e privada do sistema. De um lado, o poder da nobreza é delegado às instituições formais; o público aqui é a “autoridade pública”: o próprio Estado. De outro, parcelas da sociedade dedicadas aos ofícios e ao comércio — a burguesia propriamente dita — moldam a esfera de autonomia privada, descolada do Estado. Daí o uso do termo latino *privatus*, “colocado à parte”, que nesse contexto adquire o sentido de “sem função pública”. A sociedade civil desenvolve-se a partir desse domínio, incumbida inicialmente da função de distinguir as noções de Estado e sociedade. Quando da vitória da burguesia europeia contra o absolutismo, a sociedade civil dá forma ao modelo liberal da esfera pública burguesa, que surge com o objetivo de sujeitar a ação do Estado ao escrutínio da opinião pública por meio da prestação de contas e da instituição de canais que possam dar voz aos interesses da sociedade. Não são o compartilhamento de um espaço comum e o convívio social que distinguem o homem de outros animais, mas antes a superação do domínio da necessidade em favor do domínio da política. Comparada à esfera domiciliar, onde o convívio era um modo de resolver as necessidades individuais, a palavra de ordem na esfera da pólis era a liberdade; no entanto, para que esta fosse assegurada, fazia-se necessário manter o controle sobre as

necessidades da vida dentro do lar. Ainda assim, libertar-se das necessidades biológicas não significaria automaticamente ser livre, já que a liberdade requer seu próprio espaço — precisamente o espaço da palavra e da ação, ou seja, adentrar a vida política (JOVCHELOVITCH, 2000).

De acordo com Habermas (1984 apud JOVCHELOVITCH, 2000, p. 30), a esfera pública pode ser entendida “como um espaço de livre acesso, onde cidadãos se encontram para debater e racionalmente desenvolver argumentos sobre questões da vida comum”. Ela deve fornecer mecanismos que garantam a expressão da diversidade. Jovchelovitch (2000) aponta a centralidade da noção de *nós* em oposição ao *eu* familiar (ou à soma de *eus* que não passam pelo crivo da conciliação mútua) “enquanto sujeito da ação coletiva e produtor de poder, entendido aqui como um recurso gerado pela habilidade dos membros de uma comunidade de estabelecerem uma discussão e eventualmente concordarem sobre qual o caminho a seguir” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 49). Além disso, mais do que deliberar sobre questões pertinentes ao aqui-agora comum aos homens, os encontros engendrados pela e na esfera pública contribuem para que o presente seja situado em relação ao passado e ao futuro, isto é, permite adquirir perspectivas e, em última análise, (re)escrever a História.

Arendt (2010, p. 46) aponta ainda que “o aparecimento da sociedade [...] do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas turvou a antiga fronteira entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão”. Se para os antigos a vida privada significava, literalmente, um estado de privação, ou seja, de eximir-se da vida pública que ronda o homem — e, por consequência, das capacidades políticas que o diferenciariam como espécie — o individualismo da Era Moderna contribuiu para seu enriquecimento a ponto de tê-la dotado de significado diverso: “privatividade” hoje não implica abster-se de algo (no caso, a vida pública), mas descortina um sem-número de possibilidades que conferem igual importância à esfera privada.

Para Marzulo,

o indivíduo provido de uma (auto) consciência individual e cada vez mais se constituindo como sujeito moderno em função dessa unicidade individual definida por uma interioridade psíquica, ao mesmo tempo é levado pelo processo socioeconômico da modernidade a se constituir coletivamente como classe e em termos da organização política moderna, sintetizada na figura do Estado-nação, como povo, tem seu papel social cada vez mais contaminado pela ideia de autenticidade, significando a manifestação pública de sua unicidade (MARZULO, 2005).

Na realidade, a esfera privada sofreu tamanha dilatação que acabou por permear o espaço reservado à esfera pública, sem, no entanto, publicizar-se propriamente. “A grandeza

cedeu lugar ao encanto”, afirma Arendt (2010, p. 64), ressaltando a incompatibilidade entre o domínio público e o encanto na medida em que o primeiro seja incapaz de sustentar o irrelevante. Grandeza, nesse caso, remete a uma exterioridade relativa ao indivíduo, que pode ser mais bem entendida em contraponto ao aconchego do domínio privado; basta pensar nos sentimentos mais íntimos e a forma que assumem quando publicizadas. Não há espaço para a irrelevância na esfera pública devido ao mecanismo social em que se retroalimentam a excelência experimentada nesse âmbito e a presença do outro. “Essa presença exige a formalização do público, constituído pelos pares do indivíduo; não pode ser a presença fortuita e familiar de seus iguais ou inferiores” (ARENDR, 2010, p. 59).

A autora identifica na prática da vida pública a realização de embates entre idiosincrasias individuais. Pois, se no âmbito do lar é permitido ao indivíduo prolongá-las e multiplicá-las, o efeito não se compara ao de “ser visto e ouvido por outros”, uma vez que “todos veem e ouvem de ângulos diferentes” (ARENDR, 2010, p. 70). Lugar da visibilidade por essência, o espaço público permite reconhecer a singularidade de cada um, característica essa que só pode vir à tona mediante a existência de um espaço em que a ação e o discurso — é dizer, a expressão da pluralidade humana — se materializem.

Seguindo esse raciocínio, podemos pensar que reside aí a legitimidade do que se costuma denominar *interesse público* — algo que extrapola a mera soma de visões individuais de um objeto, publicizando também os pontos de choque entre elas, precisamente onde a vida comum exige que se efetuem negociações que transcendam o olhar familiar ainda não confrontado.

Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida primordialmente pela “natureza comum” de todos os homens que o constituem, mas antes pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. (ARENDR, 2010, p. 70)

A linha tênue entre o advento do social e o borramento das fronteiras entre público e privado deve-se também ao (e é igualmente sintoma do) forjamento de interesses privados em preocupações públicas. Para a filósofa, “logo que ingressou no domínio público, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários [*property-owners*], que, ao invés de requererem o acesso ao domínio público em virtude de sua riqueza, exigiram dele proteção para o acúmulo de mais riqueza” (ARENDR, 2010, p. 83).

Se o público e o privado constituem esferas complementares, é a relação entre eles que deixa transparecer seu significado para uma sociedade de acordo com sua própria realidade histórica. São fronteiras que os separam e os definem ao mesmo tempo. Por isso, embora a delimitação do espaço privado tenha se dado de diferentes maneiras ao longo da história —

desde a pólis grega até as sociedades burguesas anglo-saxãs, passando pela Europa Medieval — sempre houve distinções mais ou menos claras entre o que deveria ser, por um lado, visível/comum/aberto a todos e, por outro, oculto/particular/subtraído da esfera aberta a todos. E, apesar desse constante deslocamento das fronteiras entre o público e o privado, seu sentido se mantém estável: o que muda são os vínculos que com eles se estabelecem — a exemplo de temas outrora considerados tabus e, portanto, excluídos do debate público, mas que hoje são abertamente discutidos (JOVCHELOVITCH, 2000).

Ao analisar as práticas na esfera pública sob a ótica da psicologia social, Jovchelovitch (2000) assinala a importância da argumentação na constituição da vida psíquica: por meio do diálogo, que a autora caracteriza como público por natureza, o homem forma e reformula seu processo reflexivo. Analogamente, a relação entre a vida pública e a vida privada assemelha-se à do homem com a natureza, pois, se o senso comum nos leva a situar o homem em uma relação demiúrgica com o ambiente, havemos de lembrar que o homem também está inserido na natureza que modifica e, portanto, acaba por transformar a si mesmo nesse processo. Nas palavras de Jovchelovitch (2000, p. 43), “a vida pública não é uma estrutura externa influenciando a vida privada, mas um de seus elementos constituintes”.

Sua teoria vai ao encontro dos estudos de Harré (1981), quando este afirma que, embora certos fenômenos cognitivos requeiram o espaço próprio (privado) do indivíduo para serem processados, resultam da vivência demarcada pela lógica da esfera pública. O autor argumenta que as mobilizações, por mais objetivas e dirigidas que pareçam — como greves, passeatas e a ocupação de espaços públicos — não podem ser pensadas em caráter reivindicatório estrito, como apenas um meio para se alcançar os fins que reclamam, mas antes a exigência de reconhecimento e legitimidade enquanto expressão.

Jovchelovitch (2000) atém-se à teoria das representações sociais para abordar a construção simbólica da esfera pública no Brasil, pois é nesses espaços, em que sujeitos sociais reúnem-se para dar sentido ao cotidiano, que tais fenômenos são produzidos. Além disso, pelo fato de serem a representação de um objeto, isto é, de ocuparem seu lugar, as representações sociais reconstróem a realidade atribuindo imagens e significados ao mundo, o que as torna a expressão mais visível do espaço em que o sujeito social luta para interpretar e dar sentido.

Como veremos adiante, a ocupação do espaço público como forma de protesto é uma reação ao declínio da esfera pública — ou, de outra forma, à absorção do “bem” público pelo domínio privado — observado em âmbito local. Para Telles,

[...] a dissolução desse espaço público significa a perda de um “mundo comum” que articula os homens numa trama visível feita por fatos e eventos tangíveis no seu acontecimento e que se materializa na comunicação intersubjetiva, através da qual as opiniões se formam e os julgamentos se constituem (TELLES, 1990, p. 28–29).

O que a autora aponta remete à distinção que fizemos no início do capítulo entre a esfera pública e o espaço público. Mais do que a supressão de um espaço físico comum aos homens, é um universo de relações potenciais que está em jogo. A perda da esfera pública implica a troca de uma noção de realidade que resulta da convivência comum (e que permite discernir juízos antagônicos no espectro de valores como relevância, legitimidade, justiça, veracidade etc.) pela fiança na própria subjetividade, apartada da apreciação alheia. Desse modo, “os homens [...] tenderão a fazer de seus interesses e sentimentos privados a medida de todas as coisas. [...] E isso significa a perda dos critérios de diferenciação entre aquilo que tem como medida a vida de cada um e aquilo que tem o mundo como medida” (TELLES, 1990, p. 31–32).

Nessa lógica do “cada um por si”, o indivíduo deixa de assumir uma parcela de responsabilidade sobre o mundo. Holanda (1995) ressalta que a usurpação do público pelo privado é um fenômeno histórico no Brasil, onde instituições que visariam à coletividade são desviadas em favor de indivíduos e grupos sociais. Segundo Jovchelovitch (2000), o país acompanha a trajetória de seus vizinhos latino-americanos, cujas sociedades calcaram-se na mescla de tradições das populações nativas, dos colonizadores europeus e dos povos africanos escravizados, em uma dinâmica permeada por relações de dominação e aniquilação da alteridade. Se essa interação fundou uma riqueza e uma diversidade culturais inéditas, também tornou aparente “a supremacia das emoções, do personalismo e do privado em relação à questão pública” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 42) inerentes ao pensamento ibérico colonizador dominante.

Eco (1989) faz uma reflexão interessante sobre a estrutura do pensamento latino, que, na ânsia por estabelecer relações de causa e consequência, teria conferido demasiada atenção à esfera do discurso, correndo o risco de “superinterpretar” o universo. Para Jovchelovitch (2000), tal característica explicaria aspectos da cultura latino-americana que permanecem visíveis até hoje, como a ênfase no dogma e na hierarquia do catolicismo ibérico, a confusão patrimonial entre direitos públicos e privados e a corrupção praticada por chefes de família.

A aversão generalizada à política é resultado da sensação de impotência frente ao aparelhamento do Estado, que, devido à falta de representatividade e aos mecanismos pelos quais as decisões são tomadas, não se mostra capaz de prover as necessidades do povo. Pode-se argumentar que, na verdade, o Estado funciona de forma excepcional às classes que serve e

pelas quais é gerido; no entanto, perde seu caráter público no momento em que deixa de atender às reivindicações coletivas (geralmente oriundas de grupos já desfavorecidos). A lógica individualista não é, portanto, sintoma do fim do Estado, mas da noção de público. Ocorre que a legitimidade da ação estatal é enfraquecida porquanto sua razão de existir seja pautada pelo interesse coletivo, mas, na prática, se observe o contrário.

Em 1927, Lippmann (2008) descreve o desencanto que o cidadão privado sente quando não vota como decorrente de uma conjuntura histórica. Em um contexto de voto (e, conseqüentemente, de participação) não obrigatório, o autor questiona os limites da democracia e da cidadania em sociedades contemporâneas. O sentido de participação que Arendt (2010) menciona não mais comove esse cidadão, que, destituído do senso de comunidade, refugia-se no domínio privado. É a perda da “maneira especificamente humana’ de se fazer a experiência da realidade”, a qual só pode existir em um espaço aberto ao debate, que leva as massas a assimilarem passivamente a propaganda totalitária na primeira metade do século XX (TELLES, 1990, p. 29).

Como Sennett (1977) bem aponta, no contexto do desequilíbrio entre a vida pública e privada, a convivência com outros homens começa a ser vista como desconfortável ou mesmo como uma ameaça. Essa conjuntura representa o retorno ao lar como fuga da conciliação de individualidades, da aceitação da pluralidade, enfim, da vida pública, fazendo com que o ser “cresça dentro de si mesmo” e levando, ao fim e ao cabo, a uma deterioração do indivíduo e da sociedade.

Como vimos, a pluralidade da condição humana está na essência da ação política, aspecto que vem à tona pelo caráter intersubjetivo da esfera pública (SERPA, 2004). O confronto entre ideias distintas baseia-se na capacidade de julgamento individual que é inerente à ação política. Entretanto, esse discernimento só se mostra possível à medida que os homens se abram à comunicação, o que implica sujeitar mutuamente as convicções pessoais à apreciação de seus pares. A ideia (comum) da esfera pública como um mero receptáculo de opiniões pré-definidas e imutáveis seria, na verdade, a morte da política. O diálogo presume, mais do que a demonstração da pluralidade de modos de ver, a disposição ao intercâmbio de asserções a partir da capacidade de ponderação. Reside aí o valor da opinião para Arendt (2010) como cerne do debate público: distintamente das “verdades da razão”, a opinião, para ser reconhecida publicamente, precisa ser atravessada por processos de persuasão e dissuasão. Isso significa submeter as verdades enunciadas a um valor não-absoluto, reduzindo-as a um objeto de discussão como qualquer outro.

Para Telles (1990, p. 35), “é pela ação que cada homem confirma sua singularidade [...] Mas a ação exige um espaço de aparecimento para que se torne tangível na sua capacidade de produzir fatos e eventos. [...] E é por isso que a ação exige a palavra para que sua obra se complete no mundo”. A autora atribui à palavra, que dá corpo à comunicação, a possibilidade de transformar eventos ocorridos em uma história comum; inversamente, as coisas não comunicadas e incomunicáveis acabam por perder seu lugar no mundo. Em sua realização enquanto diálogo, a palavra confunde-se com o poder e “é capaz de trazer à luz, ao mesmo tempo, o mundo e o ator para o qual a palavra significa também assumir uma identidade” (ENEGREN, 1984 apud TELLES, 1990, p. 36–37).

É central para a discussão proposta por Arendt a noção de direitos, já que, em sua concepção, o marco legal tem a função de respaldar a legitimidade do reconhecimento mútuo entre os homens.

Reconhecer o outro como seu semelhante [...] constrói, para Hannah Arendt, as condições da igualdade, entendida enquanto isonomia, e que se qualifica no direito comum à ação e à opinião, o que significa dizer, no reconhecimento do direito de cada um e de todos à participação na vida pública (TELLES, 1990, p. 39).

O direito como um pressuposto que torna o homem capaz de não apenas aceitar ou tolerar a alteridade, mas valorizá-la como condição da existência em sociedade é, para Arendt, o que põe a vida política em funcionamento. Como a filósofa exemplifica recorrendo à situação dos apátridas, seria improdutivo buscar a garantia de direitos individuais sem que antes houvesse um corpo político constituído que lhes oferecesse acesso às condições de lutar por eles. Ou, conforme Telles (1990, p. 39), “o direito só pode existir no exercício efetivo de direitos”. Ter direitos significa, portanto, ter lugar. Voltaremos à discussão sobre direitos mais tarde, quando os entremearmos à noção de cidadania de acordo com a releitura harveyana do direito à cidade proposto por Lefebvre.

2.2 O espaço público

O conceito de que trataremos neste subcapítulo é resultado de múltiplas mutações do que diversas sociedades têm entendido como espaço. Embora sua evolução não tenha necessariamente se mostrado tão linear e esclarecida como apresentaremos aqui, convém fazer uma análise arqueológica do conceito para elucidar as interfaces entre os tipos de espaço que levam à formação do espaço público.

2.2.1 Espaço geográfico e social

A primeira ideia de espaço que nos vem à mente costuma ser a mais literal — o espaço geográfico, onde a ação humana ainda não é definidora. Trata-se do que pensadores como Marx e Reclus denominam “natureza primeira” (intocada) em oposição a uma “natureza segunda” (transformada). Para Souza (2013), no entanto, tal diferença só se mostra factível se adotarmos uma abordagem pragmática, já que o ato de observar e estudar a natureza implica inserir o homem em seu processo conceutivo. Assim, “a natureza que importa não é [...] aquela das forças naturais (processos físicos, químicos e biológicos, e sua concretização como processos de modelagem da superfície terrestre), mas sim a ‘natureza-para-a-sociedade’” (SOUZA, 2013, p. 31). Por esse viés, o espaço não deixa de ser geográfico, mas contém um estrato que, para além das dinâmicas naturais, é construído pela sociedade; sendo esse espaço pautado por relações sociais, podemos denominá-lo, portanto, um espaço social.

Se nessa classificação incluimos bens materiais desenvolvidos pela atividade sedentária do homem — desde a agropecuária até a formação das cidades e a produção de energia — por outro lado é importante notar que o espaço social não se reduz à materialidade. Souza (2013, p. 32) busca a acepção mais comum de território, a saber, “a projeção, no espaço, de um *poder* que se exerce e que demarca espaços bem diferentes” (expressando-se basicamente pela inescapável dicotomia meu-teu), para concluir que o território é uma relação social por definição; o território serve-se do espaço como forma onde atualiza sua substância. Consequentemente — se território e relações sociais se confundem e se o território depende do espaço para ser enunciável — a fronteira entre espaço social e relações sociais torna-se mais difusa.

Em meio a essa primeira interface, vale trazer à discussão o sentido de espaço social proposto pelo domínio da Sociologia, no qual “é, frequentemente, sinônimo de um ‘campo’ de atuação, de uma teia de relações ou de posições relativas em uma estrutura social, sem necessária vinculação direta com um espaço geográfico concreto, preciso e delimitado” (SOUZA, 2013, p. 22–23). Essa contribuição vem ao encontro de nosso debate, que procura dar ao espaço um sentido não tão estrito a ponto de invalidar determinadas aplicações e, ao mesmo tempo, não tão amplo que possa incluir noções demasiado abstratas como as exploradas na Matemática e na Filosofia.

De certa forma, podemos dizer que pretendemos problematizar a discussão *do e pelo* espaço social *no* espaço social, sem que nenhuma acepção se reduza somente ao viés geográfico-físico ou somente ao viés sociológico. Como afirma Lefebvre (2013, p. 194,

tradução nossa), “resultado e causa, produto e produtor, o espaço é também uma meta, um lugar de projetos e ações em jogo, ocasião para o desenvolvimento de estratégias concretas e, portanto, também um objeto de desafios acerca do porvir”¹.

O espaço não apenas não é redutível à sua materialidade como o conjunto de objetos que nele se desenvolve inclui “a produção simbólica e de relações de poder” (SOUZA, 2013, p. 41). A produção *do* espaço e *no* espaço é com frequência indiscernível, pois o espaço é moldado na medida em que tais relações tomam forma. Conseqüentemente, para se diferenciar o espaço como fim e como meio é necessário recorrer à mesma abordagem pragmática que Souza utiliza na separação entre natureza primeira e segunda.

O espaço estaria, assim, marcado algumas vezes materialmente (assim como os animais empregam os cheiros, os homens fazem uso de procedimentos visuais e auditivos) e outras vezes de forma abstrata (mediante discursos, mediante signos). Tal espaço adquiriria um valor simbólico. Por essa perspectiva, os símbolos implicam sempre uma inversão afetiva, uma carga emotiva (temor, atração, etc.), depositados — por assim dizer — sobre um lugar particular e “representado” desde então pelos que se afastam desse lugar privilegiado (LEFEBVRE, 2013, p. 192, tradução nossa).

O espaço é palco de disputa entre relações sociais dominantes e reprimidas, e mesmo de contraprojetos que emergem como alternativas a esse conflito. Assim, a organização espacial, modo como o produto do trabalho social é disposto sobre a superfície terrestre, está submetida a constante desafio. Em uma sociedade não estagnada, o estado de “desordem” é permanente — e Souza (2013) alerta que, embora a presença de crises esteja permeada por um juízo de valor negativo, seu significado para o bem ou para o mal é uma questão de interesses e perspectivas. Do ponto de vista da esfera pública, a tensão é precondição para o diálogo, pois ideias que existem apenas silenciosamente, sem extrapolar sua “zona de conforto”, não podem ser postas em choque com outros vieses.

Lefebvre (2013) recorre à semiologia para apontar a dupla possibilidade de leitura-escrita do espaço, já que sua demarcação e sinalização coincide com a gênese da sociedade organizada (caçadores e pescadores arranjavam elementos da natureza como montículos de pedras para demarcar itinerários quando referenciais como árvores e matagais não se mostravam suficientes). Embora a leitura seja posterior à escrita, há casos em que o espaço é produzido para ser lido e, portanto, sua exploração está sujeita ao critério da legibilidade. É o caso da monumentalidade, que simboliza a imposição do poder, deixando evidente e ocultando o que lhe convém sob a (questionável) justificativa de expressar a vontade coletiva;

¹ No original: Resultado y causa, producto y productor, el espacio es también una meta, un lugar de proyectos y acciones en juego, ocasión para el despliegue de estrategias concretas, y por tanto, también un objeto de desafíos sobre el porvenir.

daí a caracterização de certos espaços como repressivos mesmo que ostentem signos que remetem a sensações aparentemente positivas. Como Serpa (2004) aponta, para o pensamento lefebvriano, esse espaço “concebido” guarda diversas dicotomias em relação ao espaço “vivido”: enquanto este tem a ver com o corpo, emoções e práticas cotidianas (sendo, portanto, também um espaço percebido), aquele está relacionado ao intelecto, às abstrações, à representação do espaço. Falar do espaço da cidade implica, então, desvendar a construção de um discurso urbanístico.

Se o espaço encontra-se sob constante tensão entre interesses, é bastante provável que o poder, na busca por reconhecimento, opere um desvio no espaço que o distancie de sua finalidade primeira (LEFEBVRE, 2013). Nos movimentos que se apropriam de espaços públicos, não é raro que se dê a eles usos inesperados, mesmo provocativos — por exemplo, quando um lugar utilizado para o estacionamento de veículos particulares é reavivado como local de celebração (com grande protagonismo do movimento cicloativista, que notoriamente disputa o espaço da cidade com a cultura do automóvel), como é o caso do evento Largo Vivo, em Porto Alegre; ou quando o mito em torno da insegurança urbana é desafiado pela promoção de festas noturnas que buscam concentrar pessoas em determinados lugares, como ocorre no Parque Farroupilha, na mesma cidade, por meio da Serenata Iluminada; exemplos que nos servem como objeto de análise nesta investigação, e sobre os quais nos debruçaremos em momento oportuno. Para Lefebvre (2013), desvio e produção devem ser vistos como duas faces da mesma moeda, já que o desvio não é mais que uma reapropriação. Aliás, o autor salienta que, no contexto capitalista, a reapropriação mediante o desvio de espaços institucionalizados pode mostrar-se mais eficaz do que se criar um espaço do zero, uma vez que essa estratégia não somente propõe alternativas, mas questiona a validade das imposições vigentes. Epistemologicamente, a produção do espaço pelo desvio é acompanhada da produção de novas formas de se ver o mundo e, portanto, de pensar que modelos queremos seguir e quais estão esgotados.

2.2.2 *O espaço urbano*

A cidade de que fala o discurso urbanístico implica “a criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade: como a seu modelo político, o Estado de Hobbes, pode-se atribuir-lhe pouco a pouco todas as funções e predicados até então disseminados e atribuídos a múltiplos sujeitos reais, grupos, associações, indivíduos” (DE CERTEAU, 1998, p. 172). Amparado nessa noção que personifica a cidade, ao mesmo tempo desumanizando seus

agentes transformadores, o discurso urbanístico constrói a cidade-conceito, que De Certeau (1998, p. 174) designa “a maquinaria e o herói da modernidade”. A urbe é instrumentalizada como o lugar do progresso, em nome do qual tudo deve curvar-se.

O autor analisa a dinâmica do espaço urbano sob a ótica do observador distante, que vê a cidade como um conjunto do qual se encontra isolado. Esse observador que, de certo modo, está na cidade mas não participa dela é retratado como um *voyeur* que sobe ao alto do antigo World Trade Center e contempla a cidade aos seus pés. Se esse exemplo nos parece demasiado óbvio e peculiar — aqui, as noções de distância, isolamento e elevação cumprem função literal — não precisamos ir tão longe para encontrar equivalências no cotidiano, em nível pedestre. A relação que o morador de um condomínio fechado ou o condutor de um automóvel particular estabelece com seu entorno é bastante similar, especialmente quando pensamos no enclausuramento que esses dispositivos promovem — motivo pelo qual são procurados e estão em crescente grau de reprodução. Mais do que a busca por qualidade de vida ou autonomia, a recorrência a tais modelos de se existir na cidade representa a fuga das mazelas urbanas, não raro potencializadas por esses mesmos atores.

A evolução das urbes modernas em todo o mundo registra movimentos migratórios dentro das cidades causados pela degradação de determinadas regiões (que englobam desde surtos epidêmicos em áreas portuárias até a frequência de grupos indesejáveis em locais elitizados) e pela promessa de uma vida diferente para as classes mais abastadas em outros lugares. Há efetivamente um recorte de classe aí, já que tais modos de reorganização da cidade dependem das decisões dos grupos mais poderosos. Aos mais pobres, a possibilidade de escolha é secundária — tanto que, até pouco tempo atrás, permitia-se a eles habitar os centros degradados das cidades somente devido à desvalorização dos imóveis, em um efeito cascata². Essa problemática e, conseqüentemente, o recorte de classe são, no fundo, os mesmos que tomam conta do abandono do público em favor do privado: enquanto o rico dá-se o luxo da clausura, o pobre, sem outra saída, acaba por fortalecer o espírito de comunidade.

Em oposição ao observador distante, o autor situa o lugar do pedestre no espaço urbano — ou, antes, o *a-lugar*, para não confundirmos com o conceito de “não-lugar”³ proposto por Marc Augé (1994), pois “as motricidades dos pedestres formam um desses

² Embora esse fenômeno possa ser visto como “o lado positivo da gentrificação” — em termos absolutos, possibilita, de fato, a melhora da qualidade de vida geral — cabe questionar o quanto a restrição das liberdades de escolha dessas classes contribui com a reprodução das desigualdades. É uma dinâmica perversa, pois confere importâncias desiguais às liberdades — entendidas, antes de tudo, como possibilidades, o que muito lembra o “direito a ter direitos” de Hannah Arendt — de grupos dominantes e dominados.

³ Conforme Augé (1994), não-lugar refere-se ao espaço que não guarda relações históricas ou identitárias com a sociedade, inclusos aí locais de passagem e zonas urbanas degradadas.

‘sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade’, mas ‘não têm nenhum receptáculo físico’. Elas não se localizam, mas são elas que espacializam” (DE CERTEAU, 1998, p. 176). O pedestrianismo não é um não-lugar no sentido augeiano devido ao papel central que assume o processo de significação da cidade, na medida em que esta é explorada pelo caminhante por meio de realizações de possibilidades ordenadas, da inauguração de outras possibilidades e da recusa aos interditos. Em suma, “o usuário da cidade extrai fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo” (DE CERTEAU, 1998, p. 178).

O autor aponta, ainda, para uma série de analogias entre o ato de caminhar e o ato de falar, dado que o primeiro está para o sistema urbano como o segundo está para a língua. A enunciação pedestre constitui simultaneamente (a) “um processo de *apropriação* do sistema topográfico” (tal qual o falante apropria-se da língua), (b) “uma *realização* espacial do lugar” (como o uso da língua realiza-a sonoramente) e (c) um estabelecimento de “*relações* entre posições diferenciadas” (assim como o falar põe frente a frente locutor e interlocutor) (DE CERTEAU, 1998, p. 177, grifos do autor). A apropriação do espaço por um “eu”, implicando necessariamente uma oposição a um “outro”, estabelece outra dicotomia espacial (aqui-lá) que, na comunicação verbal, é responsável por situar o locutor em relação ao interlocutor. Da mesma forma, a arte de formar frases assemelha-se à arte de traçar percursos por meio de estilos (que conotam maneiras singulares de ser no mundo) e usos (que remetem às normas por meio das quais um sistema comunicativo se manifesta) (DE CERTEAU, 1998).

Para Serpa (2004, p. 33), “o cotidiano se concebe como estratégia do Estado dirigida às classes médias, suporte e produto desse mesmo Estado”. Essa estratégia atravessa vários níveis de complexidade e só se torna completamente concretizável devido à cooperação entre diversas esferas, desde políticas nacionais de crescimento econômico até o planejamento urbano direcionado. A profusão de empreendimentos privados de grande porte em Porto Alegre nas últimas décadas, notoriamente a construção de conjuntos comerciais e residenciais e a expansão de shoppings, por exemplo, não se sustenta sozinha, sendo necessário o amparo do Estado — tanto por meio de financiamento direto como pela legitimação simbólica de tais empreendimentos enquanto parte de uma política mais ampla, recorrendo desde à aprovação de leis permissivas ao acionamento de órgãos reguladores que flexibilizem sua atuação.

Na prática, os empreendimentos demandam um conjunto de necessidades em seu entorno que o aval do Estado torna realizável e lhe confere validação. Pensemos, por exemplo, em parcerias público-privadas que convêm ao Estado na medida em que permitem tirar demandas do papel ao repassar o orçamento e a execução à iniciativa privada. A perversidade reside no sistema de concessões que o Estado se vê obrigado a fazer sob o risco

de não pôr tais projetos em prática. Ocorre que, como De Certeau (1998) aponta, há frequentemente uma inversão discursiva que bloqueia a possibilidade de o Estado assumir-se empreendedor ao se converter a produção voltada ao público como despesa em vez de investimento. Dessa forma, “o modo de produção capitalista não toma o lugar do Estado, mas, o Estado é um dos protagonistas e facilitador dos interesses dos grupos hegemônicos políticos e econômicos” (SILVA; GOMES, 2013, p. 76).

A cidade organiza-se historicamente em torno da divisão social (e, portanto, territorial) do trabalho (SPOSITO, 2012), que “cria uma hierarquia entre lugares e redefine a cada momento a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (SANTOS; SILVEIRA, 2008 apud SILVA; GOMES, 2013, p. 74). Também compõem essa estrutura os espaços destinados ao lazer, que são comumente apartados do processo de produção, como lugares heterotópicos⁴ (FOUCAULT, 2009). Na realidade, por serem espaços destinados à recuperação, são intrínsecos ao sistema produtivo (LEFEBVRE, 2013). Seu papel é análogo ao dos parques em meio à selva de prédios dos centros urbanos: não o dissocia desse universo dominado pelo concreto, mas exerce função de respiro, necessária à sobrevivência do sistema. Assim, mesmo nesses espaços a dimensão do consumo faz-se presente. Para Bauman (2001, p. 87), “o código em que nossa ‘política de vida’ está escrito [sic] deriva da pragmática do comprar”, pois a busca constante por exemplos e modelos de vida, para além do desejo de se adquirir bens materiais, denota uma variação do consumo.

Serpa (2004) considera que a escassez de diversidade que se observa na morfologia urbana atual é reflexo da predominância do repetitivo sobre o único, do factual e sofisticado sobre o espontâneo e o natural, enfim, do produto sobre a produção, e cuja homogeneidade do resultado é o que faz com que os espaços urbanos sejam mais facilmente comercializáveis. Leite (2005) articula a problemática do consumo no espaço urbano com a questão do patrimônio histórico. Em contraponto à concepção de que o consumo é potencializado em espaços que aniquilam suas características locais em nome de elementos mais universais, o autor considera que a tradição, conforme adquire cada vez mais valor para as interações sociais, também pode se tornar comercializável. A tradição como um bem cultural apresenta duas facetas, de acordo com a categorização proposta por Meneses (2000, p. 38): o valor afetivo, em que contam as “relações subjetivas dos indivíduos (em sociedade) com espaços, estruturas, objetos [...] que alimentam os processos identitários ou da memória social”, e o

⁴ Segundo Foucault (2009), em contraposição às utopias (lugares não-reais), as heterotopias são lugares concretos que desafiam as convenções determinadas pela sociedade. Nesse caso, os espaços destinados ao lazer são vistos como “ilhas” de fuga do sistema produtivo que os cerca.

valor pragmático, “valores de uso percebidos como qualidades”. Segundo Leite (2005), a transformação de bens culturais como o patrimônio histórico em objetos de consumo falha em recuperar os sentidos tradicionais justamente ao reduzir seu valor puramente ao consumo impessoal sem que se resgate o sentido de pertencimento dos indivíduos. Esse é um traço marcante em projetos contemporâneos de restauração do patrimônio, pois altera “o sentido público e político do espaço urbano, ao tomar o cidadão como consumidor” (FEATHERSTONE, 1995 apud LEITE, 2005, p. 86).

Mais do que isso, quando se reduz a experiência urbana ao consumo, o sentido de “público” é esvaziado, uma vez que o acesso à integridade do que a cidade oferece opera com base na seletividade, sem levar em conta as condições desiguais da população. Não é apenas uma questão de dinheiro (em que pese a predominância do poder econômico na tomada de decisões acerca dos rumos da cidade), mas também sociocultural, como aponta Serpa:

[...] diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definido uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos (SERPA, 2004, p. 26).

Enquanto mercadoria inserida em uma lógica comercial, os espaços destinados à sociabilidade e à interação são distorcidos em seus propósitos, que passam a servir aos interesses dos grupos que os financiam (LOPES, 2012). Essa cadeia resulta principalmente de uma retroalimentação entre o poder econômico de grandes empresas e o poder político de agentes do Estado por meio do sistema de trocas que explicitamos anteriormente. Souza (2003) chama a atenção para o culto da revitalização e do crescimento econômico, com base nas quais grandes empreendimentos ganham o respaldo da opinião pública. Comumente seguidas do sucateamento proposital de espaços urbanos, essas construções vendem-se como única solução possível ou mais satisfatórias a curto prazo, na medida em que prometem promover uma mudança de status territorial e resolver problemas crônicos como desigualdade e marginalização.

2.2.3 *O espaço público*

Depois de uma série de afunilamentos das concepções de espaço — geográfico, social, urbano e suas respectivas implicações e contradições — chegamos enfim ao derradeiro objeto que constitui um dos pilares deste trabalho: o espaço público. Conceitualmente, adotaremos as reflexões de Arendt (1987) e Habermas (1996; 1998), também discutidas por Leite (2002).

Todo espaço urbano contém em si um espaço público latente, que se realiza mediante a tomada de um conjunto de ações (que dizem respeito à materialização da esfera pública) em determinada configuração espacial (geralmente, ainda que não necessariamente, o espaço urbano).

Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (LEITE, 2002, p. 116)

Arendt (2010) ressalta que o espaço público constitui uma arena capaz de dar visibilidade aos homens no processo de construção do mundo que compartilham, isto é, torna possível o exercício da política. Como espaço de efetivação do poder, o espaço público “só pode existir enquanto potencialidade [que se manifesta pelo fato de os homens agirem em conjunto], pois depende da ação e do discurso para sobreviver e existir” (TELLES, 1990, p. 36). Tem-se, assim, que o espaço público não é “cristaliza[do] enquanto ordenamento institucional” (LEFORT, 1986 apud TELLES, 1990, p. 45), mas depende da atuação do homem segundo determinadas condições que assegurem sua sobrevivência.

No Brasil, a noção de espaço público sempre esteve ancorada à ideia de pertencimento, derivada do desejo de construção de uma memória nacional. Centralizadas no Estado, as políticas patrimoniais convergem para transformar o patrimônio em lugar político, de onde possa aflorar uma ideia de nação (LEITE, 2005). Essas iniciativas ficam evidentes na arquitetura modernista, desde a concepção de prédios com grandes vãos-livres — que estimulam a circulação de pessoas no nível da rua — até a construção de Brasília — que Moser (2014) vê como uma tentativa de apagamento do passado brasileiro acumulado até então e recomeço da construção de uma identidade nacional.

A dicotomia entre o público e o privado, presente na esfera pública, também define o espaço público em relação a seu oposto, como menciona Jovchelovitch:

[...] é o crescimento progressivo de um espaço de intimidade dentro, com suas fronteiras institucionais definidas pela família patriarcal, que engendra o espaço público como um espaço do outro. O público está lá fora: é um outro espaço com regras e significados próprios. Cruzar as fronteiras entre a casa e o público também envolveria cruzar fronteiras entre formas diferentes de ser (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 84).

O fato de funcionar em lógica diversa à do espaço privado significa que, em relação a este último, o espaço público representa a chance de libertação do homem de um domínio que desconhece o contraditório ao mesmo tempo em que o coloca em desafio com a alteridade. “A liberdade só pode se efetivar quando se manifesta na sua visibilidade, como uma realidade

concreta e tangível”, afirma Telles (1990, p. 38). Aqui convergem as derivações do espaço exploradas até então, unindo a materialidade do espaço geográfico, a humanidade do espaço social e a sociabilidade do espaço urbano para conceber um lugar em que a esfera pública tenha plenas condições de vir à tona.

Na obra de Arendt, o espaço público aparece enquanto lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. Já para Habermas, o espaço público seria o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão (SERPA, 2004, p. 22–23).

Todavia, o espaço público transgride os limites da rua, devendo ser entendido “como uma dimensão socioespacial da vida urbana, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciadas” (LEITE, 2002, p. 116). Do mesmo modo, “revitalizar” um espaço nem sempre lhe atribui característica pública, como se pode observar nos processos de gentrificação que reanimam os usos dos espaços urbanos sem que passem pelo fortalecimento da esfera pública (antes dissolvem-na).

Para Graça (2007 apud LOPES, 2012, p. 2), a função do espaço público tem se alterado ao longo do tempo, em grande medida graças ao alargamento do espaço privado — lembremos que ambos os domínios historicamente se complementam. Inicialmente destinado à socialização por meio da manifestação das individualidades, o espaço público deixa de ser o centro em torno do qual as cidades organizam seu tecido urbano e perde seu papel estruturante das atividades e das interações urbanas. Inversamente, o espaço privado tem sido mais exitoso em abrigar as demandas individuais, pois não as sujeita à pressão do escrutínio público. Conforme o homem esgota as funções do espaço público que lhes são úteis, volta-se novamente ao âmbito do lar, onde pode continuar exercendo suas vontades sem ter que submetê-las ao crivo da racionalidade, da apreciação alheia, da negociação com o diverso.

A liberdade para o homem contemporâneo tem estado muito mais atrelada ao que lhe “resta” do espaço privado do que às potencialidades expressivas radicadas no domínio público; à medida que as prioridades se invertem, este chega a ser-lhe indesejável. Ideários liberais como o direito à propriedade privada e o Estado mínimo contribuem para que o público seja visto como um obstáculo ao desenvolvimento de “seu próprio mundo pessoal”. Aqui a situação já é oposta à explicitada há alguns parágrafos: o interesse na sobrevivência do espaço público é pífio, pois sua função como mediador para a conquista de direitos individuais já está esgotada. Chega-se, então, a um ponto em que convém aniquilá-lo, antes que se torne uma ameaça à vida privada. Sem dúvida, a situação é mais complexa, e sempre cabe questionarmo-nos de que grupos sociais estamos falando; no entanto, também não se

pode ocultar que, mesmo em iniciativas de cunho pluralista e democrático, é frequente observar o apoio de classes dominantes que, mais cedo ou mais tarde, alcançam o comando e desviam-nas em favor de seus próprios interesses (vide a discussão acerca da usurpação do aparelho estatal pelo poder econômico já mencionada), tendo conseqüentemente o poder de redefinir seu significado. Para Lopes (2012), não se trata de apregoar a morte do espaço público, mas de se observar mudanças funcionais que devem muito à cultura urbana e seus ideais de transitoriedade e individualismo — motivos que explicam o aumento dos “não lugares”, espaços de passagem desprovidos de relações identitárias.

Telles (1994) admite que, no atual contexto de globalização da economia, o Estado tem perdido legitimidade como agente regulador das imposições do mercado. Enquanto arena de representação e negociação, o espaço público adquire relevância ao oportunizar o debate necessário entre economia e equidade. Para a autora, “esses espaços permitem tornar a gestão da coisa pública permeável às demandas, aspirações e temas emergentes na sociedade civil, retirando do Estado o monopólio exclusivo [sic] na definição de uma agenda de prioridades e problemas pertinentes à vida em sociedade” (TELLES, 1994, p. 50). O espaço público emerge como lugar representativo da diversidade e complexidade social, servindo de refúgio ao autoritarismo do Estado e do mercado. Um de seus aspectos mais importantes diz respeito à capacidade inerente de tornar públicos os conflitos nas práticas de negociação, pois não há, no espaço público, lugar para o obscurantismo das práticas de defesa corporativa de interesses, em que somente os resultados são visíveis. O perigo dessas práticas reside em seu caráter ilusório, pois as decisões aparecem para a sociedade como representações instantâneas, quando, na realidade, derivam de uma série de tensões que obrigam os atores a concessões mútuas — como se disséssemos que os fins justificam os meios, embora estes envolvam todo tipo de contradições. Assim, fica vedado ao público o conhecimento dos reais motivos por que as decisões são tomadas, e, conseqüentemente, a oportunidade de sugerir alternativas e ponderar sobre a melhor solução para o bem público. Lefort (1986 apud TELLES, 1994) salienta que, para que os direitos sejam amparados juridicamente, faz-se imprescindível conquistar o respaldo de uma parcela da opinião pública. Segundo Telles,

é nestes termos que uma noção plural de bem público pode ser construída, não como valor “superior” a permitir o consagrado de corações e mentes ou como consenso que dilui diferenças de interesses em conflito e tampouco como algo identificado com o ordenamento estatal (TELLES, 1994, p. 50).

Falamos de economia por ser bastante notável, ainda que pouco visível, o discurso racionalizante observado por De Certeau (1998) que apontamos anteriormente, em que os gastos públicos são convertidos em despesas. Isso não significa apenas assumir que oneram o

orçamento público, mas também que direitos básicos podem ser relegados a segundo plano. Embora essa justificativa seja frequentemente mascarada, pois não resistiria à avaliação pública, está implícita no argumento. O discurso de contenção de gastos, por outro lado, tem mais chances de gerar comoção e ser legitimado perante a sociedade. Dessa forma, para se justificar e validar uma proposta, leva-se em consideração a conveniência dos raciocínios — caso favorável, adota-se; se tiver potencial para gerar questionamentos, é descartado. É nesse sentido que investigamos uma dupla propriedade do espaço,

[...] ao mesmo tempo ideológico (porque político) e saber (pois comporta representações elaboradas). Pode-se, por conseguinte, denominá-lo racional-funcional, sem que tais termos possam separar-se, e funcional-instrumental, pois a função, no quadro global da sociedade neocapitalista, implica o projeto, a estratégia (LEFEBVRE, 2013, p. 45).

Lefebvre (2013, p. 44) sugere que o espaço não se define como um ponto de partida nem um ponto de chegada, mas “um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação”. Serpa (2004, p. 22) também atenta para a dubiedade em se pensar na esfera pública e no espaço público como entidades separadas, dado que “forma e conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são autocondicionantes, autorreferentes e historicamente determinados”. Essas asserções vão ao encontro da historiografia do que podemos chamar de “espaços de realização pública”, na qual ambos os conceitos sempre estiveram atrelados e dependeram um do outro para sua sobrevivência: não há como se pensar em uma esfera pública tomando forma em um espaço dito privado, da mesma forma que o espaço público existe precisamente devido à ânsia pela socialização das individualidades.

O espaço público é um lugar de representação social, como bem pode ser notado pela afirmação de Serpa (2009 apud LOPES, 2012, p. 7): “todos os parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que o conceberam”. Pensemos, por exemplo, nas estruturas antimoradores de rua que têm se espalhado pelas cidades: grades diagonais junto aos prédios, paralelepípedos alinhados com pontas voltadas para cima em calçadas, vãos de pontes concretados, bancos de praças com divisórias. As fronteiras entre público e privado em tais iniciativas são difíceis de demarcar: surgem tanto de condôminos e associações de moradores quanto da prefeitura, mas, na prática, esses atores públicos agem como privados, pois as deliberações não incluem o total de interessados; as discussões acabam emergindo como resultado da polêmica instaurada após a implementação dessas políticas. São, portanto, objetos representativos da aversão à população de rua por parte da sociedade e de sua incapacidade de sensibilização para com o outro.

É também enquanto espaço de representação que Leite (2002) faz menção aos contrausos do espaço urbano. Se assumimos que este constitui uma “paisagem de poder”, ou seja, que abriga determinados sentidos e práticas em detrimento de outros, naturalmente podemos encará-lo como um espaço reprodutor de desigualdades. Disputa constante por visibilidade, a cidade é objeto e lugar de reivindicação de grupos sociais. Operar os contrausos do espaço significa, portanto, subverter a ordem convencionada: é o que De Certeau (1998) denomina táticas — usos não esperados — em oposição e, simultaneamente, no interior de estratégias — as “paisagens de poder”.

[...] os lugares, quando erguidos pelos contrausos no interior dos processos de *gentrification*, podem representar formas táticas — espacializadas e simbólicas — de criar singularidades, expressar dissensões e reivindicar direitos. Direitos de pertencer à cidade, de estabelecer itinerários próprios, de fazer do espaço público contemporâneo, enfim, um legítimo espaço político da diferença. Ao contrário de significar uma espécie de “privatização” do espaço público — pelo aparente excesso de segmentação espacializada de modos de conduta pública —, a construção social dos lugares politiza o espaço urbano (qualificando-o como espaço público), na medida em que cada lugar, para se legitimar perante o outro — e a partir do qual se diferencia —, precisa igualmente ser reconhecido publicamente em sua própria singularidade (LEITE, 2002, p. 130).

Leite (2002) analisa o caso da Rua da Moeda, no centro histórico do Recife (PE), para demonstrar a transformação de um espaço apenas urbano em um espaço efetivamente público. Antes de ser revitalizado, o logradouro destinava-se ao estacionamento de veículos durante o dia. A partir do momento em que se torna um polo de vida noturna — atraindo, portanto, frequentadores que a qualificam e atribuem-lhe sentidos — a Rua da Moeda deixa de ser uma *public property*⁵ para assumir a caracterização de *lugar*, “espaço de representação, cuja singularidade é construída pela ‘territorialidade subjetivada’” (GUATTARI, 1985 apud LEITE, 2002).

A ocupação dos espaços públicos da forma como analisaremos mais adiante insere-se nessa reflexão. Tratam-se de contrausos que buscam, ao mesmo tempo, resgatar os sentidos originais de espaços que foram desviados — como os largos que passaram a servir de estacionamento — ou potencializá-los — pelo alargamento das possibilidades de uso de parques por meio da promoção de festas noturnas, por exemplo. Para Heck (2015, p. 167–168), “a crítica exposta é ao mesmo tempo espacial e política” dado que “o espaço público e a política são elementos indissociáveis, fazendo com que a disputa de um seja expressa através do outro”.

⁵ Espaço em que podem ser instituídas práticas sociais de forma a lhe dar dimensão política (LEITE, 2002).

2.3 Espaços públicos em Porto Alegre

Os primeiros fluxos de povoamento em Porto Alegre de que se tem notícia remontam às últimas décadas do século XVII. Em 1772, com a chegada de imigrantes açorianos e o estabelecimento de atividades portuárias, o povoado elevou-se à categoria de freguesia e, no ano seguinte, tornou-se capital da Capitania do Rio Grande de São Pedro. A partir desse período, as primeiras ruas foram traçadas no perímetro do atual Centro Histórico e as primeiras praças e largos construídos, dentre os quais destacam-se as hoje denominadas Praça Marechal Deodoro, Praça Brigadeiro Sampaio, Praça da Alfândega e Praça Montevideu (WIKIPÉDIA, 2016).

Em 1807, surgiu a área que atualmente corresponde ao Parque Farroupilha, marco na historiografia do espaço público na cidade (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2016). No decorrer do século XIX, com a densificação da península, a cidade começou a crescer na direção contrária ao Rio Guaíba, constituindo arraiais — núcleos geralmente formados em torno de uma praça. O embelezamento desses espaços sob as gestões positivistas no início do século XX, privilegiando áreas ocupadas pelas populações mais abastadas, coincidiu com o estabelecimento de um ordenamento social na cidade regido pela segregação socioeconômica.

A segunda metade do século foi marcada por intensa urbanização, levando a população a triplicar entre 1950 e 1980 (de 394 mil para 1,1 milhão). Conseqüentemente, cresceram o número de largos e praças e seu uso para lazer ativo foi aprimorado. O avanço do concreto — utilizado na remodelação de praças e obras viárias — sobre os espaços verdes desagradou parte da população, que iniciou uma onda de protestos. O 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, instituído em 1979, impulsionou o aumento do número de parques nas décadas seguintes. De acordo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM)⁶, Porto Alegre possui atualmente oito parques urbanizados, três parques em unidades de conservação e 617 praças e largos.

Ainda que todos esses espaços sejam públicos a seu modo, cabe fazermos um recorte de modo a alinhar seus usos aos propósitos do espaço público explorados neste trabalho, enquanto lugar de expressão da cidadania por meio da deliberação coletiva acerca de questões comuns. São, assim, espaços que costumam servir de palco para reuniões abertas, protestos e manifestações. Compreendem, geralmente, praças, largos e ruas (sejam as últimas como

⁶ As informações sobre parques e praças de Porto Alegre, disponíveis na seção do site da Prefeitura de Porto Alegre referente à SMAM, podem ser acessadas pelo link: <https://goo.gl/D6yl7B>

trajetórias culminando em espaços fixos e/ou adjacências destes) na região central, de grande visibilidade, próximas a sedes do poder público e dos objetos das reivindicações (propriamente ditos e/ou simbólicos). A tendência a restringir-se às áreas mais centrais da cidade segue as características ambientais urbanas observadas por Harvey (2014) para o favorecimento da eclosão de protestos insurgentes em todo o mundo, como a centralidade das praças Tahrir (Cairo), da Paz Celestial (Pequim) e Sintagma (Atenas).

A Praça Marechal Deodoro (popularmente conhecida como Praça da Matriz devido à proximidade com a antiga Igreja Matriz, posteriormente demolida para dar lugar à Catedral Metropolitana) é o centro político do estado, em torno da qual se localizam as sedes dos três poderes — Palácio Piratini (Executivo), Palácio Farroupilha (Legislativo) e Palácio da Justiça (Judiciário) — além de uma série de outros prédios públicos (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2016). Por essa razão, é origem e destino frequente de marchas que percorrem as ruas adjacentes, além de sediar acampamentos de grupos que visam pressionar as decisões dos poderes Executivo e Legislativo. Inserem-se na mesma categoria os espaços próximos à Prefeitura Municipal — a Praça Montevideu, o Largo Glênio Peres e a Esquina Democrática, além do trecho da Avenida Borges de Medeiros que os margeia — que abrigam manifestações dirigidas ao Poder Executivo de Porto Alegre.

O Largo Glênio Peres também tem sido o próprio objeto de manifestações que recebe, como é o caso do Largo Vivo, movimento que busca desestimular seu uso como estacionamento de automóveis; quando ocupado por pedestres, é demarcado fisicamente pela presença destes, que fazem de seus corpos barreiras naturais à passagem e permanência de veículos. Além de defender a recuperação do sentido público do espaço, sua ocupação faz com que se aumente a sensação de segurança no entorno — que, devido aos usos do solo, destinado essencialmente ao comércio, registra pouca movimentação à noite — e desincentiva a circulação de automóveis por aquela região, cujas vias sofrem com congestionamentos. Caso semelhante ocorre no Largo Zumbi dos Palmares, ao qual soma-se a proximidade ao reduto boêmio da Cidade Baixa, bairro movimentado ao longo de todo o dia e bastante frequentado por jovens (que constituem maioria em tais manifestações).

Uma das questões mais prementes no que diz respeito à fruição dos espaços públicos envolve o Cais Mauá e a Usina do Gasômetro. Cartão postal de Porto Alegre, célebre pelo valor histórico e pela localização privilegiada junto às margens do Rio Guaíba, o conjunto fora isolado da cidade devido à construção de um muro de contenção após uma enchente ocorrida em 1941, ao uso cada vez mais acentuado da Avenida Mauá (que o margeia) como via de trânsito rápido e à implementação do sistema de metrô Trensurb, que corre

paralelamente à avenida. O desejo de se recuperar o acesso ao cais levou a população a pressionar o poder público por um projeto de revitalização, o que resultou em uma licitação para que o espaço fosse reformulado e as obras e posterior exploração entregues à execução da iniciativa privada. O projeto, que prevê a construção de espigões, shopping e estacionamento, tem sido rechaçado por parte da população sob inúmeras justificativas, dentre as quais destacam-se a descaracterização do conjunto — tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (Iphae) —, a promoção da segregação social devido à exploração voltada ao consumo e a ocupação indevida de um espaço junto à orla do rio. Assim, por algum tempo, parte do cais tem recebido manifestações que buscam reviver o espaço, problematizando a escolha por um megaempreendimento para requalificá-lo. Em 2013, o pórtico que dá acesso ao cais foi fechado pela empresa Cais Mauá do Brasil S/A, vencedora da licitação, e as manifestações passam a ter lugar nas adjacências, especialmente na Praça da Alfândega, na Avenida Sepúlveda e na Praça Brigadeiro Sampaio. Esta última também tornou-se símbolo da defesa do meio ambiente devido à sua arborização ameaçada pelo projeto vencedor da licitação.

Por fim, com a emergência do debate sobre o cercamento do Parque Farroupilha, devido à questão da segurança, iniciou-se um movimento de ocupação do parque à noite, período em que tanto seu interior como arredores são evitados. Sob o pretexto de reafirmar o direito de ir e vir e questionar a ideia de que o cercamento seria a solução para o problema da insegurança, o coletivo Serenata Iluminada (sobre o qual falaremos mais adiante) tem buscado atrair a população ao parque por meio da promoção de festas com atrações culturais. Assim como nos demais eventos noturnos sediados em espaços públicos abertos — e, nesse caso, graças à proximidade com os bairros Cidade Baixa e Bom Fim, que ostentam agitada vida noturna —, há uma crítica ao autoenclausuramento e à segregação que predomina em festas organizadas em espaços privados e destinados ao consumo.

Mais recentemente, esses movimentos têm se proliferado pela região central, como as festas no Largo dos Açorianos, na Praça Revolução Farroupilha, na Rótula das Cuias e sob o Viaduto Imperatriz Leopoldina. Todos apresentam a característica comum de serem explicitamente politizados, o que é possível observar pelos textos de apresentação dos eventos no Facebook⁷ — meio pelo qual os encontros geralmente são organizados e divulgados —

⁷ <https://www.facebook.com/events/471654353013902>
<https://www.facebook.com/events/679091298926877/>
<https://www.facebook.com/events/1560311164268096/>

que convidam a sociedade à reflexão sobre o papel dos espaços públicos por meio do destaque de noções como pertencimento, coletividade e cidadania.

Figura 1 — Espaços públicos da região central de Porto Alegre



(1) Praça Marechal Deodoro; (2) Praça Montevidéu; (3) Largo Glênio Peres; (4) Esquina Democrática; (5) Largo Zumbi dos Palmares; (6) Cais Mauá; (7) Praça da Alfândega; (8) Usina do Gasômetro; (9) Praça Brigadeiro Sampaio; (10) Parque Farroupilha; (11) Largo dos Açorianos; (12) Praça Revolução Farroupilha; (13) Rótula das Cuías; (14) Viaduto Imperatriz Leopoldina. Fonte: Autor, 2016.

Neste capítulo, além de contextualizarmos os espaços em que atuam os movimentos com que iremos trabalhar ao longo da pesquisa, buscamos situá-los em uma tendência de uso para manifestações populares. Além disso, destacamos outros espaços que recentemente têm sido palco de ocupações, sem que estas sejam necessariamente convocadas por movimentos definidos. Em uma primeira análise, podemos considerar essas ocupações parte de um grande movimento que se alastra para diversos espaços da cidade, buscando ocupá-los como forma de afirmar o direito do povo à sua fruição.

3 O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

No capítulo anterior, vimos como a sociedade civil emerge em contraponto ao Estado, que então constitui o domínio público por excelência. Em relação ao Estado, institucional, burocratizado e vedado à participação popular, a sociedade civil organiza-se de forma espontânea sob a bandeira do interesse nas questões que lhes concernem: “a luta pela conquista dos direitos à cidadania, da justiça e dos valores sociais”. Para tanto, tem como norte a mudança do *status quo* e do poder do Estado e do mercado a fim de atender às suas necessidades (KUNSCH, 2007, p. 60). Esse objetivo constitui, para Teixeira (2002), o plano ofensivo do papel da sociedade civil, no qual se articula a ação coletiva em suas diversas facetas; todavia, o autor também aponta para um plano defensivo, relativo à preservação das estruturas da esfera pública e à criação de espaços interiores de resistência, bem como à solidificação de identidades coletivas e ao avanço calcado na ampliação de direitos e na reforma de instituições vigentes.

O cidadão, nos moldes que conhecemos hoje, surge com o declínio do feudalismo e a transição da sociedade europeia para o capitalismo. Esse momento marca “a abolição de vínculos de servidão entre o dono da terra e o ‘seu’ trabalhador, e o surgimento do trabalhador livre, dono dos meios de produção” (SANTOS, 2002, p. 22). Os burgos, equivalentes às cidades modernas, são o palco dessas transformações: daí a ideia do cidadão burguês, “o homem do trabalho livre, vivendo num lugar livre, a cidade” (SANTOS, 2002, p. 22). A distinção entre o Estado e a sociedade civil torna-se cada vez menos nítida, à medida que o cidadão, mais do que ser detentor de direitos e deveres, é elevado à condição de cotitular do poder público (BENEVIDES, 1994).

Escudero César (2007, p. 82) adota uma visão mais organicista do cidadão, situando-o como um “ser histórico, social, participante e sujeito” que “atua sobre sua realidade, transformando-a dentro de suas possibilidades e limites, no seu dia-a-dia mais corriqueiro”. No entanto, autores como Kunsch (2007) ainda veem uma possível distinção entre a sociedade civil e o sujeito-cidadão, reservando à primeira a atuação na esfera pública e ao último um vínculo com o domínio estatal; aqui, o engajamento da sociedade civil é responsável pela formulação de instituições que possibilitam o exercício da cidadania.

Peruzzo (1998) retoma as ideias de Rousseau no século XVIII, em que o pensador frisa a essência da cidadania como um tipo de contrato: é, assim, um acordo firmado pela sociedade como um todo com o objetivo de garantir direitos individuais — ou seja, a noção de direitos cidadãos perpassa tanto as individualidades (ao defender a liberdade de cada

homem enquanto ser distinto dos demais) como a coletividade (por só ser praticável na medida em que toma como princípio a igualdade entre os membros de uma sociedade).

Conforme a autora,

cidadania é desenvolvimento social com igualdade. Assim sendo, a riqueza socialmente produzida, as descobertas científicas e tecnológicas, as artes, a educação, o lazer e todas as demais benesses geradas no processo histórico deveriam ser desfrutadas com igualdade e liberdade para a realização plena da cidadania (PERUZZO, 2007a, p. 46).

Pode-se dizer que a cidadania resume-se ao respeito ao indivíduo e entre indivíduos, condição pela qual se faz possível e por que sua efetividade é constatável. Como afirma Santos (2002, p. 19), “a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”.

No decorrer deste capítulo, refletiremos sobre os significados que a cidadania assume no contexto brasileiro, de que forma ela contribui para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, como é possível compreendê-la enquanto estratégia de luta pelo direito à cidade e, por fim, em que medida os movimentos sociais são responsáveis por articular a luta pela cidadania.

3.1 Ser cidadão no Brasil

A discussão sobre cidadania no Brasil traz questionamentos inerentes à formação da sociedade brasileira. Definir o cidadão como detentor de direitos e deveres é excessivamente superficial em um país em que a igualdade entre os atores sociais não está presumida. O desequilíbrio nas esferas social, econômica, política e cultural faz com que a cidadania seja expressa de forma desigual, produzindo desde cidadãos de primeira classe aos de “nenhuma classe”, destituídos de todos os direitos. Do mesmo modo, enquanto estes são invariavelmente cobrados pelo cumprimento de seus deveres, àqueles é dispensada a necessidade de prestar contas à sociedade (BENEVIDES, 1994). Em uma canção de 2014, o *rapper* Criolo denuncia esse jogo de conveniências: “o opressor é omissos e o sistema é cupim; e se eu não existo por que cobras de mim?” (CRIOLO, 2014).

Santos (2002, p. 24) situa o caso brasileiro em um processo histórico que envolveu grande parte dos chamados países terceiro-mundistas, os quais, na busca pelo progresso a todo custo — pautado pelos países desenvolvidos — deixaram à população o ônus da supressão do debate acerca dos direitos cidadãos, promovida pelo autoritarismo do Estado, além de distorções no desenvolvimento socioeconômico da sociedade. Segundo o geógrafo,

em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário* (SANTOS, 2002, p. 25, grifos do autor).

Nesse contexto, tampouco se pode falar em inclusão pelo consumo, dado que o poder aquisitivo de grande parte população ainda é pífio — falamos aqui de um período que coincide com o Regime Militar (entre os anos 1960 e 1980). Ao contrário do consumo de massa, que se dá nas dimensões quantitativa (pelo número de pessoas a que se destina) e qualitativa (por não ser exclusivo a um ou outro segmento social), ocorre no Brasil “um consumo exclusivo que, mesmo para os estratos sociais beneficiados, mais se referiu a alguns bens materiais que ao conjunto de bens, a começar pelos bens imateriais, que facilitam o acesso a uma vida não apenas confortável, como, também, mais digna” (SANTOS, 2002, p. 27).

Em termos de comunicação midiática, essa é a época em que a televisão ganha popularidade no país. A sedução da imagem em movimento toma crescentemente o lugar da mídia impressa e do rádio como meio de comunicação massivo — e, desde já oligopolizada, adquire papel preponderante na difusão de valores, produtos e tendências que buscam construir um projeto teleológico de sociedade. Além disso, “garante o não-esgotamento da revolução das esperanças — isto é, das grandes esperanças de consumir —, e ajuda a colocar, como meta, não propriamente o indivíduo tornado cidadão, mas o indivíduo tornado consumidor” (SANTOS, 2002, p. 28).

O debate público sobre a cidadania no Brasil é retomado por ocasião do declínio do Regime Militar e da redemocratização do país na década de 1980, culminando na elaboração da Constituição de 1988. Conhecida como “a constituição cidadã”, esse documento dá legitimidade legal a demandas por acesso a condições dignas de vida e reconhecimento que vinham sendo levantadas por movimentos sociais na última década.

Na historiografia do processo da redemocratização brasileira, Costa (1997) ressalta que as chamadas teorias da transição guiaram-se demasiadamente pela vigência de instituições democráticas, ignorando “o hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos” (AVRITZER, 1996). O autor aponta a necessidade de se investigar as transformações ocorridas no interior das

relações sociais, que fizeram despertar uma cultura política inédita na sociedade brasileira antes que tais práticas se materializassem em instituições formais. Da mesma forma, destaca a importância de se verificar em que medida atores como movimentos sociais e ONGs têm sido decisivos para estreitar o relacionamento entre Estado e sociedade civil.

Essa *nova cidadania*, assim denominada por Dagnino (2004), diferencia-se de concepções anteriores devido ao protagonismo das classes que a reivindicam, lutando pelos direitos e pelo reconhecimento que julgam merecer — em outras palavras, é uma cidadania do povo para o povo, e não mais definida pelas elites como parte de um projeto para a perpetuação das desigualdades. Ao transcender os limites da relação Estado-indivíduo, a nova cidadania busca enraizar-se no interior da sociedade, servindo como parâmetro para as dinâmicas que nela tomam forma. Mais do que um projeto formalmente reconhecido pelo sistema político — sob a forma de códigos, leis, estatutos —, pretende formular uma nova noção de sociabilidade, promovendo a discussão dos sentidos vigentes da vida em sociedade e propondo maneiras distintas de concebê-la.

Dagnino (2004) também considera que o processo de construção democrática tem levado o país a um dilema que decorre da convergência de dois processos políticos: de um lado, o alargamento da democracia, que abre o debate público à sociedade civil e supera seu antagonismo em relação ao Estado para apostar em uma ação conjunta; de outro, o crescimento do neoliberalismo que, ao pregar a redução do papel do Estado, transfere suas responsabilidades à sociedade civil. Para a autora, essa conjuntura demonstra um caráter perverso, pois “*ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva*”, ainda que apontem para direções opostas (DAGNINO, 2004, p. 97, grifo da autora). Instaure-se, assim, uma disputa de significados para termos como participação, cidadania e democracia, cujos sentidos ficam suscetíveis a apropriações pelo campo adversário e consequentes desvios semânticos para respaldar seus projetos políticos.

O desenvolvimentismo adotado por elites e dirigentes de países pobres traz, como resultado das consequências negativas diretas à população, uma forte crítica ao modelo de progresso almejado. O caráter puramente econômico e centrado no indivíduo do desenvolvimento é questionado, e cada vez mais outras variáveis — que podem ser resumidas como o bem-estar social coletivo e sustentável — são agregadas ao núcleo do conceito (PERUZZO, 2007a).

3.2 Cidadania, democracia e direitos

Para Benevides (1994, p. 11), “o debate sobre cidadania está diretamente associado à discussão sobre ‘a questão democrática’ e sobre as possibilidades de transformação do Estado e da sociedade”. Assim, o projeto ideológico do encolhimento da atuação do Estado é seletivo e contribui para esvaziar o sentido da democracia, pois tende a acentuar a exclusão de “sujeitos, temas e processos que possam ameaçar o avanço do projeto neoliberal” (DAGNINO, 2004, p. 109).

Benevides (1994) também atenta para o fato de democracia e cidadania não serem sinônimos, tanto por uma questão histórica quanto etimológica: é que, nas sociedades políticas clássicas, cidadania presumia a participação do indivíduo na vida da cidade; escravos, mulheres e estrangeiros, por não terem papéis ativos na esfera pública, não eram considerados cidadãos. Com a Revolução Francesa, a concepção de cidadania é dilatada, dando espaço ao reconhecimento do cidadão passivo, que não participa das discussões de interesse comum. Sob a perspectiva da soberania popular, portanto, a cidadania só pode ser considerada democrática se for ativa.

Conforme Teixeira, a participação inaugura

[...] uma nova institucionalidade em que a sociedade civil, por meio dos setores sociais diretamente envolvidos, passa a fazer parte de sua construção, seja pelo atendimento objetivo das demandas, seja pela criação de canais permanentes de interlocução entre sociedade e Estado, como os conselhos de gestão, plataformas de ação, fóruns, constituindo assim, uma esfera pública, para além do Estado (TEIXEIRA, 2002, p. 106).

Para Chauí, “a cidadania se define pelos princípios da democracia, significando necessariamente conquista e consolidação social e política”. A participação direta presume a sobreposição dos direitos sociais aos políticos, já que são estes que oferecem a possibilidade de reivindicação dos primeiros (BENEVIDES, 1994, p. 15–16).

À medida que são delegados à participação cidadã o controle social e a proposição, ressurge o conflito entre representação e participação. Esta última pode ser capaz de recuperar o sistema representativo, cujas instituições gradativamente perdem prestígio perante a sociedade. Para tanto, faz-se necessário facilitar a contribuição da participação cidadã, que ainda é marginalizada pela estrutura social e política em favor de “uma cultura política corporativa e imediatista” (TEIXEIRA, 2002, p. 109).

A educação para a cidadania ativa, entendida por Benevides (1994, p. 15) como crucial para se falar em participação popular, é processada na prática: “aprende-se a votar, votando”, exemplifica a autora. Sua constatação vai de encontro à negação da legitimidade da

participação popular por setores conservadores, frequentemente sob o pretexto de carecer de discernimento, conhecimento e cultura política. Sem a intenção de nos alongarmos, cabe citar rapidamente uma experiência exitosa que teve início em Porto Alegre, cidade que empresta seus espaços públicos à análise neste trabalho, e que certamente contribuiu para o fortalecimento de uma cultura cidadã local: trata-se do Orçamento Participativo, implementado em 1989 na capital gaúcha e ampliado para diversas cidades do mundo nos anos seguintes.

A luta pela cidadania afirma-se como uma estratégia de construção histórica permanente. De acordo com Dagnino,

[...] significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política (DAGNINO, 1994, n.p., online).

Pensar a cidadania como estratégia política implica, dessa forma, uma disputa “pela fixação do seu significado e, portanto, de seus limites” (DAGNINO, 1994, n.p., online), tanto por não ser possível pensar em uma sociedade com necessidades e aspirações unânimes como porque, como já falamos, seu sentido é constantemente tensionado pelos atores envolvidos.

Mesmo a importância de se enquadrar a cidadania nos moldes institucionais pode fazer parte de uma estratégia, como defende Santos (2002, p. 20), para quem não basta que a cidadania seja “um estado de espírito ou uma declaração de intenções”. Sujeita a toda espécie de ameaças, faz-se necessário que ganhe corpo juridicamente para que seja reconhecida como fonte de direitos, para que se possa recorrer a ela no asseguramento das prerrogativas estabelecidas e para que não se perca no decorrer da história. Somente unindo as esferas de legitimidade informal, buscando subverter o *status quo* da sociedade, e formal, através dos dispositivos legais, a cidadania pode ser plenamente reconhecida. Teixeira corrobora essa reflexão, alegando que

o conjunto dos elementos que constitui o que hoje se denomina “sociedade civil” — pluralidade de atores, publicidade, privacidade, legalidade — exige um suporte de institucionalidade com base nos direitos fundamentais que motivam as ações coletivas dos diversos atores, não apenas no sentido de circunscrevê-los a uma ordem jurídica estatal, mas de ampliá-los pela construção de novos direitos (TEIXEIRA, 2002, p. 106).

Por seu caráter reivindicatório contínuo, amparado em lutas específicas, a nova cidadania inclui o direito a se redefinir, ampliar e exigir novos direitos. Transcende, por isso, as reivindicações de acesso, inclusão e pertencimento ao que já existe no sistema político, pretendendo fazer parte da esfera de decisão desse sistema, submetendo-o a uma reformulação

se preciso for. Além da disputa pelos sentidos da cidadania, estão em jogo o significado e a ressignificação de *direito*. “A ênfase nesse processo de constituição de sujeitos, no ‘tornar-se cidadão’, na difusão de uma ‘cultura de direitos’ [...] se constitui também enquanto uma *proposta de sociabilidade*” (DAGNINO, 1994, n.p., online, grifos da autora). As barreiras comumente apontadas como empecilhos à coparticipação dos setores populares na gestão da cidade, de que discorremos há alguns parágrafos, estão sendo flexibilizadas e enfrentadas na era da nova cidadania: assume-se que, ao passo que (intencionalmente) não sejam oferecidas oportunidades de formação de saberes a esse público, o aprendizado deve se dar na prática (DAGNINO, 1994).

Os direitos reconhecidos no decorrer da história costumam ser divididos em quatro gerações. Entende-se a geração anterior como base para a possibilidade de se reivindicar os direitos pertencentes à geração posterior; da mesma forma, a luta pelos direitos das gerações seguintes resulta da insatisfação com as condições vigentes no período. Para esse processo, além das demandas pontuais, cabe ressaltar novamente a imprescindibilidade de uma *cultura de direitos*, cujo horizonte é perpetuamente revisto.

Santos (2002, p. 21) afirma que a conexão com a cidadania se dá na medida em que esta “evolui por meio de um processo de lutas desenvolvidas paralelamente em diversos países, que leva da condição de ‘membro da sociedade nacional’ no século XVII, ao ‘direito de associação’ no século XIX, até serem alcançados os ‘direitos sociais’ em pleno século XX”. O autor também salienta o valor da noção de liberdade para a constituição da sociedade civil moderna, “um corpo social que só existe porque há homens ciosos dos seus direitos; e existe a despeito do Estado” (SANTOS, 2002, p. 22).

É interessante notar a evolução do papel do Estado na conquista das primeiras ordens de direitos e como essa escalada aproxima-se do clássico lema da Revolução Francesa: os direitos políticos individuais pressupõem a defesa da *liberdade* individual, portanto, recusam a interferência do Estado; os direitos coletivos sugerem a *igualdade* entre os membros de uma sociedade, que cabe ao Estado prover; e os direitos sociais estão, enfim, relacionados à *fraternidade*, delegando ao Estado protagonismo no âmbito da decisão e implementação das políticas que buscam garanti-los.

3.3 O direito à cidade

Retomando a ideia de cidadania enquanto estratégia, começamos aqui a entrelaçar a nova cidadania de que fala Dagnino (1994) com a noção do direito à cidade, originalmente

proposta por Lefebvre (1967) e atualizada por Harvey (2014). Dagnino (1994, n.p., online) delimita, como terreno próprio a esse entendimento recente de cidadania, “o fato de que ela deriva e portanto está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, [...] e aqui é interessante notar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade [...]”. Além disso, uma vez que o direito à cidade presume o alargamento da participação democrática à população, está relacionado ao segundo ponto que a autora indica, situando-o em uma questão conjuntural: “a nova noção de cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real” (DAGNINO, 1994, n.p., online). Por fim, como consequência dessas dimensões constitutivas da nova cidadania, aponta para o diálogo que a política estabelece com a cultura, enfatizando, nesse âmbito, as transformações características das sociedades contemporâneas que acompanham o processo de construção democrática.

O homem tem uma relação recíproca com a cidade — ao mesmo tempo que a domina (pois a concebe), é por ela dominado. “Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo” (PARK, 1967 apud HARVEY, 2014, p. 28). Ao levarmos em conta a dimensão da participação do povo nas decisões acerca da dinâmica urbana, vemos logo que a constatação estende-se a um recorte de classe que ultrapassa a questão existencial: pois, se o homem, por mais poderoso que seja, é fadado a viver no mundo que cria, o que dizer dos indivíduos a quem é negada a chance de moldar sua expressão no espaço da cidade? Quando as classes marginalizadas deixam sua marca no espaço urbano — pichações são a primeira coisa que vem à cabeça, mas podemos pensar em manifestações culturais e artísticas e, claro, na reapropriação e no desvio das finalidades de espaços públicos que são tema deste trabalho — seu ato é visto como subversivo, imediatamente deslegitimado e não raro criminalizado.

Segundo Harvey (2014, p. 134), há um conjunto de medidas de caráter privatista, exclusivista e excludente — “privatizações, cercamentos, controles especiais, policiamento e vigilância”, para citar algumas — que tem contribuído para acentuar a perda do senso de comunidade e, por consequência, dificultar a reflexão a respeito das relações sociais que dão forma ao bem comum.

Em 1967, Lefebvre inaugura o conceito de direito à cidade em ensaio de mesmo nome. Segundo Harvey,

esse direito, afirmava ele, era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível (HARVEY, 2014, p. 11).

Em tempos que reduzem as dinâmicas do sistema capitalista à lei da oferta e da procura, ignora-se as consequências que essa despersonalização traz às classes atingidas, às quais não é dado o direito de decidir, mas apenas o dever de acatar. O problema é investigado a fundo por Harvey e chega-se à conclusão de que não se limita à qualidade das opções designadas — como, por exemplo, em políticas de higienização urbana que prometem condições de moradia mais dignas aos pobres, mas não levam em conta o sentimento que se opera nestes quando se veem sem outra alternativa que não abandonar relações identitárias construídas ao longo de anos. O que ocorre nesses casos é a perpetuação da negação da autonomia, a qual entende-se como a oportunidade de *poder decidir* em vez de se acondicionar entre opções previamente delimitadas.

Sem dúvida o exemplo da moradia é extremo se comparado às dinâmicas que analisamos neste trabalho, nas quais não é a própria sobrevivência dos atores participantes que está em jogo, mas, sendo regido pela mesma lógica e princípios, auxilia a escancarar o funcionamento dessa relação. “Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2014, p. 30).

Outro ponto que o autor coloca é que o direito à cidade não se aplica à escala do indivíduo (do poder individual de mudança), mas sim do coletivo (de fazê-lo em nome de uma entidade que supere as singularidades), condição que encontra respaldo na distinção entre um conjunto de individualidades e uma esfera pública propriamente dita, como tratamos no capítulo anterior.

O movimento pelo direito à cidade segundo a visão de Harvey demonstra ser um braço da luta anticapitalista. Para o autor, a naturalização das desigualdades no capitalismo faz com que este seja incompatível com os princípios e objetivos do direito à cidade, o que é expresso nas exigências que o geógrafo considera fundamentais para os movimentos de contestação do sistema: “maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente” (HARVEY, 2014, p. 61). Ocorre que o direito à cidade não é um conceito a ser posto em prática — ele já existe, mas confinado nas mãos de uma elite política e econômica; o que se deseja é socializá-

lo, convertê-lo de fato em uma bandeira que pode ser reclamada igualmente por toda a sociedade.

Assim como a luta pela cidadania constitui uma estratégia de autoafirmação na arena política, a ocupação dos espaços públicos pode ser lida como um meio de reivindicar o direito à cidade, como afirma Harvey (2014, p. 154–155): “há muitos casos em que as estratégias e os cercamentos territoriais no meio urbano podem se transformar em um veículo para a esquerda política avançar suas pautas”. Exemplos recentes de espaços que se tornaram comuns urbanos ao serem ocupados pela população incluem as praças Sintagma (Atenas), Tahrir (Cairo) e Catalunha (Barcelona).

Em plena era da globalização, não há como desvincular casos notáveis que tiveram lugar em diferentes partes do mundo das iniciativas surgidas concomitantemente em solo brasileiro; ou mesmo de uma cidade para todo o país, como foi com os protestos de junho de 2013, que, apesar de terem surgido em Porto Alegre com uma pauta específica (o aumento do valor da passagem do transporte coletivo na cidade), acabou eclodindo por diversas capitais. Nesse último caso, ainda que cada cidade dirigisse o movimento para suas próprias reivindicações, foram as respostas unânimes às manifestações que as fizeram levantar bandeiras comuns, desde a repressão policial até o tratamento dado pelos veículos de comunicação. Antes de terem sido sequestrados pela grande mídia, que contribuiu para esvaziar as pautas específicas e direcioná-los à luta contra uma suposta corrupção generalizada, o que se via eram movimentos que, então barrados pelas instituições repressivas do Estado e por parte da opinião pública que vinha sendo moldada, clamavam pelo direito de livre expressão, o qual julgavam imprescindível para avançar em seu reconhecimento enquanto sujeitos detentores do direito a uma participação verdadeiramente democrática na construção da cidade.

A ocupação de espaços estratégicos foi também o mote do movimento Occupy Wall Street, ocorrido em 2011 nos Estados Unidos, na via que simboliza mundialmente o poder hegemônico do capitalismo. Os acampamentos em Wall Street chamavam a atenção para a alteridade ignorada pelos poderosos em um espaço considerado reduto do “1% da população”, fazendo alusão à desigualdade social, política e econômica no país. Para Harvey,

[...] as táticas do Occupy Wall Street consistem em ocupar um espaço público central, como um parque ou uma praça, perto dos quais se concentrem muitas das alavancas do poder e, ao colocar corpos humanos nesse lugar, transformar o espaço público em comuns políticos [...] Isso nos mostra que o poder coletivo dos corpos no espaço público ainda é o instrumento mais eficaz de oposição quando todos os outros meios de acesso encontram-se bloqueados (HARVEY, 2014, p. 281).

Mais do que o apelo às palavras de ordem que costumam caracterizar as manifestações urbanas, veremos que a ocupação de ruas, praças e parques por corpos humanos é de suma importância na reivindicação por espaços públicos em Porto Alegre. Essa tática pode assumir diversos significados conforme o contexto — desde chamar a atenção dos transeuntes para a potencialidade do espaço enquanto ponto de encontro e socialização até o enfrentamento de ameaças à integridade desse espaço, como em casos que se encontram na mira de destruição ou privatização. Retornaremos a esse ponto adiante.

3.4 Movimentos sociais

Os movimentos formados pela sociedade com o objetivo de denunciar injustiças, demonstrar insatisfação e reivindicar direitos incluem a luta pelo reconhecimento e pelo exercício efetivo da cidadania. Gohn (2011) classifica-os entre aqueles que adotam estratégias de pressão diretas e indiretas. A primeira categoria, que interessa a este trabalho, inclui marchas, concentrações, atos de desobediência civil, etc. São ações que passam pelo espaço público, pois demandam mobilização e visibilidade, visam chocar, atrair olhares, fazer barulho, constranger e confrontar publicamente os sujeitos a quem as ações se destinam.

O sociólogo Alain Touraine (1965; 1966 apud CASTELLS, 1998) define uma tipologia para os movimentos sociais contemporâneos centrada em três princípios: *identidade* (o que é, a quem dá voz), *adversário* (inimigo declarado) e *meta* societal (o que almeja alcançar). Ainda que os movimentos analisados conjuntamente neste trabalho tenham membros em comum, dirijam-se especialmente ao poder público e visem discutir o direito à cidade, cada movimento em particular possui identidades, adversários e metas específicas.

A identidade dos movimentos, em termos de quem representam, provavelmente seja o ponto de maior convergência entre eles, dado que os coletivos que os organizam e suas redes de contato são bastante similares e intercambiáveis: constituem-se de membros da sociedade civil e de agremiações político-partidárias simpáticos às causas, cicloativistas, artistas, vendedores ambulantes informais, entre outros. De acordo com Henriques (2007), os sujeitos que participam de um movimento transitam por outros similares, dado que não é mesmo possível ignorá-los, pois os esforços em prol da mesma causa tornam-se visíveis e referenciais comuns entre os movimentos.

No entanto, enquanto o Largo Vivo articula-se para ocupar um espaço usualmente destinado a estacionamento, a Serenata Iluminada busca enfrentar a questão da insegurança urbana. Para além do poder público, seus principais adversários são, respectivamente, a

cultura do automóvel e a proposta de cercamento do Parque Farroupilha. Cabe por ora apenas refletir como a tipologia proposta por Touraine aplica-se a esses movimentos, que serão mais bem detalhados no capítulo reservado à análise.

Para Gohn (2011), os movimentos sociais são capazes de propor inovações e estimular o compartilhamento de saberes. Eles têm uma dimensão educativa, que se molda a partir das práticas quando da interação com instituições educacionais e, principalmente, no interior do próprio movimento. Por serem processos de caráter político-social, deve-se levar em conta o contexto político, econômico e sociocultural em que essas manifestações ocorrem. Além disso, muitos questionamentos podem encontrar resposta por meio da análise do microambiente, através da prática cotidiana. Em relação a isso, Peruzzo (1998) destaca o sentido transformador do estudo dos movimentos sociais para além dos que deles participam, estendendo-se a toda a sociedade. Entretanto, para a autora,

[...] os movimentos sociais são usualmente reconhecidos apenas como locais ou “paroquiais” em suas perspectivas, descontínuos e efêmeros em sua existência, cingidos a experiências comunitárias de democracia direta e organizados ao redor de reivindicações específicas, que postulam ao Estado a atenção a demandas concretas, cuja satisfação redundaria em geral em sua desmobilização ou extinção (PERUZZO, 1998, p. 34).

Harvey (2014) identifica no pensamento de esquerda tradicional uma dificuldade em se admitir o potencial revolucionário dos movimentos sociais urbanos, geralmente tomados como apenas reformistas e não como instrumentos para se lidar com problemas estruturais. Os movimentos sociais surgidos nas últimas décadas têm desafiado essa visão, e acreditamos que se deva, principalmente, ao papel da conscientização coletiva inerente aos movimentos. Não é que as demandas específicas tenham menos valor — pelo contrário, são sempre catalisadoras, mesmo porque seu caráter mais concreto e imediatista é capaz de mobilizar a sociedade mais facilmente — mas esses movimentos têm atribuído maior importância à reflexão acerca das causas mais fundamentais das insatisfações. São debates surgidos no contexto das mobilizações que se estendem para outros lugares e momentos. Certamente é um direcionamento possível, ao menos em parte, devido às conquistas adquiridas por movimentos que os antecederam. Por outro lado, a crescente, ainda que tímida democratização do acesso à informação — aqui destacamos a óbvia contribuição das novas tecnologias da comunicação, em especial a internet — tem contribuído para nivelar o conhecimento entre grupos sociais distintos e alinhar ações locais às tendências globais. Conforme Teixeira (2002, p. 110), “a temática do local, da cidade, está presente nos fóruns internacionais, exigindo também um ‘agir global’”.

Se os movimentos sociais ocorridos no Brasil durante o século XX eram mais voltados a transformações no âmbito da micropolítica (PERUZZO, 1998), os atuais têm como bandeira a construção de uma sociedade democrática. Antes guiados pelo autodesenvolvimento, hoje orientam suas ações a favor da inclusão, do reconhecimento da diversidade cultural e da sustentabilidade. Além disso, “tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constróem modelos de inovações sociais” (GOHN, 2011, p. 336–337). É uma questão que transcende os limites da política, promovendo uma mudança cultural que, na prática, acaba por borrar a unidade exterior dos movimentos, cada vez mais fragmentados e heterogêneos (HENRIQUES, 2007). Costa (1997) corrobora essa visão ao afirmar que os movimentos sociais estão enraizados em esferas sociais que são, do ponto de vista institucional, pré-políticas, e que reside em sua articulação com as arenas institucionais os impulsos para o desenvolvimento da democracia.

Tendo em vista a permanente tensão que caracteriza a esfera pública, é fundamental para a sobrevivência dos movimentos que estabeleçam um relacionamento público, apresentando e defendendo seus interesses, lidando com públicos distintos e prezando pela horizontalidade entre os atores envolvidos. Henriques (2007) identifica aí um processo de relações públicas, no sentido de defender interesses por meio do relacionamento entre instituições e públicos. O autor ressalta que a atividade de RP, geralmente associada aos interesses capitalistas, toma aqui uma nova forma, mais ampla, que “deve ser compreendida como parte de um complexo sistema especializado — que emerge na sociedade de massas — de administração dos mecanismos de visibilidade pública e, por conseguinte, de mediação e administração das controvérsias públicas” (HENRIQUES, 2007, p. 101).

As estratégias devem atentar o público para o fato de que as causas que levam à formação dos movimentos dizem respeito à coletividade e podem ser transformadas por meio da pressão social. Para o autor, não há uma linha tênue que distingue ações estratégicas pensadas para os participantes do movimento (público interno) e para a sociedade (público externo). Assim,

[...] a administração dos elementos de coesão do movimento e da sua visibilidade pública é a chave para compreender a especificidade da construção desse tipo de relacionamento a que nos referimos e a relação com o sistema da mídia — pilar central dessa promoção de visibilidade —, que não pode se dissociar de nenhum dos outros aspectos constitutivos dos movimentos (HENRIQUES, 2007, p. 103).

O pertencimento é uma questão-chave para se pensar na solidez de um movimento, uma vez que cria identidades para sujeitos antes dispersos ou excluídos, congregando-os em

torno de um objetivo comum e, conseqüentemente, construindo relações mútuas de afeto (GOHN, 2011). No entanto, não raro os movimentos, ao servir de escudo contra as opressões que se encontram do lado externo, acabam por fechar-se ao mundo a ponto de assumirem a forma de guetos. Ao se interromper os canais de comunicação com o universo exterior, abre-se espaço para o conformismo e a alienação — dois perigos que põem em risco sua legitimidade, pois não só o resto da sociedade deixa de ter interesse em se unir à luta, mas os próprios membros perdem a noção de como devem ser os próximos passos para que a mobilização avance.

Para Harvey (2014), vivemos uma fase muito particular da luta anticapitalista, pautada por movimentos antiglobalização e em prol de uma globalização alternativa que vêm ganhando espaço desde a década de 1990. Não se trata mais de um movimento único, grande e coeso, e sim de seu desdobramento em outros que defendem pautas tão específicas quanto distintas — mudanças climáticas, racismo, igualdade de gênero. Como já apontamos, mesmo os movimentos analisados neste trabalho, embora converjam para um modelo de cidade almejado comum, incluem demandas locais e estimulam o debate em torno de causas particulares.

Ao mesmo tempo, dão materialidade ao conceito de heterotopia defendido por Lefebvre (2004), para o qual o delineamento de espaços alternativos é não somente possível, mas necessário para o pensamento revolucionário. O autor aponta na heterotopia das práticas urbanas um estado de tensão relativo à isotopia (a ordem espacial capitalista instituída) e à utopia (que permanece no nível abstrato da ambição). Mais do que espaços alternativos, os territórios que dão forma a esses movimentos buscam o conflito com a ordem pré-determinada e o pensamento utópico em vez de apenas coexistir com eles. Por meio da interação, ainda que conflitante, a ocupação de espaços públicos busca evitar o autoisolamento que pouco contribui com o progresso da luta, como já ressaltamos. Assim, como previa Henriques (2007), os movimentos pela cidadania entram cada vez mais no domínio da vida cotidiana do indivíduo em vez de reduzir os esforços da luta à delegação de poder político.

Neste capítulo, tratamos do exercício da cidadania através do resgate do conceito, englobando os significados de ser cidadão no Brasil e de que forma a cidadania dialoga com questões como democracia e direitos. Em seguida, buscando compreender a cidadania enquanto estratégia de luta, discorreremos sobre o direito à cidade, conceito de Lefebvre (1967) atualizado por Harvey (2014), sobre o qual se baseiam os movimentos de ocupação de

espaços públicos que serão analisados. Por fim, refletimos sobre os movimentos sociais, que consideramos uma das formas que a cidadania assume na luta popular.

4 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO

Neste capítulo, concluiremos nossa reflexão teórica, abordando a comunicação como o terceiro eixo da pesquisa — sendo os outros o espaço público e a cidadania. Por isso, no decorrer do capítulo, a comunicação será discutida em relação aos tópicos anteriormente tratados, isto é, será concebida como detentora de um papel na problemática do espaço público e da cidadania. Não pretendemos, entretanto, outorgar-lhe caráter meramente instrumental, mas considerá-la um dos pilares do debate, sem a qual os outros assuntos não se sustentam. Surge daí nossa proposta de comunicação cidadã, que será explorada ao fim do capítulo de forma a esclarecer o problema de pesquisa investigado na análise.

4.1 O agir comunicativo

Comunicar é, antes de tudo, tornar-se visível: fazer com que o interlocutor tome ciência da presença do outro e reconheça-o enquanto sujeito disposto a compartilhar “consciências”. No mundo contemporâneo, visibilidade tem se tornado sinônimo de existência midiática, dado o predomínio de meios eletrônicos e digitais na promoção e defesa de temáticas de interesse público. Até o século XV, devido à dificuldade de acesso a textos escritos e ao alto grau de analfabetismo, a comunicação restringia-se à interação face a face, que também exigia o compartilhamento do mesmo espaço-tempo entre os interlocutores. O desenvolvimento dos meios de comunicação trouxe novas formas de interação, transformando o sentido da visibilidade pública ao registrar as informações para que fosse possível sua circulação em espaços-tempos distintos daquele do emissor e, conseqüentemente, estendendo as relações sociais para além das fronteiras locais. Além disso, essa espécie de sistema de indexação, que comprimiu distâncias espaciais e temporais ao facilitar a comparação entre o presente e o passado, passou a alterar as relações simbólicas de poder de maneira cada vez mais rápida e imprevisível (THOMPSON, 2011).

Na contramão dessa tendência, tem-se buscado recuperar o sentido da esfera pública como aquela constituída através de espaços de comunicação interpessoal. Segundo Thompson (2008), a interação face a face é dialógica por excelência, pois implica um fluxo de duas vias, em que a expressão de um indivíduo é sempre determinante da resposta que a ele será dada e, ao mesmo tempo, determinada pela expressão que o levou a formulá-la. Além disso, as mensagens são carregadas de referências simbólicas que complementam a enunciação, como gestos, expressões faciais e variações de entonação. Para Costa (1997, n.p., online), “não se

trata de ignorar aqui os processos [...] de espetacularização e consequente perda de substância argumentativa da comunicação pública”, mas de demonstrar que o volume da esfera pública pode ser preenchido com formas diferentes de se comunicar. Essa busca não esconde a tentativa de contornar a ação manipuladora dos meios de comunicação de massa, apostando em abordagens que visam ancorar o processo comunicativo no cotidiano da sociedade, de modo que a credibilidade das mensagens transmitidas seja pautada mais por sua substância do que pela espetacularização — lembremos que, como tratamos no primeiro capítulo, a irrelevância não deve ter espaço na esfera pública.

Falamos anteriormente dos direitos conquistados pela sociedade ao longo da história, quais sejam, os direitos civis, políticos e sociais, que nos têm levado a admitir a existência de um direito “de quarta geração” atualmente: o direito à comunicação. Ligado à trajetória da luta pelos direitos humanos, representaria, para alguns autores, a própria dignidade humana por meio da garantia da interlocução entre as pessoas, sem distinções ou privilégios. A legitimação desse direito ganha notoriedade mundial no contexto das discussões sobre o papel da comunicação no fortalecimento das democracias na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) na segunda metade do século XX, culminando no relatório intitulado *Um mundo e muitas vozes — comunicação e informação em nossa época*, apresentado em 1980 pelo jurista e jornalista Sean MacBride. Se as liberdades de opinião, expressão e imprensa já se encontravam no rol de direitos civis de primeira geração, o Relatório MacBride procura conceber o direito à comunicação como o direito de comunicar, ou seja, de tornar seus detentores ativos nesse processo, superando a noção do mero direito de receber informação, que, na lógica capitalista neoliberal em curso, significaria uma concepção unidirecional do processo (RAMOS, 2005).

Nessa linha, Escudero César e Esteves (2015) apontam para a centralidade do papel da comunicação pública, resgatando uma ética da discussão baseada em princípios racionais convencionados e na comunicação enquanto processo que se redefine a todo instante. Por outro lado, os autores reconhecem a necessidade de se adotar uma visão integrada dos planos da comunicação midiática e interpessoal, já que a ação comunicativa que se processa no cotidiano tem proveniência difusa, partindo tanto de um lado como de outro e tornando inevitável seu entrelaçamento.

Quando os públicos são analisados por meio de uma concepção discursiva, a comunicação ganha importância, pois se admite que os problemas do cotidiano podem ser solucionados por meio do diálogo da sociedade consigo mesma. Para Habermas (1997; 2003

apud ESCUDERO CÉSAR; ESTEVES, 2015), a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, que procura o entendimento mútuo entre os sujeitos.

Segundo Luhmann (2005), a cognição de um sistema em relação ao meio externo deve ser orientada de forma que uma comunicação se ligue à outra, garantindo que, apesar de as fronteiras entre os sistemas não poderem ser ultrapassadas, o lado interno possa ter conhecimento da existência de um lado externo. Em relação à esfera pública, isso traz uma implicação: o sistema se vê como observável, ainda que não fique claro de que modo e por meio de quem. Assim, as opiniões são dirigidas a se orientarem de forma publicamente defensável, que, funcionalmente, recorrem a estratégias como o segredo e a hipocrisia.

Mas, afinal, quem é o público de que se fala na comunicação pública — bem como na opinião pública, no interesse público e mesmo nas relações públicas? Conforme Escudero César e Esteves,

[...] trata-se, o público, de uma entidade formada por pessoas, por indivíduos que se relacionam entre si e com a realidade externa de uma forma procedimental e norteados por uma determinada ética. O contexto destes públicos – e do Público dos públicos que os reúne, enquanto agregação simbólica desta multiplicidade de experiências de sociabilidade – é uma sociedade civil organizada procedimental e dialeticamente, a qual é ao mesmo tempo o seu sujeito e o seu objeto de transformação (ESCUDERO CÉSAR; ESTEVES, 2015, n.p., online).

De certa forma, esse público de que os autores falam é capaz de dar dinâmica à esfera pública, articulando a sociedade civil para ações transformadoras do ambiente que os envolve. A comunicação que emerge desse contexto é democrática, pois surge das características próprias de cada público, desviando de padrões previamente estabelecidos. Além disso, o que há de inovador na ação dos públicos também está relacionado à sua interação com as diferentes instituições sociais, políticas e não políticas, e a intervenção de movimentos sociais. Contudo, não podemos cometer o equívoco de concebê-lo como um ser uno e atribuir-lhe juízo de valor necessariamente positivo, dado que diferentes forças concorrem no cenário da esfera pública e nem sempre se orientam por ações organizadas e racionais. Pelo contrário, reforçamos a noção de processo que está imbricada na constituição do público e através da qual a opinião e o interesse público, entre outros conceitos derivados, são constituídos (ESCUDERO CÉSAR; ESTEVES, 2015).

A afinidade entre os membros de um público ocorre pelo sentimento da partilha de ideias, mas é a consciência dessa comunhão que os mantém coesos enquanto grupo. Ao trazer a ocupação dos espaços públicos à discussão, percebemos que esse movimento já ocorre “involuntariamente” no cotidiano das cidades de forma desorganizada e sem que haja identificação entre os atores sociais que dividem um mesmo espaço. O que diferencia o

público desse movimento espontâneo daquele que comparece aos eventos em que a ocupação de um espaço público é um fim em si mesmo é justamente o fato deste último se organizar em torno de um ideal. Não por acaso esses eventos reúnem grupos relativamente bem definidos — cicloativistas, artistas de rua, universitários — que, ainda que almejem falar em nome de um interesse público, representam uma parcela pouco significativa da população nos termos pelos quais se definem (sem que entremos no mérito de esses atores serem capazes ou não de atuar como porta-vozes dos interesses da maioria da população).

Além disso, o fato de esses movimentos estarem tomados por grupos bastante homogêneos colabora para tornar as ocupações pouco atrativas à diferença. A organização do público que constitui tais movimentos se dá de duas formas, de acordo com a categorização proposta por César (2012): em nível micro (relações entre amigos, conhecidos, vizinhos, familiares) e em nível meso (formas de organização da sociedade civil orientadas à ação coletiva na esfera pública, dentre as quais se inserem os movimentos sociais). No entanto, sua constituição se dá em momentos diferentes — o nível meso diz respeito aos grupos coesos que salientamos acima, enquanto o nível micro está situado em um momento anterior, quando da formação das redes de relacionamento que resultam no público que comparece aos eventos. Daí porque os movimentos sejam pouco permeáveis ao particular: é o já formado coletivo que encontra abrigo neles. Por outro lado, são esses mesmos fatores que dão força aos movimentos e permitem que os atores transitem entre eles. Em outras palavras, a ocupação de espaços públicos aqui estudada é, na prática, um movimento de movimentos mais do que um movimento de indivíduos.

Para Escudero César e Esteves (2015), o ideal performativo dos públicos tende atualmente a contrapor-se ao poder das principais forças que forjam os interesses da sociedade. No entanto, ainda que, devido a sua racionalidade e autonomia, sejam dotados de capacidade discursiva e simbólica para neutralizar tais forças, muitas vezes a ação permanece apenas no âmbito potencial. Os autores apontam como obstáculo a tensão que se opera entre a rigidez das instituições, calcadas na estabilidade, e a inovação buscada pelos públicos. Por mais democráticas e abertas a mudanças que as instituições se autoproclamem, sempre mantêm um núcleo duro intocável que diz respeito ao controle que detêm sobre os sujeitos — do contrário, sua própria integridade pode estar sob ameaça.

No contexto comunicacional que predomina hoje, a construção da imagem dos atores políticos e a competição pela percepção pública são imprescindíveis para a disputa política. Para Gomes (2004), o fenômeno contemporâneo da imagem pública deve-se a três fatores: o advento da sociedade democrática, o surgimento das sociedades de massa e o predomínio da

comunicação de massa como lugar da visibilidade. Como tratamos no primeiro capítulo, a valorização da esfera pública tem representado uma tentativa de substituir a política praticada nos bastidores, dando publicidade às negociações. À medida que as sociedades migram para modelos democráticos, o cuidado com a imagem pública deixa de ser apenas um meio para se obter apoio popular suplementar — traduzido, na concepção mais comum, em um contingente físico — para assumir o papel de aferir a opinião pública, uma vez que os atores políticos ficam sujeitos ao escrutínio da sociedade.

O controle da imagem pública enfrenta uma série de obstáculos, dentre os quais os atores adversários do próprio mundo da política, onde a disputa é pelo domínio da própria imagem e, também, por fazer com que o adversário perca o controle da sua (GOMES, 2004). No caso dos movimentos de ocupação de espaços públicos, os maiores adversários são o poder público e a mídia local. O primeiro porque o ato de ocupar um espaço de modo a operar nele um desvio de sua função é uma provocação às políticas urbanas gestadas pelo poder público — seja em âmbito municipal (através da administração direta dos espaços que dão lugar aos movimentos, como a Prefeitura de Porto Alegre em relação ao Largo Glênio Peres e ao Parque Farroupilha, e das políticas de mobilidade e uso do solo, que estão indiretamente implicadas) ou estadual (a questão da segurança pública, por exemplo). O poder público também busca ligar a própria imagem às melhorias realizadas na cidade — mesmo que as reivindicações somente tenham sido atendidas após contínua pressão da sociedade — ou afastá-la dos aspectos negativos, não raro isentando-se das responsabilidades ao transferi-las para os cidadãos. A mídia, de outro lado, atua por meio da marginalização dos movimentos, tanto ao retratá-los como “desordeiros” quanto ao pautá-los pelos transtornos que eventualmente causam — congestionamento, barulho, etc. — ignorando as causas que levam à sua formação; por consequência, os nomes dos principais veículos de comunicação locais são frequentemente citados nos movimentos e seus interesses escusos denunciados.

O artifício utilizado tanto pelos movimentos quanto por seus adversários para tornar o público adepto de suas ideias é definido por Murade (2007) como discurso público. Para o autor, a expressão desse discurso está relacionada aos acontecimentos de interesse coletivo, e, por isso, sua importância reside em permitir o exercício da cidadania. No entanto, destituídos da complexa linguagem que o debate exige, os sujeitos com frequência acabam reduzidos à condição de objetos sociais, levados a endossar as ideias dominantes em um discurso em vez de confrontá-las com alternativas — o chamado “discurso fácil”, demagógico, que promete oferecer soluções rápidas aos problemas da sociedade, dispensando (e mesmo evitando) debates mais aprofundados. A comunicação unilateral vai de encontro ao discurso dialógico,

este inerente ao exercício da cidadania, em que o sujeito divide o espaço discursivo com a alteridade: é um ato simbólico, pois contempla o outro enquanto sujeito ativo na reconstrução de uma realidade comum.

4.2 A comunicação cidadã

A comunicação tem papel fundamental na mobilização da sociedade, já que, no sistema em que nos inserimos, mesmo a utopia nos obriga a firmar um compromisso com a eficiência através da perseguição de resultados concretos, prática que presume a necessidade de buscar espaços de poder (BENEVIDES, 1994).

De acordo com Barros (2007, p. 132), “mobilizar é estimular um processo que requer dedicação contínua e produz resultados para manifestações públicas. Mobilizar é convocar vontades, compartilhando interpretações e significados, para decidir e atuar em busca de um objetivo comum”. O autor vê na própria mobilização um ato de comunicação, pois implica o compartilhamento de sentidos e interpretações, em que o emissor é munido de códigos, símbolos e signos para transmitir uma mensagem ao receptor, que, por sua vez, deve decodificar o conteúdo enviado. Murade (2007) aposta na prática do dissenso, forma de argumentação que busca superar a condição do homem enquanto espectador de vida, elevando-o à categoria de sujeito-cidadão. A ideia central aqui é falar *ao* povo, e não apenas *sobre* ele, a respeito de suas potencialidades, deixando de cooptar a identidade dos grupos sociais para efetivamente oferecer-lhes oportunidade de emancipação.

Um parêntese: quando falamos do povo, tendemos a fantasiá-lo como as classes subalternas às dominantes. Peruzzo (1998) atenta para as particularidades das sociedades latino-americanas, em que, devido à constante mudança por que passam, as definições do tipo devem levar em consideração as conjunturas históricas. Portanto, o povo engloba, sim, as classes subalternas, mas também pode abarcar toda uma nação, na medida em que constitua “um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria”, (PERUZZO, 1998, p. 117).

Para a autora, a comunicação nesse âmbito indica uma nova maneira de pensar o popular, ocupando-se do contexto de movimentos sociais ligados a lutas por melhores condições de vida e emancipação. Berger (1989 apud PERUZZO, 1998) assinala que o estudo da comunicação popular transferiu o foco dos meios, canais e mensagens para a relação da comunicação com a cultura. Esse viés deu ao popular dimensão histórica, traduzido como movimento de resistência — e, portanto, de ação — ao mesmo tempo em que permitiu

revalorizar a relação entre comunicação popular e comunicação de massa, superando a ideia de despolitização desta última ao abrir espaço à ambiguidade e à pluralidade.

No Brasil dos anos 1980, tão logo a comunicação popular ganhou expressividade, acabou por tornar obsoleto seu formato original. O legado que deixou, no entanto, influenciou as modalidades comunicativas que fizeram parte dos movimentos sociais dos últimos anos do século XX: a comunicação ampliou-se do âmbito comunitário que ostentava até então para se referir ao próprio processo comunicativo realizado nesses movimentos. Por delegar ao povo o protagonismo da comunicação, foi denominado participativo, alternativo, dialógico (PERUZZO, 2007b). Em pesquisa realizada com o Movimento dos Sem-Terra (MST), Cortez (1999) identifica a importância dos trabalhadores como agentes do processo de construção da comunicação, colocando-os efetivamente como produtores da informação e não apenas sua fonte.

Peruzzo (1998) identifica cinco traços comuns que definem a comunicação popular relacionada aos movimentos sociais, a saber: (a) expressão de um contexto de luta, que reflete a capacidade de as classes populares atuarem sobre o contexto em que se inserem, não tendo um fim em si mesma, mas estando ligada à educação política de um povo; (b) conteúdo crítico-emancipador, por guardar uma visão crítica das condições de vida e ansiar pela oportunidade de participação e acessibilidade a bens de consumo coletivo; (c) espaço de expressão democrática, especialmente ao abrir canais de comunicação a segmentos sociais que não contam com meios massivos para expressar-se, transmitindo informações a partir das bases; (d) o povo como protagonista, ressaltando o antagonismo em relação às classes dominantes; (e) instrumento das classes subalternas, oposta ao modelo considerado impositivo detido pelas classes hegemônicas.

Em análises mais recentes, Gohn (2011) e Escudero César e Esteves (2015) lembram que a internet e as redes sociais digitais têm tido papel cada vez mais preponderante na mobilização das pessoas para sua auto-organização; acreditamos que tal fato deva-se justamente ao dialogismo que esses meios propõem, facilitando o exercício de uma comunicação mais horizontal. É por isso também que os movimentos surgem sem uma coordenação bem definida e os consensos são continuamente reformulados pelas múltiplas vozes que os moldam. O cidadão deixa a posição passiva na relação comunicativa das esferas públicas atuais para efetivamente incluir-se de forma democrática nos processos de decisão.

Para Esteves (2015), três aspectos fundamentais das chamadas novas tecnologias da comunicação podem contribuir para a formação de uma rede de comunicação pública: (a) a possibilidade de alargamento das redes do ponto de vista das mediações, operando em

contextos monopolizados pela mídia tradicional; (b) a capacidade de fluidez, tanto no sentido da velocidade com que o discurso é posto em movimento, facilitando o intercâmbio imediato de mensagens (nos moldes da *web 2.0*), e também quanto à intervenção dos participantes na rede mediante a flexibilidade de posições; (c) a organização da rede enquanto estrutura rizomática, em oposição à ideia de uma estrutura centralizada, superando um modelo comunicacional de poucos para muitos em nome de outro de muitos para muitos.

Henriques (2007, p. 95) identifica na mobilização e na luta em rede típicas do ativismo contemporâneo um caráter inovativo, pois recorrem a “valores de abertura, criatividade, comunicação e cooperação auto-organizada”, inaugurando novas formas de se comunicar e praticar a colaboração social. Além disso, permitem ampliar o espectro de ações de comunicação, necessárias para o compartilhamento de discursos que veiculam os projetos políticos e as visões de futuro capazes de unir indivíduos em torno de um anseio comum. O autor também aponta que as estratégias comunicativas não se limitam ao intercâmbio de informações, mas abrangem

[...] decisões estrategicamente planejadas de como cada um buscará construir um enquadramento para definir a forma pela qual será visto pelos possíveis parceiros, como buscará reconhecimento, como apresentará simbolicamente a causa e a sua forma de lutar por ela e, finalmente, como a relacionará a certos valores aí implicados (HENRIQUES, 2007, p. 98).

A comunicação nos movimentos sociais deve ser compreendida como parte do próprio projeto político, pois não se atém apenas a problemas episódicos, mas trata de diretrizes permanentes baseadas em valores ético-políticos, incidindo aí também a clareza quanto aos valores que devem ser defendidos e como os movimentos devem compartilhar esse conhecimento com a sociedade (KOSHIYAMA, 1995, p. 117).

O que pretendemos propor é a noção de uma comunicação cidadã, resultante de movimentos sociais reivindicatórios da cidadania e também instrumento para a continuidade da luta, pautada pela horizontalidade entre os atores. Enquanto alternativa à mídia hegemônica, a comunicação cidadã procura voltar-se às bases sociais, dispensando megalomanias e apostando no resgate da comunicação interpessoal. Não se trata, no entanto, apenas de um retorno à interação face a face, negando as tecnologias que vêm sendo popularizadas; pelo contrário, a comunicação cidadã busca visibilidade através de meios não dominados pelos veículos de comunicação, como a internet — especialmente via redes sociais, que carregam a premissa do dialogismo.

A comunicação cidadã pode ser considerada uma vertente da comunicação pública, já que ambas compartilham os mesmos princípios. Conforme Escudero César e Esteves (2015,

n.p., online), a comunicação pública “[...] vale-se do processo, do movimento social e do seu contexto para vir à superfície. Parte do sujeito para retornar ao sujeito”. Da mesma forma, o que entendemos por comunicação cidadã tem como base os anseios da população por estender o processo democrático para além das instituições formais, de modo que o diálogo contribua para gerar visões de sociedade capazes de reverter-se em benefícios para todos. Diferentemente da comunicação corporativa, que busca forjar a opinião pública para que atenda a interesses particulares, na comunicação cidadã as reivindicações devem ser pautadas e atender ao coletivo. Há, sempre, o problema da definição de interesse público; mas, como premissa de ambas as modalidades comunicativas, o diálogo deve abrir-se também à possibilidade de reformular os sentidos do que é público, tanto no interior quanto no exterior dos movimentos, já que esses canais de comunicação se supõem participativos e avessos a opiniões predeterminadas. O consenso que assim é construído pressupõe tanto uma relação dialética entre emissor e receptor, na qual este último também assume papel ativo, quanto a transitividade dos lugares de discurso (qualquer indivíduo pode ocupar qualquer posição na dinâmica da interlocução).

Peruzzo (2007a) destaca a expressão “comunicação para a cidadania” para designar um modelo de comunicação que oportunize um desenvolvimento sustentável e participativo nos moldes que estamos propondo. Para a autora,

[...] o que está colocado, falando de modo claro e sintético, é a premência do uso dos meios de comunicação em benefício da cidadania, sendo esta construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com as outras forças constitutivas da sociedade. O desenvolvimento só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola mestra o ser humano (PERUZZO, 2007a, p. 51).

Segundo Resende (2005), a relação entre comunicação e espaço público na História torna-se mais palpável com o surgimento da opinião pública no século XVIII, dando visibilidade a opiniões muitas vezes controversas às do Estado, que assumia uma postura absolutista. O alargamento do espaço público ao longo dos séculos permite-nos compreender o espaço público contemporâneo como sendo pautado pelo conflito, isto é, um domínio em que se procura minimizar a hegemonia do poder, inclusive aquele exercido pelos meios de comunicação, em nome da negociação de saberes e da articulação de interesses até então silenciados.

Trazemos à discussão a metáfora da *rua*, explorada pelo mesmo autor, pois mostra-se bastante pertinente a nosso estudo, já que diz respeito a espaços que se contrapõem à *casa* — ou, dito de outra forma, reforçam as dicotomias privado-público, individual-coletivo, interno-externo, etc. Para Resende (2005), a rua simboliza, em primeiro lugar, a emergência de

narrativas que decorre do processo globalizatório experimentado atualmente. A eclosão de práticas e saberes transnacionalizados acabam por salientar as diferenças, diversidades e desigualdades socioculturais, fazendo com que seus representantes sejam provocados a produzir novos olhares por meio das “máquinas narrativas” cujo avanço a mesma globalização tem propiciado. Por esse motivo, o autor identifica uma subversão no processo: ao configurarem um modo de resistência às práticas e agentes dominantes, tais discursos “denunciam” os localismos que a globalização tem feito virem à tona. Isto é: os movimentos de ocupação de espaços públicos têm se mostrado uma tendência global, o que ocorre devido aos inúmeros casos pontuais que, devido às evoluções trazidas pelo processo globalizatório — especialmente a democratização da informação — identificamos como uma rede. Assim, os movimentos que ocorrem em capitais de todo o mundo influenciam uns aos outros, compartilham saberes e estratégias; formam, enfim, uma teia (global) que ganha visibilidade devido aos nós (locais) que a constituem.

A segunda metáfora está relacionada à dicotomia entre as noções de comunicação e informação inerentes às narrativas de resistência: inversamente à preocupação com o caráter informativo que norteia uma narrativa jornalística, as narrativas de resistência têm como objetivo o intercâmbio de experiências. A comunicação que se dá nesses espaços está, portanto, fundamentada em um “signo de troca e relação” (RESENDE, 2005, p. 141–142), o que significa dizer que as definições são fluidas, pois atravessam o filtro da subjetividade — não deixando, contudo, de ser informativas sob o ponto de vista da comunicação social. Em relação a nosso objeto de estudo, ressaltamos o incentivo ao debate como um dos pontos visados pelos movimentos de ocupação de espaços públicos analisados: não existem narrativas oficiais, ainda que as lideranças possam tomar a frente nesse processo. O que se vê são fragmentos decorrentes de experiências individuais que buscam constantemente construir uma narrativa própria do movimento: coletiva, mas sem perder seu caráter atomizado; informativa, mas assumidamente subjetiva; jamais neutra, isenta, “vista do lado de fora”.

Por fim, em tempos em que a discussão sobre o direito à cidade ressurge, expandindo-se para os mais variados aspectos — moradia, fruição dos serviços públicos, livre expressão, participação nas esferas decisórias — a comunicação cidadã deve ser também entendida como um processo que pretende pôr em jogo o modelo de cidade que queremos através de usos e desvios operados no espaço urbano. A ocupação do espaço público é a forma encontrada pelos movimentos de reivindicação da cidade para chamar a atenção de todos os atores direta ou indiretamente atingidos — sociedade, poder público, mídia — pelas decisões políticas e convenções sociais que fazem a cidade ser o que é. Nas grandes metrópoles, por mais que

estas pareçam oferecer uma infinidade de oportunidades e experiências a seus habitantes, os cidadãos não raro admitem sentir-se “aprisionados” em um espaço claustrofóbico pouco ou nada passível de transformação pelos que nele vivem. O papel da comunicação cidadã é explorar espaços — que, na lógica privatista, terminam por ser os espaços públicos, por constituírem resquícios de um espaço acessível a todos — e discutir abertamente de que modo eles podem ser repensados para que melhor atendam aos interesses da população. Constitui, portanto, uma arena de debate sobre a cidade que toma corpo no próprio espaço da cidade, por meio da experiência de se viver aquele espaço e imaginar como pode ser transformado.

5 ANÁLISE DESCRITIVA

Uma vez que os movimentos que pretendemos analisar são constituídos e organizados pela internet, mais especificamente pela rede social Facebook, consideramos pertinente partir dos dados aí encontrados para entender como o Largo Vivo e a Serenata Iluminada se definem e, então, discutir sua relação com a comunicação cidadã.

Para tanto, o percurso metodológico adotado foi uma análise descritiva, em que o *corpus* é delimitado e, então, esmiuçado com base em uma série de critérios. Esse método apresenta uma particularidade que vai ao encontro de nossos objetivos, pois engloba as abordagens quantitativa e qualitativa de forma integrada. A convergência entre essas abordagens, que costumam ser vistas como incompatíveis, propicia um viés complementar à investigação, pois une as potencialidades de cada perspectiva. Para Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 67), “a pesquisa quantitativa é adequada para a apreensão de variações, padrões e tendências, mas é frágil na apreensão de detalhes e singularidades”; já a abordagem qualitativa “[...] visa uma compreensão aprofundada e holística dos fenômenos em estudo e, para tanto, os contextualiza e reconhece seu caráter dinâmico”.

A opção pela análise de dados produzidos pelos próprios movimentos alinha-se à discussão que tecemos até então. Caso escolhêssemos analisar material produzido por terceiros — notícias e reportagens, por exemplo — um dos pilares da comunicação nos movimentos sociais não seria contemplado: o papel dos participantes no processo comunicativo não apenas como fonte, mas produtores da informação. Assim, encontramos na busca por informações oriundas dos sujeitos que dão voz aos movimentos um modo de reforçar a coerência entre o problema de pesquisa que propomos e a natureza dos dados que nos permitirão formular respostas.

Ainda, dentre o universo de dados disponível nas páginas dos movimentos, vários recortes seriam possíveis: textos das respectivas descrições, comentários de seguidores em postagens das páginas, postagens dos próprios seguidores, etc. Optamos por delimitar o recorte aos textos descritivos dos eventos criados por cada página, pois a quantidade de material disponível atende a nossas demandas de comparação e, a partir daí, identificação de padrões e desvios. Esse recorte também permitiu que o *corpus* abrangesse a totalidade dos dados disponíveis na categoria (eventos criados pelos movimentos), dispensando a construção de amostras representativas.

Em termos qualitativos, consideramos o recorte conveniente por uma série de motivos. Primeiramente, porque o Facebook é o principal meio de organização e divulgação das

ocupações, ou seja, suas diretrizes mais gerais partem do *online* para serem praticadas *offline*. Em segundo lugar, compreendemos a descrição dos eventos como porta-vozes de suas respectivas propostas, ainda que estejamos cientes de que outras fontes possam representar os movimentos de forma igualmente confiável (como, por exemplo, as discussões engendradas nos fóruns dos eventos, das páginas e dos grupos dos movimentos). Por fim, porque é possível observar padrões nas descrições dos eventos, tornando mais evidentes os discursos que persistem entre um evento e outro, o que contribui para identificar núcleos de autodefinição dos movimentos.

Os eventos cujas descrições constituem os *corpora* foram publicados no Facebook entre 2014 e 2016, em ambos os casos. Para o *corpus* do Largo Vivo, foram coletados 10 textos e para o da Serenata Iluminada, 19. A primeira etapa foi dedicada a identificar e tabular os espaços, dias da semana e horários em que os movimentos foram realizados, cujo resultado tornou possível observarmos padrões de repetição e refletirmos sobre a natureza dos desvios encontrados. Em seguida, através da observação dos textos descritivos dos eventos, procuramos identificar novos padrões e desvios quanto ao conteúdo e à forma. Após as análises individuais, os padrões observados foram sintetizados em uma série de itens através dos quais buscamos responder ao problema de pesquisa.

Alguns aspectos dos movimentos já foram pontuados em ocasiões anteriores neste trabalho com o objetivo de ilustrar as teorias abordadas, o que possivelmente tenha colaborado para contextualizá-los e explicitar seus objetivos. Retomaremos eventualmente esses pontos tanto no panorama dos movimentos que buscaremos traçar quanto na análise do *corpus* selecionado. Dito isso, passemos às contextualizações históricas e análises descritivas dos movimentos selecionados, o Largo Vivo e a Serenata Iluminada.

5.1 Largo Vivo

O Largo Vivo surgiu em outubro de 2011 como resposta à vigência da lei que autoriza o uso do Largo Glênio Peres, no Centro Histórico de Porto Alegre, para o estacionamento de veículos. Em estudo sobre a relação entre o espaço público e manifestações urbanas ocorridas recentemente na cidade, Heck (2015) identifica o início do movimento como uma evolução do Vaga Viva, evento inspirado no Parking Day de San Francisco (EUA), que ocorria desde o ano anterior em diversos espaços de Porto Alegre destinados a estacionamento.

Durante as primeiras edições do movimento, o único meio de divulgação dos eventos se deu pela ferramenta Eventos do Facebook, o que significa dizer que os convites para

participar eram feitos entre redes de amigos. No texto de apresentação da 9ª edição, é citado o link para um grupo de discussão aberto, também no Facebook⁸. A partir de 2013, uma página⁹ denominada não-oficial na mesma rede social passou a agrupar os eventos seguintes.

Nesse mesmo ano, foi lançado um vídeo-manifesto¹⁰ (atualmente relacionado na descrição do grupo do Facebook) gravado pelo Coletivo Catarse com depoimentos que presumimos ser dos organizadores do movimento. Nele, são explicitados os objetivos do Largo Vivo, como se deu sua concepção e quais princípios o norteiam. Logo de início, um dos organizadores esclarece que qualquer pessoa deve sentir-se livre para criar um evento sob o mesmo nome, pois, assim como o espaço onde toma forma, deve ter caráter público. Ao explicar o propósito do evento, ressalta a função das cidades, destinadas à convivência entre seus habitantes, contrapondo-a à noção de enclausuramento proporcionada por condomínios e automóveis.

Outro depoente traz de maneira mais incisiva à discussão os privilégios dados a veículos particulares, citando que, nos centros urbanos, uma média de apenas 30% dos deslocamentos são feitos por automóveis, enquanto 70% do espaço público é destinado à sua circulação e acomodação. O manifestante critica a impossibilidade de uso dessa parcela do espaço por pessoas que não usam automóvel e ressalta que o Largo Glênio Peres é símbolo dessa inversão, devido à lei promulgada pela Prefeitura Municipal. Percebe-se então o caráter combativo do evento, que procura retomar o espaço por meio da circulação de pessoas, impedindo que veículos sejam estacionados ali. Além disso, o Largo Glênio Peres é designado pelo primeiro organizador como um espaço representativo de lutas sociais, característica apagada pelo desvio da função daquele espaço.

O terceiro manifestante corrobora a ideia de que o espaço público, ao lado de outros espaços como a casa, a universidade e o trabalho, é capaz de formar a essência de um indivíduo. E cita, como sintoma da insalubridade das cidades, o caso da violência no bairro vizinho da Cidade Baixa: para ele, as políticas implementadas pelo poder público esvaziaram as ruas, promovendo a exclusão social através da crescente troca do público pelo privado.

Por fim, a última organizadora demonstra preocupação com a perda do espaço público e declara que o objetivo não é apenas ocupar os espaços existentes, mas reivindicá-los. A produção artística vem à tona como um apelo para atrair os públicos, já que as manifestações são, a cada edição, mais pautadas pela presença de música, teatro, artes gráficas, etc. Frente à

⁸ <https://www.facebook.com/groups/largovivo>

⁹ <https://www.facebook.com/largovivo>

¹⁰ <http://bit.ly/1f4q2sS>

consciência da complexidade em se transformar a cultura dominante, a manifestante vê na arte um instrumento de luta.

Heck (2015) identifica mais de trinta edições do Largo Vivo realizadas no período em que os eventos ainda não eram catalogados em uma página do Facebook; apenas dez foram encontrados no momento da realização deste trabalho. Nas chamadas listadas pelo autor, observa-se a consonância das edições com questões não necessariamente ligadas aos objetivos estritos do movimento que vinham sendo publicizadas, tais como a discussão pelo passe livre no transporte público (28ª e 29ª edições), a ameaça de corte de árvores para a duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva (32ª edição), o apoio à Ocupação Saraf por moradia popular (35ª edição) e mesmo uma frase¹¹ dita pelo deputado federal Luiz Carlos Heinze, problematizada e subvertida por meio do uso como subtítulo da 38ª edição, *Largo Vivo — Somos tudo o que não presta*.

A partir de 2014, o Largo Vivo diversificou os locais de atuação de acordo com as pautas específicas de cada evento. Uma edição (*Se tu Cais, eu te levanto!*) foi realizada no Cais Mauá contra o projeto de revitalização do local e outra (*Largo Vivo SATOLEP*) ocorreu na cidade de Pelotas, em frente ao Mercado Público municipal, sendo a primeira vez que o evento foi sediado fora de Porto Alegre. Além disso, observa-se o entrelaçamento com outros movimentos que vinham ocorrendo paralelamente, como o Defesa Pública da Alegria — uma edição ocorrida em 2012, que questionava o uso do mesmo Largo Glênio Peres para abrigar um mascote inflável da Copa do Mundo FIFA de 2014, havia culminado em confronto policial quando manifestantes ultrapassaram a grade de contenção que isolava o boneco; passada a Copa do Mundo, o Largo Vivo promoveu uma edição denominada *Largo Vivo sem tatu!* em celebração à retomada do espaço.

Em 2015, as três edições que constam na página de divulgação do Facebook posicionam-se pela contestação de decisões tomadas pelo poder público. A primeira, *Largo Vivo: sem aperto nem aumento!*, realizada no contexto de nova ameaça de aumento do valor da passagem do transporte público, propõe uma roda de diálogos sobre passe livre, tarifa zero, autonomia e autogestão. A segunda, intitulada *Largo Vivo acústico: vai ter arte na rua, sim!*, apresenta-se como uma resposta à proposta de regulamentação da arte de rua, em texto que visa, entre outros pontos, proibir a realização de manifestações culturais em parques e praças da capital (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2015). A última edição do ano foi realizada

¹¹ Em discurso proferido durante uma audiência pública, Luiz Carlos Heinze alega que, no governo da então presidenta Dilma Rousseff, “[...] estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta”. O registro em vídeo pode ser conferido no link: <https://goo.gl/CUCuJN>

no Largo dos Açorianos sob o nome *Largo Vivo no Pântano dos Açorianos* e buscou denunciar o estado em que o referido espaço se encontrava, especialmente após sua interdição para obras que o deixara em aspecto de abandono e um período de intensas chuvas na capital que tornara o lugar, outrora um espaço de confraternização, infrequentável.

Em 2016, destacam-se duas edições realizadas em apoio ao movimento de ocupação das escolas públicas pelos secundaristas, deflagrado em todo o país. O texto de apresentação da primeira edição, *Largo Vivo das escolas independentes ocupadas*, é voltado à contextualização do movimento secundarista e mostra-se mais combativo do que os anteriores, mencionando a importância de manifestações em espaços de visibilidade para questionar e enfrentar propostas e decisões tomadas sem amplo diálogo com a sociedade. A segunda, *Largo Vivo: com os secundaristas hasta la vitória!*, realizada quase dois meses depois no Largo Zumbi dos Palmares, dispensa explicações (tanto a respeito do Largo Vivo quanto das ocupações estudantis) na descrição do evento, que se resume a um poema mencionando ora a situação dos espaços públicos de Porto Alegre ora o movimento secundarista; percebem-se implícitos aí dois fatos: o público frequentador do Largo Vivo é recorrente, dispensando a necessidade de apresentação de um evento que dá sequência a outro, e o entrelaçamento com outras lutas — ainda que de pautas distintas das do Largo Vivo — não é estranho, mas até acolhido pelo movimento. Entre essas duas edições, tem lugar uma terceira, que traz à pauta a privatização do Auditório Araújo Vianna e o cercamento do Parque Farroupilha; por esse motivo, é realizada em frente ao referido auditório, localizado nos limites desse parque.

5.1.1 *Largo Vivo: análise descritiva do corpus*

Dentre as dez edições do Largo Vivo que constituem o *corpus* de análise — a totalidade das edições catalogadas na *fan page* —, cinco foram realizadas no Largo Glênio Peres e no Paço Municipal (espaço adjacente); as demais cinco dividem-se entre o Cais Mauá, o Largo dos Açorianos, o Largo Zumbi dos Palmares e o Parque Farroupilha/Auditório Araújo Vianna, além da edição realizada em frente ao Mercado Público da cidade de Pelotas. Cinco edições ocorreram em sextas-feiras, duas em quintas-feiras, duas em sábados e uma na terça-feira, todas com início no fim da tarde ou início da noite.

Em oito edições (apenas excluídas as duas mais recentes), há um texto de apresentação variável seguido por uma lista relativamente fixa de sugestões de artefatos e alimentos a

serem levados pelos participantes de modo a contribuir com a construção do movimento, parafraseado a seguir:

PARA LEVAR (se quiser, ora bolas!)
 - instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, amigos...
 - mate e comidinhas (compramos ali no Mercado) para um grande piquenique.
 - faixas e cartazes, bandeirolas, adesivos, camisetas para estêncil. (LARGO VIVO, 2016)

Em determinadas edições, como o *Largo Vivo das escolas independentes ocupadas*, somam-se à lista contribuições destinadas às ocupações estudantis (edredons e bolas de futebol). Outra alteração é observada no *Largo Vivo no Pântano dos Açorianos*, em que o local de compra de alimentos é substituído por outro próximo à ocupação (no caso, a feira que ocorre no mesmo dia no Largo Zumbi dos Palmares).

Os trechos iniciais das descrições são voltados à contextualização de cada evento, dado que todos carregam determinado mote (que geralmente dá nome aos subtítulos). Especificidades à parte, o que nos interessa aqui é observar o que está presente, se não na totalidade, em uma parcela majoritária dos eventos.

Um ponto inicial a ser notado é justamente a ausência de descrição do Largo Vivo como um todo, o que corrobora nossa hipótese de que o movimento é continuamente construído por meio das múltiplas particularidades que são trazidas à tona a cada evento. Lembremos das palavras de um dos organizadores no vídeo já citado, que busca afastar a noção de uma liderança centralizada ao sugerir que qualquer cidadão pode apropriar-se do movimento (cujo sentido pode ser aqui entendido como algo próximo a uma “marca”) e organizá-lo independentemente do aval do coletivo que o concebeu.

Os textos descritivos apresentam linguagem informal, fazendo uso de expressões coloquiais (“Chega mais!”, “Fortunazi promete mais um aumentinho da passagem.”), localismos (“[...] traz o que tu tiver!”, “O porto está em disputa: tu tá sabendo o que querem aprontar por lá?!”) e construções próprias da internet (*emoticons*, *hashtags*, uso de pontuação como elemento de design).

Além disso, ainda que por vezes assumam uma posição distinta da do interlocutor através de apelos e provocações (“Faz o teu Largo: este é um evento AUTOGESTIONADO!”, “Vem mostrar um pouco do Cais que TU quer!”), os textos geralmente são redigidos na primeira pessoa do plural (“Compartilhamos o espaço público, enchamos de vida a cidade”, “Vamos transformar o Largo dos Açorianos novamente em um Largo Vivo?!”). Identificamos nesse caso uma estratégia que se processa em dois momentos: há, inicialmente, uma chamada agressiva dirigida ao interlocutor, despertando seu interesse e

chamando-o à ação para que, em seguida, se proponha que o movimento seja construído de forma coletiva. A abordagem não chega a afastar-se do interlocutor a ponto de ser reduzida a um informativo impessoal, mas antes busca construir um laço de cordialidade, apostando na sensibilização do sujeito através das pautas que propõe.

Entretanto, a linguagem se mostra persuasiva e generalista em ambos os momentos, atribuindo consensos ao conjunto dos participantes. Trechos como “Não acreditamos em um Deus que não saiba dançar, nem na obrigatoriedade do gerador elétrico” e “Vem mostrar um pouco do Cais que TU quer!” levam-nos a refletir acerca da medida de participação e liberdade de pensamento que o movimento proporciona. São questões que, de qualquer modo, não podem ser respondidas apenas com base em nosso *corpus* de análise, mas necessitam envolver a observação de canais de comunicação abertos aos participantes. Por ora, podemos concluir que a atribuição de consensos é um artifício de linguagem utilizado pela organização do movimento de modo a sensibilizar, congregar e promover um sentido de pertencimento nos sujeitos envolvidos.

Com os dados que coletamos e analisamos comparativamente, podemos identificar alguns padrões: (a) o Largo Glênio Peres como espaço oficial do movimento; (b) a extensão a outros espaços com características semelhantes de forma a incluir demandas pontuais; (c) a centralidade desses espaços, tanto em Porto Alegre quanto em Pelotas; (d) a preferência pelos últimos dias da semana e pelo turno da noite, conciliando com o horário comercial e evidenciando o caráter festivo do movimento; (e) o diálogo com outros movimentos; (f) o caráter horizontal e colaborativo da organização, comunicação e execução dos eventos; (g) o incentivo à expressão artística; (h) a valorização da cultura e do comércio locais; e (i) a apropriação de elementos típicos de mobilizações de luta popular.

5.2 Serenata Iluminada

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 a partir de uma causa cadastrada no extinto portal PortoAlegre.cc, plataforma digital colaborativa que reunia discussões com o objetivo de propor melhorias para a cidade. Em reportagem¹² realizada pelo jornal Zero Hora em 2013, noticiando a segunda edição do movimento, é ressaltada a questão da segurança no período noturno, para a qual a primeira edição do evento teria chamado a atenção. Na matéria, os organizadores entrevistados buscam expor o conflito entre o desejo da sociedade de ocupar os

¹² ZERO HORA. Serenata Iluminada ocupa a Redenção pela segunda vez. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/7aO3sl>>

espaços públicos e o medo da violência da qual praças e parques carregam o estigma. A proposta da Serenata Iluminada é, assim, despertar nas pessoas o desejo de transformar a realidade, demonstrando que esses espaços podem ser coletivamente ocupados de forma cidadã, colaborando com o combate ao crime e à insegurança. Sob o antigo nome, Serenata Redenção Iluminada, o movimento concentra seus atos no Parque Farroupilha, popularmente conhecido como Parque da Redenção.

A mesma reportagem menciona que, desde então, o Facebook já era a ferramenta de divulgação do movimento. No entanto, o primeiro evento de que se tem registro na página oficial¹³ data de um ano depois, em julho de 2014. Diferentemente do Largo Vivo, que possui um grupo de discussão, a Serenata Iluminada limita seu meio de atuação na rede social a essa página. Possivelmente por esse motivo, a página da Serenata Iluminada assemelha-se mais a uma *fan page*, não apenas como um suporte para a divulgação dos eventos, mas um canal de comunicação de caráter institucional.

Na descrição da página, identificamos um histórico do movimento. Se, por um lado, o Largo Vivo reforça o sentido de independência de coletivos e instituições, a Serenata Iluminada explicita os nomes dos organizadores logo no primeiro parágrafo. No decorrer do texto, são ressaltados os objetivos do movimento — “[...] a ocupação dos espaços públicos da cidade, em prol de mais segurança, do direito a [sic] cidade, para que todos possam compartilhar os parques, as ruas, com os amigos, vizinhos, familiares, enfim, com todas as pessoas, também a [sic] noite!” (SERENATA ILUMINADA, 2016) — e seu *modus operandi* — o uso de velas, lanternas, instrumentos musicais, etc. Também são destacados o caráter colaborativo e autogestionado da organização e a liberdade de expressão artística, convidando músicos, dançarinos e atores a demonstrarem sua arte no evento. Por fim, uma série de itens compõe um pequeno manual de convivência, lembrando os participantes de questões como a separação correta do lixo, o respeito às diversidades, a preocupação com a vizinhança devido ao barulho produzido por aparelhos de amplificação sonora e a atenção com o contato entre produtos inflamáveis e as árvores do parque.

O evento mais antigo encontrado, intitulado *Serenata Junina Iluminada — Isso vai pra lixeira*, é o único do ano de 2014 entre os que constam na listagem. Ainda que a descrição do evento reproduza o texto descritivo da página, o título nos dá dois indícios a respeito de uma pauta específica que a edição levanta: a limpeza do parque. Uma rápida pesquisa em notícias da época veiculadas por jornais e portais *online* denuncia a quantidade de resíduos

13

<https://www.facebook.com/SerenataIluminada>

deixados sobre o parque em eventos anteriores, motivo pelo qual o descarte correto do lixo tenha se tornado uma questão extraordinária nas edições seguintes.

Nos eventos realizados em 2015, o Cais Mauá aparece como palco de dois deles. O primeiro é descrito como um evento de celebração do espaço, semelhante às Serenatas Iluminadas realizadas no Parque Farroupilha até então; ao contrário do segundo, cujo texto de tom alarmista explicita a ameaça de privatização do cais e faz menção ao projeto de revitalização do lugar, citando acontecimentos recentes como a retirada arbitrária de guindastes históricos e a condenação de um armazém do complexo como estopins para sua ocupação. A partir de uma edição realizada em abril, novamente no Parque Farroupilha, a oposição ao cercamento do local passa a constar nas descrições, em meio ao debate envolvendo a realização de um plebiscito sobre o assunto; a inclusão dessa pauta é estendida aos eventos posteriores. Uma edição realizada em junho do mesmo ano é desdobrada em dois eventos, *Serenata da Lixeira Iluminada e Mutirão de Conscientização na Redenção durante a Serenata Iluminada* — este em parceria com a página Porto Alegre Mais Limpa e Verde¹⁴ com o objetivo de convocar a um trabalho de conscientização do descarte de resíduos durante a realização da Serenata Iluminada na mesma noite. Em uma das últimas edições do ano, a demanda por banheiros e lixeiras — além de segurança e iluminação, que acompanham o movimento desde o início — é acrescentada ao título do evento; ao questionar o poder público acerca do fornecimento de infraestrutura, até então provida pela organização do movimento de forma independente, essas demandas podem ser entendidas como uma busca pela autoafirmação do movimento enquanto interesse público — em termos práticos, traduz-se em reivindicar para a Serenata Iluminada o aparato fornecido pelo poder público em eventos similares.

O início do ano de 2016 é marcado por um forte temporal em Porto Alegre, cujos ventos atingem o Parque Farroupilha, derrubando árvores e deixando o parque interditado por semanas. O primeiro evento da Serenata Iluminada após o acontecimento, realizado no mês de fevereiro, retoma a ideia de convocar uma equipe de voluntários para colaborar no resgate do parque; ainda que organizado pelo mesmo coletivo, não se trata de uma edição regular da Serenata Iluminada, mas da apropriação do alcance já conquistado pela página para divulgar uma ação de caráter extraordinário pertinente ao movimento. Também nesse ano são realizadas três edições itinerantes da Serenata Iluminada, sob o título *Caminhada Iluminada por mais segurança cidadã*; duas delas partem do Parque Farroupilha e uma da Esquina

¹⁴ <https://www.facebook.com/maislimpaeverde/>

Democrática, todas em direção ao Palácio Piratini, sede do Governo do Estado. O objetivo é denunciar o desmonte da segurança pública que tem ocorrido desde o início da gestão de José Ivo Sartori através do parcelamento de salários de servidores e da diminuição do efetivo policial, resultando em recorde no número de crimes registrados no Rio Grande do Sul.

5.2.1 *Serenata Iluminada: análise descritiva do corpus*

Dezenove eventos criados pela página Serenata Iluminada fazem parte do *corpus* de análise, dos quais quatorze tiveram como sede o Parque Farroupilha, dois o Cais Mauá e três (as Caminhadas Iluminadas) foram edições itinerantes por ruas da cidade. Quinze ocorreram em sábados (ainda que, lembremos, dois deles — *Mutirão de Conscientização na Redenção durante a Serenata Iluminada* e *Serenata da Lixeira Iluminada* — coincidam, convergindo para o mesmo evento *offline*), três em sextas-feiras e apenas um em uma quinta-feira. Com exceção do *Mutirão em prol da Redenção*, marcado para uma manhã, todos tiveram previsão de início entre 18 h e 20 h.

Para fazermos o mapeamento das descrições dos eventos, é útil distingui-los em três categorias, tendo em vista a similaridade entre eles: as edições regulares da Serenata Iluminada, as Caminhadas Iluminadas e os mutirões. Em termos descritivos, a categoria Serenata Iluminada divide-se ainda entre edições realizadas no Parque Farroupilha e no Cais Mauá.

Nas edições da Serenata Iluminada realizadas no Parque Farroupilha, os textos descritivos dos eventos reproduzem parcialmente a descrição disponível na página do movimento¹⁵, salientando objetivos, propostas e políticas de socialização e de cuidado com o parque. A partir da edição realizada em abril de 2015, o tom descontraído que impera no decorrer do texto é quebrado em determinado momento por dois parágrafos que tratam do cercamento do local: “Não queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção! Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como iluminação, lixeiras, banheiros e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las!” (FACEBOOK, 2016).

Os mutirões apresentam textos mais concisos, que explicam brevemente o motivo e o objetivo da convocação. O primeiro, *Mutirão de Conscientização na Redenção durante a Serenata Iluminada*, devido à sua ambiguidade com a edição da Serenata Iluminada que ocorre no mesmo horário, aparenta presumir conhecimento prévio da repercussão midiática do descarte de resíduos no movimento por parte de seus frequentadores, intensificada desde a

¹⁵ <https://www.facebook.com/SerenataIluminada/about/>

realização da edição anterior. No segundo, *Mutirão em prol da Redenção*, o texto descritivo fala implicitamente em nome do coletivo que coordena o movimento, ao revelar o diálogo deste com a SMAM sobre a possibilidade de convocar voluntários para colaborar no resgate do parque.

Quanto às Caminhadas Iluminadas, duas edições apresentam o mesmo texto, que, falando em nome do cidadão porto-alegrense (“Porto Alegre não suporta mais a insegurança”, “A cidade é nossa, nós moramos aqui. Queremos mais dignidade!”), denuncia a insegurança na cidade e convida para a caminhada, explicitando o percurso e sugerindo que os participantes carreguem consigo fontes de luz (velas e lanternas) com o objetivo de chamar a atenção dos transeuntes e “iluminar” a cidade durante o trajeto. Ainda que as reivindicações não se resumam à melhoria do sistema de iluminação pública, como pode parecer à primeira vista, esse recurso simboliza a necessidade de investimento em políticas que permitam ao cidadão sentir-se seguro, ecoando a ideia contida na própria Serenata Iluminada como um todo. A amplitude das reivindicações é demonstrada na terceira edição da Caminhada Iluminada, que declara apoio aos servidores da segurança pública estadual; o evento é realizado no dia 4 de agosto de 2016, data em que sindicatos da categoria convocam paralisação devido ao parcelamento de salários. O texto descritivo também busca atrelar o apoio à valorização dos agentes aos objetivos da Serenata Iluminada, ressaltando que a ocupação dos espaços públicos deve ser acompanhada do pleno funcionamento da segurança pública.

A linguagem adotada pela Serenata Iluminada, ainda que se aproxime da informalidade, limita os recursos utilizados — como jogos de palavras, gírias e construções da internet — em relação ao Largo Vivo. Algumas similaridades observadas nesse sentido foram o uso de caixa alta para destacar trechos do texto (“Existem sim, muitas demandas em relação ao parque, como SEGURANÇA, ILUMINAÇÃO, BANHEIROS E LIXEIRAS, mas o cercamento não irá resolvê-las!”) e, em menor frequência, expressões coloquiais (“Um sonzinho acústico agrada a todos...”, “Partiu?!”), desvios em relação à linguagem informativa (“Seja alegria, respeito, seja seu amor pela cidade”), linguagem inclusiva (“A Redenção é de tod@s”) e *hashtags* (“#SerenataIluminada”). Um detalhe a ser observado é que a quase totalidade desses recursos está presente apenas nos eventos relativos à Serenata Iluminada — as únicas exceções são o uso de caixa alta nos eventos da Caminhada Iluminada e a expressão “Partiu?!” no *Mutirão em prol da Redenção*. Tais padrões refletem o tom de cada categoria de evento: o predominantemente festivo das Serenatas Iluminadas em oposição ao denunciativo-combativo da Caminhadas Iluminadas e ao informativo-convocatório dos mutirões.

Os textos são geralmente direcionados ao interlocutor, por meio do uso de imperativos. O recurso à primeira pessoa do plural também é utilizado, mas a identificação dos sujeitos envolvidos no discurso nesses casos não é clara: em determinados momentos, sugere falar em nome do coletivo organizador (“[...] entramos em contato com a coordenação de praças e parques da Smam e oferecemos a possibilidade de convocar voluntários para colaborar no resgate do parque [...]”) e, em outros, de todos os participantes do movimento, (“NÃO queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!”), além de colocar uma parcela da sociedade externa ao movimento em posição interlocutora ao fazer uso de ambos os recursos (“Venha caminhar conosco e retomar a cidade que já foi alegre”).

A predominância do uso de imperativos indica uma distância maior entre a organização da Serenata Iluminada e o público a que se dirige do que aquela verificada no caso do Largo Vivo, o que é corroborado por outros pontos observados, como a centralização do movimento em uma página oficial, onde consta de forma explícita a relação dos integrantes do coletivo organizador, e a ausência de um grupo de discussão. No entanto, devemos lembrar que, dadas as próprias características do espaço em que o movimento é realizado (o Parque Farroupilha), bem como de seu entorno, são necessários cuidados especiais — do descarte adequado de resíduos ao respeito à vizinhança devido ao ruído provocado por equipamentos sonoros — o que justifica a redação dos textos em tom de ordem. Nesse sentido, a Serenata Iluminada assume mais proximamente o comportamento usual de uma marca nas redes sociais, demonstrando preocupação com o controle de sua imagem pública.

Por fim, listemos os padrões identificados pelo *corpus* de análise nesse movimento: (a) o Parque Farroupilha como espaço de realização por excelência; (b) a segurança pública como tema central da mobilização; (c) o desvio operado no espaço, ao ocupá-lo em horário inabitual; (d) a centralização das ações de comunicação em uma página oficial no Facebook; (e) a explicitação de um coletivo como organizador e porta-voz do movimento; (f) a definição clara dos objetivos, propostas, práticas e recomendações, presente na definição do movimento em sua página oficial e replicada nas descrições dos eventos; (g) a valorização de manifestações artísticas; (h) a interação com outros movimentos; (i) o caráter de celebração do espaço ocupado para além de seu uso enquanto palco de manifestação, reforçado pelo fato de serem geralmente realizados em noites de sábado, horário típico de festas; (j) a preocupação com a imagem pública do movimento; (l) a delegação da corresponsabilidade ao poder público, tanto pela infraestrutura dos eventos quanto pela situação da segurança pública de modo geral.

5.3 O que há de comunicação cidadã no Largo Vivo e na Serenata Iluminada

Resgatemos, em primeiro lugar, as ideias de Peruzzo (1998) a respeito da comunicação popular nos movimentos sociais, que pode nos ajudar a compreender a dimensão do Largo Vivo e da Serenata Iluminada enquanto espaços de comunicação cidadã.

Um dos pontos ressaltados pela autora é o processo de educação política que ocorre concomitantemente aos fins objetivados pela luta. Em nossa análise, identificamos que a ocupação dos espaços públicos acompanha um debate acerca da noção de “público” vivenciada, que é, com frequência, questionada e problematizada. A ampliação da abrangência dos movimentos para outros espaços da cidade além daqueles em que os movimentos se originam (por exemplo, o Cais Mauá) e o diálogo com pautas que pouca semelhança guardam em nível específico a não ser a defesa da noção de público comum a ambas (como educação e transporte públicos) extrapolam as reivindicações primárias que as ocupações representam, voltadas aos espaços onde tomam forma. O que os movimentos parecem indicar, em outras palavras, é que a luta não deve ter caráter individualista, de modo a apenas servir aos objetivos imediatos que beneficiam os sujeitos participantes; pelo contrário, deve compor um todo coerente, de modo que suas premissas possam ser incorporadas pela sociedade a fim de fundamentar lutas futuras. Para Koshiyama (1995), significa compreender a comunicação como parte do projeto político.

A reação dos movimentos a temas como a permissão de uso do Largo Glênio Peres para estacionamento e a proposta de cercamento do Parque Farroupilha recorre a expressões como “privatização” e “perda do espaço público” para caracterizar os processos que aí estão imbricados. Ao contrário do que indicaria uma análise mais literal, não significa dizer que tais espaços serão geridos pela iniciativa privada ou transformados em espaços de acessibilidade restrita (privados): a seletividade seria antes simbólica, pautada pelo poder aquisitivo necessário para usufruir desses lugares e pelo recorte de classe que daí decorre. Uma analogia possível é a dos *shoppings*, que, embora abertos ao público, são destinados ao consumo, prática que ignora o fato de que poderes de compra desiguais podem definir o grau de inclusão ou exclusão de determinado grupo social em um meio. Observamos aqui a atualização de um segundo ponto destacado pela autora, que vê na comunicação relativa aos movimentos sociais a presença de uma visão crítica acerca das condições de vida e da oportunidade de acesso a bens de consumo coletivo.

O fato de os movimentos serem organizados por uma rede social de internet, meio que se contrapõe à verticalidade e unilateralidade dos veículos tradicionais de comunicação,

constitui um espaço de expressão democrática apontado por Peruzzo (1998), já que dá a oportunidade de comunicação a grupos sociais que não detêm meios massivos para tanto. Além disso, uma vez que esses meios são comumente instrumento de classes dominantes, veiculando discursos que visam a defesa de seus próprios interesses, a dinâmica da rede social oferece um refúgio para a expressão de discursos contra-hegemônicos ao alçar o povo ao protagonismo dos movimentos. No caso do Largo Vivo, tais pontos são acentuados pelo fato de ter surgido em um grupo de discussão, ainda existente, nessa rede social e pela recusa em se identificar uma liderança por parte dos organizadores.

Já assinalamos a horizontalidade da comunicação em rede de acordo com as ideias de Esteves (2015) e Henriques (2007). Para este, as estratégias comunicativas do ativismo contemporâneo não se resumem a um intercâmbio de informações, mas dão poder ao indivíduo para que seja corresponsável no processo de construção do movimento. Nos casos analisados, esse é um ponto que vem à tona quando da contínua redefinição do movimento a cada evento e da relativa abertura ao modo como os participantes atuarão — seja pelas *performances* artísticas que farão, pelos comes e bebes com que irão contribuir, pela delegação de responsabilidade para com a preservação do local, etc.

Também nos interessa retomar a rápida observação que fizemos acerca da linguagem utilizada nas descrições dos eventos que constituem o *corpus* de análise, em que ora há um distanciamento, ora uma aproximação — eventualmente beirando a cooptação — com o interlocutor no decorrer do discurso, indicados pelos pronomes e flexões verbais utilizados. Em consonância com declarações dadas pelos organizadores do Largo Vivo e da Serenata Iluminada, esse movimento que ora fala *ao* interlocutor ora *com* o interlocutor pode ser interpretado como um indicativo da medida de participação da sociedade no processo de construção dos movimentos. O papel ativo assumido pelo receptor e a transitividade dos lugares de discurso são apontados por Escudero César e Esteves (2015) como fatores que contribuem para a formação de consensos em modalidades participativas de comunicação.

Todavia, é necessário estender os canais de comunicação que os movimentos inauguram àqueles que tomam forma em seu próprio espaço e momento de realização. Assim, os eventos do Largo Vivo e da Serenata Iluminada também devem ser compreendidos enquanto espaços de expressão democrática, na medida em que está implícito, nos movimentos, o resgate do espaço público enquanto instituição — isto é, no sentido que se confunde com a noção de esfera pública. Retomamos aqui Barros (2007), para quem a mobilização é em si um ato de comunicação, já que implica o compartilhamento de sentidos e interpretações de forma a buscar um objetivo comum.

Esses movimentos fazem emergir narrativas que, enquanto parte de um todo global, dialogam com lutas que ocorrem concomitantemente em outros pontos do mundo, como diz Resende (2005). Por estarem em sintonia com tendências globais — o Largo Vivo, por exemplo, tendo inspiração no Parking Day surgido nos EUA e, por sua vez, ampliando sua rede de atuação a outros lugares, como a cidade de Pelotas — os movimentos pela ocupação de espaços públicos em Porto Alegre contribuem para o fortalecimento de outros movimentos (também, mas não apenas, pela valorização do espaço público) de cujas experiências se retroalimentam, antecipando um movimento maior que pode vir a ser uma nova compreensão dos sentidos da cidadania. Aqui, a comunicação cidadã desponta no diálogo *entre* os movimentos, que, no contexto de um processo de globalização, assume papel preponderante.

A comunicação que ocorre nesses espaços está fundada em narrativas de resistência, isto é, tem como objetivo o intercâmbio de experiências, o que significa dizer que a informação circulante relativa aos movimentos está impregnada da subjetividade dos atores participantes (RESENDE, 2005). A nosso ver, isso coincide com a noção de comunicação cidadã que identificamos nos movimentos analisados, pois, no processo de afirmação de sua identidade, as narrativas oficiais dão lugar à fluidez da troca de saberes — apenas possível ao passo que o protagonismo popular seja um dos pilares dos movimentos.

Por carregarem consigo a problemática da vivência nas cidades e serem sediados no espaço comum a todos, o Largo Vivo e a Serenata Iluminada são potencializados enquanto espaços de comunicação cidadã. Onde mais um movimento que busca chamar a atenção da sociedade para a situação em que se encontram as cidades e a relação entre seus habitantes poderia ter lugar que não no próprio espaço que as pessoas compartilham? De que outra forma o debate sobre o valor da convivência nos espaços públicos poderia ser instigado que não através da efetiva utilização desses espaços? E, ainda, como a sociedade poderia defender seus interesses e reivindicar seus direitos perante o poder público de outro modo além da ocupação de espaços que lhes pertencem?

Esses questionamentos deixam transparecer a complexidade de sentidos do direito à cidade atrelado à comunicação cidadã, pois obriga-nos a considerar diversas variáveis para compreendermos o problema. Não basta pensarmos apenas na relação entre o cidadão e a cidade, ou entre o espaço público e a luta pela cidadania — isto é, em “pares”. Devemos levar em conta que todas as variáveis operam ao mesmo tempo, fazendo com que se submetam à influência umas das outras e, por isso, estejam sempre sujeitas a reformulações. Assim, a figura do cidadão pensada de forma isolada é diferente daquela em que o cidadão está na luta

por direitos, fazendo do próprio corpo um instrumento de afirmação, exigindo a valorização do espaço público, valendo-se desse mesmo espaço para expressar reivindicações, etc.

Chegamos à conclusão de que as estratégias utilizadas para alcançar os objetivos propostos pelos movimentos de ocupação de espaços públicos são baseadas na coesão entre seus elementos, isto é, o indivíduo, o exercício da cidadania, o espaço público, as modalidades comunicativas e a forma como dialogam entre si. O exercício inverso é válido para pensarmos quais sentidos poderiam ser deduzidos se um dos elos dessa corrente destoasse dos demais: se, por exemplo, os movimentos fossem restritos a fóruns de discussão *online*; se os coletivos organizadores estivessem abertamente atrelados a organizações com fins lucrativos ou partidos políticos; ou, ainda, se a comunicação dependesse da cobertura de veículos midiáticos. Embora a abertura ao debate seja um bastião dos movimentos, nem tudo é negociável, e são esses paradigmas que constituem seu núcleo duro — “sempre lutaremos por X, e jamais aceitaremos Y!” — que lhes permitem assumir uma identidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo propor uma reflexão acerca dos movimentos de ocupação de espaços públicos em Porto Alegre enquanto espaços de comunicação cidadã. Para tanto, dedicamo-nos, em um primeiro momento, a compreender os três eixos que constituem a pesquisa: o espaço público, o exercício da cidadania e o papel da comunicação.

De forma a delimitar o que entendemos por espaço público, discutimos primeiramente a noção de esfera pública, dado que ambos os conceitos frequentemente são usados sem discriminação de sentido. Vimos que, ao longo da História, as esferas pública e privada sempre constituíram partes interdependentes de um mesmo sistema, acompanhando a dicotomia entre o que as sociedades consideravam público e privado — daí o crescimento da esfera privada, especialmente no século XX, significar a contração da esfera pública. Em seguida, refletimos sobre o conceito de espaço, a partir do qual foi possível identificar os tipos geográfico, social e urbano, de cujas interfaces — a materialidade, as relações sociais e a cidade enquanto realização da cotidianidade — emerge o espaço público. Entendemos este como um espaço de representação social, designado para certos fins mas, por ser palco de disputas de poder, também sujeito a contrausos. Com esse recorte, traçamos um panorama dos espaços públicos de Porto Alegre, destacando os situados na região central, onde frequentemente ocorrem manifestações populares.

O segundo capítulo foi destinado à discussão acerca da cidadania, no qual esclarecemos brevemente o surgimento do termo “cidadão” e sua transformação no decorrer dos séculos. Interessou-nos aprofundar o sentido da palavra no contexto brasileiro, cujas particularidades sempre tornaram sua definição imprecisa. A cidadania tornou-se, de fato, parte da agenda da sociedade brasileira no período da redemocratização do país, marcado pela eclosão de movimentos sociais responsáveis pela expressão e formação de uma consciência coletiva acerca da noção de *direito*. Com base no entendimento da cidadania enquanto estratégia de luta, trazemos à tona o direito à cidade, expressão que tem levado a uma nova compreensão da potencialidade do espaço urbano em todo o mundo. Tratamos, por fim, dos movimentos sociais, os quais entendemos como meios adotados pela sociedade civil organizada para defender interesses e reivindicar mudanças através da pressão coletiva.

No terceiro capítulo, abordamos o último eixo do trabalho: o papel da comunicação atrelado ao que vínhamos discutindo. Propusemos, a partir de noções como comunicação pública e popular, o conceito de comunicação cidadã, expressão que nos permitiu sintetizar os sentidos que procuramos identificar nos objetos de análise. Compreendemos a comunicação

cidadã como aquela surgida em movimentos de reivindicação da cidadania e por eles incorporada como instrumento de luta, pautada pela abertura à participação e pela horizontalidade entre os sujeitos envolvidos.

No quarto capítulo, empreendemos uma análise descritiva dos movimentos selecionados: o Largo Vivo e a Serenata Iluminada. Amparados em material coletado em suas respectivas páginas no Facebook, notícias e reportagens *online*, além de pesquisas já realizadas sobre o tema, esboçamos um histórico de cada movimento, buscando observar como eles são identificados por si mesmos e por terceiros. Na sequência, fizemos um recorte analítico de modo a responder ao problema de pesquisa — como a recente ocupação de espaços públicos de Porto Alegre constitui uma forma de comunicação cidadã? — tomando como *corpus* as descrições dos eventos catalogados nas páginas do Largo Vivo e da Serenata Iluminada (um total de 10 e 19 unidades, respectivamente).

A análise descritiva foi inicialmente dedicada a identificar os espaços, dias da semana e horários em que os movimentos foram realizados. O resultado dessa tabulação tornou possível observarmos padrões de repetição e refletirmos sobre a natureza dos desvios encontrados, que consideramos um primeiro ponto relevante na continuidade da análise. Vimos, por exemplo, que a quase totalidade dos movimentos teve início no fim da tarde ou início da noite; que sexta-feira e sábado foram os dias mais frequentes; e que a Serenata Iluminada foi mais centrada em um único espaço — sendo o Parque Farroupilha sede de 14 das 19 edições — do que o Largo Vivo — 5 entre 10 edições tendo como palco o Largo Glênio Peres.

Em seguida, através da observação dos textos descritivos dos eventos, procuramos identificar novos padrões e desvios. Quanto ao conteúdo, analisamos quais trechos se repetem entre uma edição e outra e quais os elementos inéditos, buscando relacioná-los a outros pontos que pudessem esclarecer os motivos de sua inclusão. Quanto à forma, observamos os recursos de linguagem e a abordagem adotada pelos movimentos. Após cada análise, listamos os padrões observados em uma série de itens que utilizamos para responder ao problema de pesquisa, relacionando-os aos pontos levantados no capítulo que tratou da comunicação cidadã. Assim, foi possível compreender em que medida os movimentos de ocupação de espaços públicos em Porto Alegre atualizam o sentido de comunicação cidadã proposto. Destacaram-se o modo como os discursos são colocados, o uso da internet como ferramenta de divulgação dos movimentos e a própria ocupação dos espaços públicos enquanto estratégia de luta.

Uma vez que as noções de cidade e cidadania reaparecem constantemente — o espaço em que tais movimentos tomam forma é o espaço da cidade, a qual também é objeto de discussão; seus atores são, nessa esfera, identificados como cidadãos; ocorre, concomitantemente ao exercício da cidadania, um anseio por reafirmá-la e redefini-la, etc. — podemos compreender esse tipo de movimento como um sistema holístico, pois todos os elementos que o constituem estão integrados de forma complementar.

Por fim, consideramos pertinente ressaltar que a análise é tão mais precisa quanto mais esforços fizermos em levar em conta a relação entre os elementos envolvidos, pois todos estão sujeitos a influências mútuas. Portanto, embora a pesquisa tenha delimitado nossa análise a um recorte, e ainda que tenhamos considerado tal recorte representativo, é necessário admitir que a complexidade do assunto exige maior atenção a outros fatores que não exploramos aqui. Especialmente no que diz respeito à metodologia de análise, julgamos que pesquisas direcionadas aos frequentadores dos movimentos podem enriquecer a busca pela medida de participação que constitui um dos pilares da comunicação cidadã proposta neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2010.
- _____. **Rahel Varnhagen: la vie d'une juvive allemande à l'époque du romantisme**. Paris : Tierce, 1986.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas : Papirus, 1994.
- BARROS, Antonio Teixeira de. A relação entre o sistêmico e o vivido na comunicação institucional. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo : Summus, 2007. p. 124–136.
- BAUMAN, Zygmunt. A compulsão transformada em vício. In: _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001. p. 85–90.
- BENEVIDES, Maria Victoria. Democracia e cidadania. In: VILLAS-BÔAS, Renata (Org.). **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: Pólis, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo : Contexto, 2013. Resenha de: PICCINATO JR., Dirceu. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2. p. 246–249, nov/2014.
- CASTELLS, Manuel. Globalização, informacionalização e movimentos sociais. In: _____. **O poder da identidade**. São Paulo : Paz e Terra, 1999.
- CORTEZ, Cácia. O Movimento Sem Terra e seus sistemas de comunicação. In: FERREIRA, Maria Nazareth (org.). **Cultura, comunicação e movimentos sociais**. São Paulo: CELACC; ECA/USP, 1999, p. 133–140.
- COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35. São Paulo, 1997.
- CRIOLO. **Cartão de visita**. Disponível em: <<https://goo.gl/zBn3NP>>. Acesso em: 8 out. 2016.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____ (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- _____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo : Paz e Terra, 2002.
- _____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel. (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95–110.
- DE CERTEAU, Michel. Práticas do espaço. In: _____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis : Vozes, 1998.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. A Lógica do Condomínio ou: o Síndico e seus Descontentes. Leitura Flutuante. **Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise**. [S.l.], v. 1, nov. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/NRVJnE>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

ECO, Umberto. A linha e o labirinto: as estruturas do pensamento latino. In: DUBY, Georges. (ed.). **A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno**. Lisboa : Produções Dom Quixote, 1989. p. 23–48.

ESCUADERO CÉSAR, Regina. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo : Summus, 2007. p. 78–91.

ESCUADERO CÉSAR, Regina Célia; ESTEVES, João Pissarra. O novo público da esfera pública e a reconceptualização do consenso como topos da comunicação pública. **Comunicação pública**, v. 10, n. 17, 2015. Disponível em: <<http://cp.revues.org/915>> Acesso em: 9 jul. 2016.

ESTEVES, João Pissarra. Comunicação Pública e Democracia: uma entrevista com João Pissarra Esteves. **Revista Compólitica 5 (1)**, 2015. Entrevista concedida a Luz et al.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: MOTTA, Manuel Barros da (Org.). **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2009.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre : Sulina, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47. Rio de Janeiro, 2011.

GOMES, Wilson. A política de imagem. In: _____. **Transformações da política na Era da comunicação de massa**. São Paulo : Paulus, 2004. p. 239–290.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 2ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 2014.

HECK, Marcelo Arioli. **Espaço público e as manifestações urbanas: o caso de Porto Alegre: cartografias e discursos**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo : Summus, 2007. p. 92–104.

HISTÓRIA de Porto Alegre. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://goo.gl/jvKpTL>> Acesso em: 18 dez. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção dos espaços públicos no Brasil. São Paulo : Vozes, 2000.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Sociedade civil, multidadania e comunicação social. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo : Summus, 2007. p. 59–77.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49. São Paulo, jun/2002. p. 115–134.

_____. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2. São Paulo, jul–dez/2005. p. 79–89.

LEFEBVRE, Henri. El espacio social. In: _____. **La producción del espacio**. Madri : Capitán Swing, 2013.

_____. O espaço. In: _____. **Espaço e política**. Belo Horizonte : EDUFMG, 2008. p. 36–57.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte : EDUFMG, 2008.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis : Vozes, 2008.

LOPES, Gleison Maia. A apropriação do espaço público contemporâneo: o caso do Parque Ecológico do Cocó, na cidade de Fortaleza/CE. In: **Encontro Anual da Anpocs**, 36. Águas de Lindóia, 2012.

LUHMANN, Niklas. A função dos meios de comunicação. In: _____. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo : Paulus, 2005. p. 155–166.

_____. Esfera pública. In: _____. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo : Paulus, 2005. p. 167–172.

MARZULO, Eber Pires. **Espaço dos pobres** : identidade social e territorialidade na modernidade tardia. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Valor cultural, valor econômico : encontros e desencontros. In: **Seminário Internacional História e Energia**, 2000, São Paulo. Anais. São Paulo : Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo, 2000. p. 29–47.

MOSER, Benjamin. **Cemitério da esperança**. Recife : Cesárea, 2014.

MURADE, José Felício Goussain. Relações públicas na construção da cidadania dos grupos populares. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo : Summus, 2007. p. 150–164.

NOVELLI, Ana Lúcia Romero. Relações públicas e as novas fronteiras entre o público e o privado. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações**

públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo : Summus, 2007. p. 224–236.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações públicas comunitárias:** a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo : Summus, 2007. p. 45–58.

_____. Comunicação comunitária e gestão participativa. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações públicas comunitárias:** a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo : Summus, 2007. p. 137–149.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis : Vozes, 1998.

PREFEITURA de Porto Alegre. **Prefeitura apresenta minuta para regulamentar arte de rua.** Disponível em: <<https://goo.gl/TMmzpJ>> Acesso em: 11 out. 2016.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo : Umesp, 2005. p. 245–253.

RESENDE, Fernando. A comunicação social e o espaço público contemporâneo. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. p. 129–145, jan./jun. 2005.

RIZEK, Cibele Saliba. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51. São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. Há cidadãos neste país? In: _____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2007.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP — Espaço e tempo**, n. 15. São Paulo, 2004. p. 21–37.

SILVA, Hertha Tatiely; SANTOS, Goiamérico Felício Carneiro dos. Trânsitos imagéticos urbanos : o sujeito, o lugar, o espaço e suas apropriações. In: CIRINO, José Antônio Ferreira; BRAGA, Claudomilson Fernandes (Orgs.). **Comunicação, cidadania e cultura.** Goiânia : UFG/FIC/PPGCOM, 2015. p. 215–229.

SILVA, Kelly Regina Santos da; GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. A cidade não pára, a cidade só cresce: o crescimento econômico e a segregação socioespacial. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, n. 2. Recife, 2013.

SMAM. **Conheça Algumas Praças da Zonal Centro.** Disponível em: <<https://goo.gl/zTtSxC>> Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. **Parque Farroupilha (Redenção).** Disponível em: <<https://goo.gl/7EtrR7>> Acesso em: 19 dez. 2016.

SOUZA, Jessé. **(Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”?** Lua Nova, n. 59. São Paulo, 2003. p. 51–73.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. In: _____ **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de (Orgs.). São Paulo : Contexto, 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo : Cortez, 2002.

TELLES, Vera. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social. Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 2(1): 23-48, 1.sem. 1990.

_____. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. In: VILLAS-BÔAS, Renata (Org.). **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: Pólis, 1994.

THOMPSON, John Brookshire. **A nova visibilidade**. Matrizes, São Paulo, v. 1, n. 2. p. 15–37, 2008.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis : Vozes, 1998.

VALIM, Michael Alessandro Figueira; SANTOS, Goiamérico Felício Carneiro dos. Dos direitos humanos ao direito humano à comunicação na atualidade: uma breve trajetória histórica de conceitos. In: CIRINO, José Antônio Fernandes; BRAGA, Claudomilson Fernandes (Orgs.). **Comunicação, cidadania e cultura**. Goiânia : UFG/FIC/PPGCOM, 2015. p. 122–140.

ANEXO A — EVENTOS DO LARGO VIVO

1. Largo VIVO sem Tatu!

Sexta, 13 de junho de 2014 às 16:00

Largo Glênio Peres

O Largo Vivo é a celebração da vida na rua, da cidade pra todo mundo! Daqui expulsamos o Fuleco e logo logo expulsaremos este estacionamento que a Prefeitura insiste em manter. Chega mais!

Fazemos piquenique, música, malabares, teatro. Fazemos amigos. Compartilhamos o espaço público, enchemos de vida a área que seria ocupada pelos carros.

PARA LEVAR (se quiser, ora bolas!)

- instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, amigos...
- mate e comidinhas (compramos ali no Mercado) para um grande piquenique.
- faixas e cartazes, bandeirolas, adesivos, camisetas para estêncil.

Uma cidade para as pessoas!

Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos.

TODOS SÃO BEM-VINDOS!

Sobre o Largo Vivo:

Primeira edição (04/10/11)

<http://bit.ly/18JpIRf>

Terceira edição (18/10/11)

<http://bit.ly/1jvB2SN>

Quinta edição, com Apanhador Só (01/11/11)

<http://vimeo.com/33096775>

Reportagem do Sul21

<http://bit.ly/1iHZgvf>

A volta do Largo Vivo, pelo Coletivo Catarse (26/04/13)

<http://bit.ly/1f4q2sS>

Página de divulgação do Largo Vivo

<http://on.fb.me/1bmbJuE>

2. Largo Vivo sem Tatu!

Sexta, 11 de julho de 2014 às 18:00

Largo Glênio Peres

O Largo Vivo é a celebração da vida na rua, da cidade pra todo mundo! Daqui expulsamos o Fuleco e logo logo expulsaremos este estacionamento que a Prefeitura insiste em manter. Chega mais! Faz o teu Largo: este é um evento AUTOGESTIONADO!

Fazemos piquenique, música, malabares, teatro. Fazemos amigos. Compartilhamos o espaço público, enchemos de vida a área que seria ocupada pelos carros.

PARA LEVAR (se quiser, ora bolas!)

- instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, amigos...
- mate e comidinhas (compramos ali no Mercado) para um grande piquenique.
- faixas e cartazes, bandeirolas, adesivos, camisetas para estêncil.

Uma cidade para as pessoas!

Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos.

TODOS SÃO BEM-VINDOS!

Sobre o Largo Vivo:

Primeira edição (04/10/11)

<http://bit.ly/18JpIRf>

Terceira edição (18/10/11)

<http://bit.ly/1jvB2SN>

Quinta edição, com Apanhador Só (01/11/11)

<http://vimeo.com/33096775>

Reportagem do Sul21

<http://bit.ly/1iHZgvf>

A volta do Largo Vivo, pelo Coletivo Catarse (26/04/13)

<http://bit.ly/1f4q2sS>

Página de divulgação do Largo Vivo

<http://on.fb.me/1bmbJuE>

3. Se tu CAIS, eu te levanto!

Sábado, 23 de agosto de 2014 às 16:00

Cais Mauá (junto ao terminal do catamarã)

Largo Vivo na beira do rio, Largo Vivo para viver o nosso Cais Mauá!

O porto está em disputa: tu tá sabendo o que querem aprontar por lá?! 4000 vagas para carros, hotel de luxo, shopping, destruição de armazéns históricos, elitização.

Vem mostrar um pouco do Cais que TU quer! Com VIDA e ABERTO pra quer quiser chegar.

A cidade não pode ter dono!

#OcupaCaisMaua

OFICINAS * SLACKLINE * BANDAS * FUTIBAS * PROJEÇÕES * GENTE!

CHEGADA pelo TÚNEL do Catamarã, na praça do arco, em frente ao Mercado Público.

PARA LEVAR (se quiser, ora bolas!)

- instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, amigos...
- mate e comidinhas (compramos ali no Mercado) para um grande piquenique.
- faixas e cartazes, bandeirolas, adesivos, camisetas para estêncil.

Uma cidade para as pessoas!

Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos.

TODOS SÃO BEM-VINDOS!

Sobre o Largo Vivo:

Primeira edição (04/10/11)

<http://bit.ly/18JpIRf>

Terceira edição (18/10/11)

<http://bit.ly/1jvB2SN>

Quinta edição, com Apanhador Só (01/11/11)

<http://vimeo.com/33096775>

Reportagem do Sul21

<http://bit.ly/1rrWIpI>

A volta do Largo Vivo, pelo Coletivo Catarse (26/04/13)

<http://bit.ly/1f4q2sS>

Página de divulgação do Largo Vivo

<http://on.fb.me/1bmbJuE>

4. Largo Vivo SATOLEP

Quinta, 13 de novembro de 2014 às 19:00

Rua Lobo da Costa, em frente ao Mercado Central, Pelotas

Largo Vivo é um evento que surgiu com o objetivo de ocupar espaços públicos de maneira autogestionada. Questionando a privatização que estes espaços vem sofrendo cada vez mais. Dessa vez o largo vai ser em Pelotas. No largo Edmar Fetter, em frente ao mercado público.

Fazemos piquenique, música, malabares, teatro. Fazemos amigos. Compartilhamos o espaço público, enchemos de vida a cidade.

PARA LEVAR (se quiser, ora bolas!)

- instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, amigos...
- mate e comidinhas (comparamos ali no Mercado) para um grande piquenique.
- faixas e cartazes, bandeirolas, adesivos, camisetas para estêncil.

Uma cidade para as pessoas!

Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos.

TODOS SÃO BEM-VINDOS!

Sobre o Largo Vivo:

Primeira edição (04/10/11)

<http://bit.ly/18JpIRf>

Terceira edição (18/10/11)

<http://bit.ly/1jvB2SN>

Quinta edição, com Apanhador Só (01/11/11)

<http://vimeo.com/33096775>

Reportagem do Sul21

<http://bit.ly/1iHZgvf>

A volta do Largo Vivo, pelo Coletivo Catarse (26/04/13)

<http://bit.ly/1f4q2sS>

Página de divulgação do Largo Vivo

<http://on.fb.me/1bmbJuE>

5. Largo Vivo - sem aperto nem aumento!

Quinta, 15 de janeiro de 2015 às 19:00

Largo Glênio Peres (Mercado Público)

Fortunazi promete mais um aumentinho da passagem. São Paulo e outras aldeias já começaram a guerra! Vamo pro Largo, que a galera se encontre, que o movimento se movimente :)

- Pela utilidade do CHAFARIZ! Banho coletivo, nu e horizontal.
- Músicas, drinques e conspirações.
- Contra a leseira da cidade! Rua mais rua.

- Roda de Dialogos sobre Passe livre, Tarifa Zero, Autonomia e Autogestão.
- Varal de fotografias - traz a tua!
- Confecção de cartazes pelo Passe Livre!

Fazemos piquenique, música, malabares, teatro. Fazemos amigos. Compartilhamos o espaço público, enchemos de vida a área que seria ocupada pelos carros.

PARA LEVAR (se quiser, ora bolas!)

- instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, amigos...
- mate e comidinhas (compramos ali no Mercado) para um grande piquenique.
- faixas e cartazes, bandeirolas, adesivos, camisetas para estêncil.

Uma cidade para as pessoas!

Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos.

TODOS SÃO BEM-VINDOS!

Sobre o Largo Vivo:

Primeira edição (04/10/11)

<http://bit.ly/18JpIRf>

Terceira edição (18/10/11)

<http://bit.ly/1jvB2SN>

Quinta edição, com Apanhador Só (01/11/11)

<http://vimeo.com/33096775>

Reportagem do Sul21

<http://bit.ly/1iHZgvf>

A volta do Largo Vivo, pelo Coletivo Catarse (26/04/13)

<http://bit.ly/1f4q2sS>

Página de divulgação do Largo Vivo

<http://on.fb.me/1bmbJuE>

6. Largo Vivo Acústico 🎵 🎸 🎹 Vai ter ARTE na RUA, SIM! :)

Sexta, 28 de agosto de 2015 às 17:00

Largo Glênio Peres

Múltiplas rodinhas simultâneas de som acústico e pulsante! Pros males espantar e a rua ocupar. Viola, sopro, tambor, garganta, traz o que tu tiver! Não acreditamos em um Deus que não saiba dançar, nem na obrigatoriedade do gerador elétrico. Acreditamos nas pessoas e na cidade para as pessoas :)

Enquanto isso, olha só o que a Prefeitura vem aprontando:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/default.php?p_noticia=179857

A proibição da arte de rua de Porto Alegre!

4 anos de Largo Vivo! Fazendo piquenique, música, malabares, teatro. Fazendo amigos. Compartilhando o espaço público, enchendo de vida a área "normalmente" ocupada pelos carros.



PARA LEVAR (se quiser, ora bolas!)

- instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, amigos...
- mate e comidinhas (compramos ali no Mercado) para um grande piquenique.
- faixas e cartazes, bandeirolas, adesivos, camisetas para estêncil.

Uma cidade para as pessoas!

Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos.

TODOS SÃO BEM-VINDOS!

Sobre o Largo Vivo:

Primeira edição (04/10/11)

<http://bit.ly/18JpIRf>

Terceira edição (18/10/11)

<http://bit.ly/1jvB2SN>

Quinta edição, com Apanhador Só (01/11/11)

<http://vimeo.com/33096775>

Reportagem do Sul21

<http://bit.ly/1iHZgvf>

A volta do Largo Vivo, pelo Coletivo Catarse (26/04/13)

<http://bit.ly/1f4q2sS>

Página de divulgação do Largo Vivo

<http://on.fb.me/1bmbJuE>

7. Largo Vivo no Pântano dos Açorianos ;)

Terça, 20 de outubro de 2015 às 19:00

Ponte De Pedra

Vamos transformar o Largo dos Açorianos novamente em um Largo Vivo?!

Fazemos piquenique, música, malabares, teatro. Fazemos amigos. Compartilhamos o espaço público, enchendo de vida a área "normalmente" abandonada pela Prefeitura.

PARA LEVAR (se quiser, ora bolas!)

- instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, amigos...
- mate e comidinhas (comparamos ali na feira) para um grande piquenique.
- faixas e cartazes, bandeirolas, adesivos, camisetas para estêncil.

Uma cidade para as pessoas!

Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos.

TODOS SÃO BEM-VINDOS!

Sobre o Largo Vivo:

Primeira edição (04/10/11)

<http://bit.ly/18JpIRf>

Terceira edição (18/10/11)

<http://bit.ly/1jvB2SN>

Quinta edição, com Apanhador Só (01/11/11)

<http://vimeo.com/33096775>

Reportagem do Sul21

<http://bit.ly/1iHZgvf>

A volta do Largo Vivo, pelo Coletivo Catarse (26/04/13)

<http://bit.ly/1f4q2sS>

Página de divulgação do Largo Vivo

<http://on.fb.me/1bmbJuE>

8. Largo Vivo das Escolas Independentes Ocupadas

24 de junho – 25 de junho

24 de junho às 18:00 a 25 de junho às 6:00

Prefeitura de Porto Alegre

Largo Vivo das Escolas Independentes Ocupadas

Vamos transformar as ruas do centro em um largo vivo, político e cultural por uma educação pública, libertária e de qualidade?

Há mais de um mês estamos vivendo o maior levante estudantil da história da nossa educação pública. Quase 200 escolas ocupadas em todo o estado contra o PL 44/16 do governador José Ivo Sartori (que mascara o projeto de privatização do ensino público), o PL 190/15 do Marcel van Hattem (que criminaliza o professor que "expressar opinião política em sala de aula") e em apoio a greve dos professores.

Aos presidentes, governantes, deputados e todos aqueles que estão querendo calar a nossa voz, seja com cortes nas verbas da educação e da cultura, com a violência da polícia de choque e com a criminalização dos estudantes e dos movimentos sociais, nós respondemos com **CONSTRUÇÃO COLETIVA E AUTÔNOMA DE LUTA PELA PARTICIPAÇÃO DIRETA NAS DECISÕES SOBRE A NOSSA EDUCAÇÃO!**

Quer trazer a tua arte, tua oficina, teu esporte, tuas idéias ?

**NOSSA PROGRAMAÇÃO ESTÁ ABERTA A TODOS QUE QUISEREM PARTICIPAR!
MANDE UMA MENSAGEM PARA A NOSSA PÁGINA! VAMOS CONSTRUIR
JUNTOS!**

Fazemos arte, piquenique, música, cinema, malabares, teatro... Fazemos amigos e compartilhamos o espaço público, enchendo de vida as ruas do centro da cidade.

SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

PARA LEVAR (se quiser, ora bolas!)

- instrumentos musicais, edredons, bola de futebol, malabares, slackline, pernas de pau, amigos...
- quentão e mate (pra espantar o frio); comidinhas para um grande piquenique;
- faixas e cartazes, tinta, bandeirolas, adesivos, camisetas para estêncil.

Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos.

TODOS SÃO BEM-VINDOS!

P.S. ao desgoverno de José Ivo Sartori, Jose Fortunati e Michel Temer:

SE VIER PRIVATIZAR NÓS FAZEMOS OCUPAÇÃO!!!

Sobre o Largo Vivo:

Primeira edição (04/10/11)

<http://bit.ly/18JpIRf>

Terceira edição (18/10/11)

<http://bit.ly/1jvB2SN>

Quinta edição, com Apanhador Só (01/11/11)

<http://vimeo.com/33096775>

Reportagem do Sul21

<http://bit.ly/1iHZgvf>

A volta do Largo Vivo, pelo Coletivo Catarse (26/04/13)

<http://bit.ly/1f4q2sS>

Página de divulgação do Largo Vivo

<http://on.fb.me/1bmbJuE>

9. Largo Vivo - Contra a Regulamentação do Uso dos Espaços Públicos

Sexta, 15 de julho às 17:00 - 2:00

15 de julho às 17:00 a 16 de julho às 2:00

Auditório Araújo Viana

Atrações confirmadas!

La Digna Rabia

Eu Acuso

Conjunto Bluegrass Portoalegrense

Mente Mestra S/A

Kalunga Quilombola

Bad Gnomo

O Araujo é nosso

Histórico e legendário auditório

plantado no seio da redenção

Quem não tem uma lembrança boêmia por ali? A nova geração, pois conheceu um auditório fechado, privado e caro!

E como diria a canção das ruas:

"os picos desta cidade são pra nossa curtição

e se vier privatizar nós fazemos okupação"

No melhor estilo #OcupaTodoMundo

tomaremos a frente do Araujo

okuparemos a Osvaldo Aranha

faremos arte e amor no parque

lutaremos por Direto à cidade

e contra essa forma tosca de elitizar POA

Não vão cercar a redenção!

Vai ter povão no Araujo sim!

#AraújoVianaPublico

#VaiTerArteNaRua

#VaiTerPovoNaArte

#VaiTerPovoPorTodaParte

10. Largo Vivo: com os secundaristas Hasta la vitória!

Sábado, 13 de agosto às 18:00 - 0:00

13 de agosto às 18:00 a 14 de agosto às 0:00

Largo Zumbi Dos Palmares - Cidade Baixa

Porto Alegre se faz de Rua
Por-do-Sol
Luta e poesia
cercaram o por-do-sol
a Luta virou crime
(cada dia mais dura a dita...)
a poesia necessita de mentes livres
Estudantes que rompem
com o encarceramento
das salas de aula e
Lutam nas ruas por arte
- arte emociona até juíza -
nossa luta inicia ao por-do sol de cada dia
e ... resiste
(ocupa e resiste)
vamos tocar tambor na praça
fazer arte e amor
desacomodar a mordomia
e ser poder com a periferia
#VaiTerArteNaRua
#VaiTerPovoNaRua
#ProtestoNãoéCrime
#Ocupatudo

Maracatu Truvão
MArgarina Bailarina
Natália Cimirro
Guilherme
intervenção cênica dos secundas
Circo
Front LR
Hierofantes de Marte
e muito amorrr

ANEXO B — EVENTOS DA SERENATA ILUMINADA

1. Serenata Junina Iluminada - Isso vai pra lixeira

Sábado, 5 de julho de 2014 às 18:00

Esta é uma celebração de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade.

A ideia da Serenata Iluminada surgiu em 2012 de uma causa cadastrada por Renata Beck na plataforma Portoalegre.cc e segue viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, com segurança, para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas também a noite.

A proposta de uma Serenata Iluminada é simples: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o bom uso dos espaços públicos de nossa cidade.

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir com sabedoria.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização em uma Autêntica Serenata Iluminada para todos:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;

- Compartilhe! Seja alegria, seja um copo de quentão, seja seu amor pela cidade;
- Não haverá palco, cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria serenata;
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogo!

2. Serenata Iluminada do Cais Mauá

Sábado, 28 de março de 2015 às 18:00

Pórtico Central. (Av. Mauá, em frente à Av. Sepúlveda)

Primeiro a luz do pôr-do-sol, depois a nossa. :)

A proposta de uma Serenata Iluminada é simples: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e outras manifestações artísticas para fazer um encontro que mistura alegria, expressão e reflexão sobre o uso dos espaços PÚBLICOS da nossa querida cidade.

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, pois será uma linda oportunidade de estarmos juntos cultivando a coletividade em prol do Cais Mauá para todos, contra a entrega dele a uma empresa sem a menor discussão com os cidadãos de Porto Alegre.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou tem algum talento que possa deixar a noite ainda mais iluminada, compareça. O evento é aberto e auto-organizado.

Qualquer pessoa/grupo pode se manifestar livremente, quando não oprima os/as demais ;)

Informações práticas e convivência para uma baita Serenata:

- Haverá vários palcos, cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria serenata.

- Mantenha a cidade limpa. Ao ir embora descarte seu lixo em lixeiras e leve para casa tudo o que você levou.

3. Serenata Redenção Iluminada

Sábado, 25 de abril de 2015 às 18:00

Arco Da Redenção

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade.

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de mais segurança, para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas também a noite.

Não queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como limpeza, iluminação e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las!

A proposta de uma Serenata Iluminada é simples: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços públicos de nossa cidade.

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir com sabedoria.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização em uma Serenata Iluminada para todos:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, seja um copo de vinho, cerveja, seja seu amor pela cidade;
- Não haverá palco, cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogo!

4. Mutirão de Conscientização na Redenção durante a Serenata Iluminada

6 de junho de 2015 – 7 de junho de 2015

6 de junho de 2015 às 18:00 a 7 de junho de 2015 às 4:00

Arco Da Redenção

Trabalho voluntário de conscientizar a todos sobre a importância de fazer a destinação correta de seus resíduos.

5. Serenata da Lixeira Iluminada

Sábado, 6 de junho de 2015 às 18:00

Arco Da Redenção

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade.

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de MAIS SEGURANÇA, para que todos possam

compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas, também a noite.

NÃO queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como limpeza, iluminação e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las!

A proposta de uma Serenata Iluminada é simples: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços públicos de nossa cidade.

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir COM SABEDORIA.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização, PARA TODOS, em uma Serenata Iluminada:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, seja um copo de vinho, cerveja, seja seu amor pela cidade;
- Não haverá palco, cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;

- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;

- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogueiras, são proibidas!

A Redenção é de tod@s. Faça a sua parte, colabore no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos!

6. Serenata Iluminada do Cais Mauá

Sábado, 4 de julho de 2015 às 18:00

Pórtico Central. (Av. Mauá, em frente à Av. Sepúlveda

A luz do pôr-do-sol, junto, a nossa! :)

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, sua família, pois será uma LINDA oportunidade de estarmos juntos cultivando a coletividade em prol do Cais Mauá para todos, contra a entrega dele a uma empresa privada sem a menor discussão com os cidadãos de Porto Alegre.

Os guindastes se foram! As portas dos armazéns estão sendo retiradas! O Armazém A7 está condenado! Tudo incluído no pacote de “revitalização” do Cais Mauá.

Porto Alegre precisa, quer e suporta mais um shopping, um hotel e torres comerciais? Projeto totalmente na contramão para o desenvolvimento sustentável da cidade!

Somos sim a favor de que o Cais Mauá seja reabilitado e entregue à população de Porto Alegre. É um espaço simbólico da cidade e representa um patrimônio histórico e cultural inestimável. Entretanto, queremos um projeto inclusivo e não elitista, que o Cais seja um espaço sim, cultural e aberto PARA TODOS!

A proposta é: levamos velas, instrumentos musicais e outras manifestações artísticas para fazer um encontro que mistura alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços PÚBLICOS da nossa querida e amada Porto Alegre, entre eles, o Cais Mauá.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou tem algum talento que possa deixar a noite ainda mais iluminada, compareça. O evento é aberto e auto-organizado.

Qualquer pessoa/grupo pode se manifestar livremente, quando não oprima os/as demais ;)

Informações práticas e convivência para uma baita Serenata:

- Cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Mantenha a cidade limpa. Ao ir embora descarte seu lixo em lixeiras e leve para casa tudo o que você levou;

Porto Alegre é de tod@s. Faça a sua parte, colabore no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos públicos!

7. Serenata Iluminada em prol de mais Segurança, Iluminação, Banheiros e Lixeiras.

Sábado, 29 de agosto de 2015 às 18:00

Arco Da Redenção

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade.

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de MAIS SEGURANÇA para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com todas as pessoas, também a noite.

NÃO queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim, muitas demandas em relação ao parque, como **SEGURANÇA, ILUMINAÇÃO, BANHEIROS E LIXEIRAS**, mas o cercamento não irá resolvê-las!

A proposta de uma Serenata Iluminada é: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o **BOM USO** dos espaços públicos de nossa cidade.

Traga sua **LUZ**, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito **AMOR** e vamos nos divertir **COM SABEDORIA!**

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização, **PARA TODOS**, em uma Serenata Iluminada:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, respeito, seja seu amor pela cidade;
- Cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogueiras, são proibidas!

A Redenção é de tod@s. Faça a sua parte, COLABORE no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos!

#SerenataIluminada

8. Serenata Redenção Iluminada

Sexta, 23 de outubro de 2015 às 19:00

Arco Da Redenção

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade!

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de mais segurança, para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas também a noite.

Não queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como limpeza, iluminação, lixeiras, banheiros e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las!

A proposta de uma Serenata Iluminada é: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços públicos de nossa cidade.

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir COM SABEDORIA.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização em uma Serenata Iluminada para todos:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, respeito, seja seu amor pela cidade;
- Cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogo, é proibido!

A Redenção é de tod@s. Faça a sua parte, COLABORE no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos!

#SerenataIluminada

9. Serenata Redenção Iluminada em prol de mais segurança e cultura para todos

Sexta, 11 de dezembro de 2015 às 20:00

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade!

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de mais segurança, para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas também a noite.

Não queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como limpeza, iluminação, lixeiras, banheiros e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las!

A proposta de uma Serenata Iluminada é: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços públicos de nossa cidade.

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir COM SABEDORIA.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização em uma Serenata Iluminada para todos:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, respeito, seja seu amor pela cidade;
- Cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogo, é proibido!

A Redenção é de tod@s. Faça a sua parte, COLABORE no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos!

#SerenataIluminada

10. Serenata Redenção Iluminada em prol de mais segurança e cultura na Cidade

Sábado, 23 de janeiro às 20:00

Chafariz Da Redenção

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade!

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de mais segurança, para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas também a noite.

Dia 23 de abril é o dia internacional do livro e do escritor, data que se comemora por causa da coincidência de ser o dia em que morreram cervantes e shakespeare - este ano, 2016, se relembra no mundo todo, portanto, a data redonda de 400 anos.

Não queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como limpeza, iluminação, lixeiras, banheiros e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las!

A proposta de uma Serenata Iluminada é: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços públicos de nossa cidade.

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir COM SABEDORIA.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização em uma Serenata Iluminada para todos:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, respeito, seja seu amor pela cidade;
- Cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogo, é proibido!

A Redenção é de tod@s. Faça a sua parte, COLABORE no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos!

#SerenataIluminada

11. Mutirão em prol da Redenção

Sábado, 13 de fevereiro às 10:00 - 13:00

A nossa Redenção foi muito atingida pelo último temporal, entramos em contato com a coordenação de praças e parques da Smam e oferecemos a possibilidade de convocar voluntários para colaborar no resgate do parque, a ideia inicial é fazermos este mutirão no próximo sábado, sob orientação e colaboração com a administração do parque! Partiu?!

12. Caminhada Iluminada por mais segurança

Sexta, 11 de março às 19:00

Porto Alegre não suporta mais a insegurança.

Simbolizando a retomada das ruas e da cidade pela população, esta caminhada iluminada mostra o quanto os porto-alegrenses necessitam de mais RESPEITO, SEGURANÇA E TRANQUILIDADE.

Venha caminhar conosco e retomar a cidade que já foi alegre. A cidade é nossa, nós moramos aqui. Queremos mais dignidade!

Caminhada Iluminada e silenciosa, partindo da Redenção (Arco) até o Palácio Piratini, traga suas velas, lanternas e venha iluminar Porto Alegre com sua luz e pedir mais segurança na nossa cidade!

13. Serenata Iluminada é sábado às 19h :)**Sábado, 30 de abril às 23:00****Parque da Redenção - Porto Alegre**

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade! :)

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de mais segurança, para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas também a noite.

Não queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como limpeza, iluminação, lixeiras, banheiros e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las! ;)

A proposta de uma Serenata Iluminada é: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços públicos de nossa cidade.

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir COM SABEDORIA.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização em uma Serenata Iluminada para todos:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, respeito, seja seu amor pela cidade;
- Cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogo, é proibido!

A Redenção é de tod@s. Faça a sua parte, COLABORE no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos!

#SerenataIluminada :)

14. Caminhada Iluminada por mais segurança cidadã

Sábado, 11 de junho às 18:00

Porto Alegre não suporta mais a insegurança.

Simbolizando a retomada das ruas e da cidade pela população, esta caminhada iluminada mostra o quanto os porto-alegrenses necessitam de mais RESPEITO, SEGURANÇA E TRANQUILIDADE.

Venha caminhar conosco e retomar a cidade que já foi alegre. A cidade é nossa, nós moramos aqui. Queremos mais dignidade!

Caminhada Iluminada, partindo da Redenção (Arco) até o Palácio Piratini, traga suas velas, lanternas e venha iluminar Porto Alegre com sua luz e pedir mais segurança na nossa cidade!
#CaminhadaIluminada

15. Serenata Junina Iluminada em prol de mais cultura e segurança cidadã

Sábado, 25 de junho às 18:00

Parque da Redenção - Porto Alegre

[Sem descrição]

16. Serenata Iluminada em prol de mais cultura e segurança cidadã! :)

Sábado, 23 de julho às 19:00

Parque da Redenção - Porto Alegre

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade!

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de mais cultura, segurança cidadã para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas também a noite.

Não queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como iluminação, lixeiras, banheiros e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las!

A proposta de uma Serenata Iluminada é: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços públicos de nossa cidade. Eles são NOSSOS! :)

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir COM SABEDORIA.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização em uma Serenata Iluminada para todos:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, respeito, seja seu amor pela cidade;
- Cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogo, é proibido!

A Redenção é de tod@s. Faça a sua parte, COLABORE no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos!

#SerenataIluminada

17. Caminhada Iluminada por Mais Segurança Cidadã

Quinta, 4 de agosto às 19:00 - 21:00

Esquina Democrática

Ativistas por uma Porto Alegre mais Cidadã e pela ocupação do espaço público estarão caminhando em apoio ao Servidores da Segurança Pública nesta quinta (4), a partir das 19h, saindo da Esquina Democrática, em uma Caminhada Iluminada até o Palácio Piratini.

O QUE É A CAMINHADA ILUMINADA

Vamos sair com luzes acesas (velas, lanternas, celulares, lampiões, etc) pelas ruas de Porto Alegre em um protesto pacífico por uma cidade mais segura.

POR QUE ESTAMOS APOIANDO OS SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

O parcelamento de salários e as péssimas condições de trabalho das pessoas que trabalham com a segurança pública no Rio Grande do Sul dificultam a vida em sociedade. A cidade de Porto Alegre está cada vez mais abandonada, as pessoas se sentem cada vez mais isoladas nas suas bolhas.

Ativistas da Serenata Iluminada - um dos mais bem sucedidos movimentos de ocupação do espaço público, presente no Parque da Redenção desde 2012 - acreditam em uma Porto Alegre mais cidadã, e por isso querem alertar a sociedade para a necessidade da ocupação de espaços públicos com segurança cidadã.

18. Serenata Iluminada por mais cultura e segurança cidadã

Sábado, 27 de agosto às 19:00 - 23:00

Parque da Redenção - Porto Alegre

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade!

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de mais cultura, segurança cidadã para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas também a noite.

Não queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como iluminação, lixeiras, banheiros e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las!

A proposta de uma Serenata Iluminada é: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços públicos de nossa cidade. Eles são NOSSOS! :)

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir COM SABEDORIA.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização em uma Serenata Iluminada para todos:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, respeito, seja seu amor pela cidade;

- Cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;

- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;

- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogo, é proibido!

A Redenção é de tod@s. Faça a sua parte, COLABORE no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos!

#SerenataIluminada

19. Serenata Iluminada por mais cultura e segurança cidadã

Sábado, 10 de setembro às 19:00 - 2:00

10 de setembro às 19:00 a 11 de setembro às 2:00

Parque da Redenção - Porto Alegre

Este é um movimento de pessoas que amam Porto Alegre e querem o melhor para a nossa cidade!

A Serenata Iluminada surgiu em 2012 e segue muito viva: a ocupação noturna do Parque Farroupilha, a Redenção, em prol de mais cultura, segurança cidadã para que todos possam compartilhar o parque com amigos, vizinhos, familiares, enfim, com as pessoas também a noite.

Não queremos o cercamento da nossa linda e amada Redenção!

Existem sim muitas demandas em relação ao parque, como iluminação, lixeiras, banheiros e segurança, mas o cercamento não irá resolvê-las!

A proposta de uma Serenata Iluminada é: levamos velas, lanternas, instrumentos musicais e manifestações culturais para fazer um encontro que mistura artes, alegria, expressão e reflexão sobre o BOM USO dos espaços públicos de nossa cidade. Eles são NOSSOS! :)

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, seus filhos, pais, leve o cachorro, a bici, os sorrisos...Enfim, tragam muito AMOR e vamos nos divertir COM SABEDORIA.

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça! Vem!

O evento é aberto, colaborativo e auto-organizado!

Qualquer pessoa e grupo pode manifestar livremente sua arte!

Informações básicas para uma boa confraternização em uma Serenata Iluminada para todos:

- Cuide do seu lixo, descarte os resíduos no local correto e leve seus recicláveis para casa;
- Respeite as diferenças, saiba conviver com a diversidade de ideias;
- Compartilhe! Seja alegria, respeito, seja seu amor pela cidade;
- Cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria música;
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar;
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque, não faça fogo, é proibido!

A Redenção é de tod@s. Faça a sua parte, COLABORE no cuidado para que ninguém cause danos aos canteiros, plantas, árvores, sinalização, iluminação e outros equipamentos!

#SerenataIluminada